

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**VLADIMIR EIJI KUREDA**

**ESTAR EM SITUAÇÃO DE RUA NA “CRACOLÂNDIA  
CAMPOGRANDENSE”: RELAÇÕES ÉTICO-MORAIS NAS IMEDIAÇÕES DA  
ANTIGA RODOVIÁRIA DE CAMPO GRANDE - MS**

**Campo Grande – MS, 2020**

Vladimir Eiji Kureda

ESTAR EM SITUAÇÃO DE RUA NA “CRACOLÂNDIA CAMPOGRANDENSE”:  
Relações ético-morais nas imediações da antiga rodoviária de Campo Grande – MS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social.  
Orientador: Prof. Dr. Guilherme R. Passamani

Campo Grande – MS, 2020.

Vladimir Eiji Kureda

ESTAR EM SITUAÇÃO DE RUA NA “CRACOLÂNDIA CAMPOGRANDENSE”:  
Relações ético-morais nas imediações da antiga rodoviária de Campo Grande – MS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social.  
Orientador: Prof. Dr. Guilherme R. Passamani

Aprovado em: 26/03/2020

**Banca examinadora**

Prof. Dr. Guilherme Rodrigues Passamani (Presidente)

Instituição: UFMS

Profa. Dra. Simone Becker (Integrante externa)

Instituição: UFGD

Prof. Dr. Ricardo Luiz Cruz (Integrante interno)

Instituição: UFMS

*Para todos os que me incentivaram a continuar nesta difícil caminhada.  
Em especial, minha mãezinha Eliane, por ser a pessoa mais incrível que conheço.*

## AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo todas as pessoas que estiveram comigo nessa curta, porém intensa caminhada. Foram dois anos desafiantes. Em primeiro lugar, à Zambi e os Orixás, que através das entidades sagradas, me fortaleceram em vários sentidos. Também lhe saúdo, minha mãezinha querida, pois sem seu carinho e mão acolhedora em todas as fases de minha vida, dificilmente chegaria até aqui. Te amo até a eternidade.

Com grande afeição, agradeço à Kione, minha irmãzinha, literalmente “especial”, que me ensina as diversas formas de amar e ser feliz. Ao Adriano, muito obrigado por toda a ajuda, e, principalmente, por não ter medido esforços em oferecer condições para que eu cursasse o mestrado na fase mais difícil da minha vida. À Dani, por, desde quando eu era adolescente, me “iluminar” com sua alegria contagiante e por alegrar meus dias tensos. Apesar das vicissitudes da vida, saiba que “tamo junto” na caminhada. Também agradeço a todos os familiares que me ajudaram de alguma forma nesses anos, um abraço carinhoso para todos da família Kureda, Chastel, Costa e Rodrigues.

Dedico ao coletivo “Rui Polly Kureda” um agradecimento especial. Minha gratidão por nos ajudar (eu, Dani e Kione) emocionalmente e financeiramente. Sua ação de solidariedade e zelo para com as obras de meu falecido pai, bem como mobilização para conseguirem recursos para nós, foram de suma importância. Abraço carinhoso para Henrique, Augusto, Chicão, Aurea, Paula, Augusto, Hasan Sean, Anivaldo, Rafa, Jeruza, Diego, Thais, Ada, Vanessa e demais companheiros.

Ao meu orientador Guilherme Rodrigues Passamani, meu sincero agradecimento. Obrigado pelas ótimas orientações, mas, principalmente, por me encaminhar em direção a voos mais altos. Se hoje consigo projetar a realização de um doutorado, foi porque, em alguma medida, você me apresentou e me colocou no “caminho das pedras”. Também agradeço por doar suas milhas que viabilizou a minha ida para a 43ª ANPOCS. Sem a sua ajuda e atenção, dificilmente teria a oportunidade de participar de um evento de tamanha qualidade, pois, infelizmente, o mesmo ainda é inacessível à maioria dos estudantes das camadas populares. Por fim, agradeço aos colegas do Núcleo de Estudos Nestor Perlongher. Nossas reuniões quinzenais eram super estimulantes. Foi numa dessas que obtive considerações valorosas que

colaboraram muito na elaboração da dissertação. Meu agradecimento especial para Paulo, Daniel, Rapha, Tati, Hugo, Winny, Tui, Juliana, Kellen, João Matheus, Filipe, Jônatas e Adriana.

Agradeço à compreensão e toda a alegria proporcionada pela querida Maria do Carmo. Obrigado por ter aparecido e permanecido em minha vida. Sua companhia, seus gestos carinhosos e seu “jeitinho”, me despertam alegria, prazer, paixão e paz. Você trouxe cores para essa jornada acadêmica que torna-se, muitas das vezes, tão “preta” e “branca”. Mesmo em momentos que eu estava atarefado com o mestrado, onde não tínhamos como fazermos algo juntos, sua companhia silenciosa e compreensiva me eram fonte de inspiração.

Também agradeço aos meus amigos que estiveram mais próximos nesses dois últimos anos. Um carinho especial para: Maycote, Gabriel Barbosa, Gabriel Lorentz, Isa jj, Pietro, Cigano, Patrik, Maria Eduarda, Giovanny, Claudney entre outros. Aos meus colegas de UFMS pelas colaborações formais e informais (Aline, Ivani, Luana, Filipe, Josi, Ariovaldo, Fernando Cruz, Patrik, Tanaira, PC, Isa etc.), um grande abraço, bem como aos professores do PPGAS (Asher, Alvaro, Esmael, Hilário, Tiago, Flávia).

De maneira especial, agradeço ao professor Ricardo Cruz por todas as conversas informais, aos conselhos, pelos diálogos frutíferos, e, principalmente, por aceitar o convite de fazer parte da banca e pelas considerações feitas ao relatório de qualificação. Seu olhar foi inspirador e de extrema importância para eu reorganizar inúmeras questões dessa dissertação. Seguindo essa lógica, agradeço ao aceite da professora Taniele Rui. Fico lisonjeado em compartilhar minhas primeiras reflexões acadêmicas sobre um tema que você tem pleno domínio e reconhecimento pela qualidade dos trabalhos produzidos.

No que diz respeito à própria pesquisa de campo, agradeço, primeiramente, aos sujeitos desta pesquisa, ou seja, as pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária. Sem a permissão desses sujeitos, não haveria como realizar essa pesquisa. Tanto os que se dispuseram a conceder entrevistas e a realizar diálogos, quanto os que não quiseram/puderam participar por diversas razões, fica aqui meus sinceros agradecimentos, e, desculpas por algum tipo de incômodo que tenha causado. Nesse sentido, agradeço imensamente à Manu, Claudia, Yuri, Jeferson, Gerson, Roberto, Caique, Jorge, Carlinhos, e a todos os sujeitos que experienciaram a vida nas ruas.

Em segundo lugar, agradeço a todas as agentes do Consultório na Rua. Em especial à Bia, por toda a confiança e abertura dada a mim. Foi através de vocês que o primeiro elo de confiança com os sujeitos da pesquisa foi estabelecido. Também

agradeço a todos os integrantes do projeto Matheus 25:35, por me receberem todas as vezes que acompanhei suas ações caritativas, especialmente ao pastor Adalto, pela confiança, disponibilidade e abertura dada a mim.

Tão importante quanto as duas instituições, porém com uma atuação decisiva para minha “virada etnográfica”, foi a participação de Maria Eduarda. Sua performance e linguagem, que estabeleceram interações de caráter mais informal com as pessoas em situação de rua na “Rodô”, me possibilitaram explorar, mais detidamente, as “relações de rua”, que não apareciam significativamente nas interações com as agentes do Consultório na Rua e do projeto Matheus 25:35. Por isso, lhe agradeço por ir a campo comigo, fazer suas observações analíticas e colaborar na produção de dados etnográficos. Saiba que você faz parte da feitura dessa etnografia.

Registro aqui minha imensa gratidão ao Templo de Umbanda Pai Oxalá. Foi neste terreiro, que me reergui inúmeras vezes e venho tendo a oportunidade, desde o ano de 2016, de fazer parte dos trabalhos espirituais acolhedores. Deixo um abraço especial ao querido Pai Luiz, madrinha dona Inize, dona Jandira e a todos os amigos/irmãos de corrente. De maneira especial e com muita emoção, emana axé de agradecimento por tudo que recebi, principalmente ao Caboclo Pena Branca, Pai Gregório da Guiné e Sr Sete Encruzilhadas, bem como a outros guias que trabalham na casa e aos que me acompanham. Meu muito obrigado por sempre estarem comigo, especialmente, nos momentos em que mais precisei.

Por fim, agradeço à CAPES por me conceder a bolsa de mestrado. Sem esta assistência, não conseguiria me dedicar exclusivamente ao mestrado, e, dificilmente, teria a oportunidade de participar de eventos importantes, que tanto acrescentam no desenvolvimento acadêmico. Em tempos de “contingenciamento”, tenho ciência que sou privilegiado por ocupar esse lugar de bolsista, mas, ainda assim, mantenho a esperança de um futuro menos obscuro a ser trilhado nas fissuras deixadas pelo poder.

## RESUMO

Essa dissertação buscou compreender as relações ético-morais de pessoas em situação de rua na chamada “cracolândia campo-grandense” com os próprios pares da rua, *parceiros*, comércio, vizinhança, intervenções policiais e agentes da “economia subterrânea”. Para tanto, foi utilizado o método etnográfico através do trabalho de campo *in loco*, baseado em conversas informais, observação de situações sociais e entrevistas semiestruturadas. Ressalta-se que o trabalho se constituiu sob quatro égides fundamentais: cidade, moralidade, gênero e masculinidade. Assim, inspirado na ideia de “fundar a cidade” (Agier, 2011), foi produzida uma análise do processo de “refundação” da antiga rodoviária e suas adjacências após a desativação dos serviços rodoviários em 2010. Também foram identificados nexos entre o fenômeno população de rua e usuário de crack no Brasil, para, então, introduzir o universo da pesquisa. Em seguida, analisei os agenciamentos das moralidades em jogo e os modos de subjetivação ética pelas pessoas em situação de rua em suas interações com os/as *parceiros* (as), entre si e com a masculinidade, especialmente por parte das mulheres, nas relações “de rua” (Bourgois, 2015) na “Rodô”. Por fim, a “Rodô”, em suas formas de cidadinidade, enquanto “cracolândia campo-grandense”, foi analisada a partir das relações de poder instituídas, ou seja, dos processos de (des)territorialização de homens e mulheres em situação de rua, das formas de assujeitamento provenientes das interações destes com a polícia e agentes da “economia subterrânea”, e, por fim, dos ordenamentos urbano-sociais.

**Palavras-chave:** pessoas em situação de rua; “cracolândia campo-grandense”; cidadinidade; moralidades; relações “de rua”; masculinidade.



## ABSTRACT

This dissertation sought to understand the ethical-moral relationships of people in street situation in the so-called “cracolândia campo-grandense” with their street peers, *partners*, commerce, neighborhoods, police interventions and agents of the “underground economy”. For that, the ethnographic method was used through field work in *loco*, based on informal conversations, observation of social situations and semi-structured interviews. It is noteworthy that the work was constituted under four fundamental notions: city, morality, gender and masculinity. Thus, inspired by the idea of “founding the city” (Agier, 2011), an analysis of the process of “refounding” the old bus station and its surroundings was produced after the deactivation of bus services in 2010. Nexuses were also identified between the population phenomenon of street users and the crack cocaine users in Brazil, to then introduce the universe of research. Then, I analyzed the agency of moralities at stake and the modes of ethical subjectivation by people in street situation their interactions with *partners*, with each other and with masculinity, especially on the part of women, in relationships “in the street” (Bourgois, 2015) in “Rodô”. Finally, the “Rodô”, in its forms of citadinity, as the “cracolândia campo-grandense”, was analyzed from the established power relations, that is, from the processes of (de)territorialization of men and women in the streets, the forms of subjugation arising from interactions with the police and agents of the “underground economy”, and, finally, from the urban-social systems. police and underground economy agents, and, finally, from the urban-social order.

**Keywords:** people in street situation; “cracolândia campo-grandense”; citadinity; moralities; “street” relationships; masculinity.

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

GARRAS – Delegacia Especializada de Repressão a Roubos a Banco, Assaltos e Sequestros

IBISS-CO - Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro Oeste

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis

SESAU – Secretaria Municipal de Saúde

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	12
Organização da dissertação.....	36
<b>Capítulo I: O velho centro e as vidas precárias: “refundando” a antiga rodoviária e desenhando o campo etnográfico</b> .....	39
1.1 Nas margens do centro: Campo Grande – MS a partir da antiga rodoviária.....	39
1.2 A situação de rua e o uso de crack: questões conceituais e a construção do campo etnográfico.....	52
<b>Capítulo II: Agenciando moralidades e produzindo ética(s) nas ruas da antiga rodoviária</b> .....	68
2.1 Tempo das/com as <i>parceiras</i> : relações com as agentes do <i>Consultório na Rua</i> .....	68
2.2 <i>Aqui você não vai achar nenhum que não vai saber de Deus</i> : experiências cidadinas e moralidades religiosas em jogo nas ruas da antiga rodoviária.....	82
2.3 Gênero e masculinidade: relações “de rua” nas imediações da antiga rodoviária.....	92
<b>Capítulo III: (Re)construindo a “cracolândia campo-grandense”: (i)moralidades, regulação e (re)ordenamentos locais</b> .....	101
3.1 Terra de degredo, oportunidades e diversão: “drogas”, “sexo” e “família”.....	101
3.2 Biopolítica e ilegalismos: governamentalidade na “cracolândia campo-grandense”.....	110
3.3 (Re)ordenamentos locais: (i)moralidade e cidade.....	121
<b>Considerações finais</b> .....	130
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	136

## Introdução

A presente dissertação tem como objetivo analisar as relações ético-morais de pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária de Campo Grande – MS, constituída socialmente e concebida em certo imaginário social, como a “cracolândia campo-grandense”. Neste trabalho, não intenta-se produzir tipologias sobre o uso do crack nessa área da cidade pelas pessoas em situação de rua, mas, sim, refletir sobre suas experiências cidadinas (Agier, 2011) e agenciamentos nas ruas (Rui, 2014; Frangella, 2004; De Lucca, 2007) do entorno da antiga rodoviária.

Para tanto, a ênfase recai no olhar sobre as relações “de rua”, moralidades e práticas de masculinidades articuladas com o da governamentalidade e dos ilegalismos, para compreender algumas facetas das relações ético-morais desses sujeitos nas imediações da antiga rodoviária, onde as “drogas”, especialmente o crack, assumiriam contornos de “dispositivos”<sup>1</sup> que corroboram na produção de um governo peculiar na área, mas que são agenciados pelos sujeitos, orientando suas práticas e modos de subjetivação.

Do ponto de vista teórico-metodológico, parte da análise será construída a partir da etnografia das relações estabelecidas desses sujeitos com seus pares e outros grupos, principalmente com uma instituição ligada à saúde pública municipal<sup>2</sup> e uma igreja evangélica<sup>3</sup>, onde o regime de economias morais vigentes (Fassin, 2019), acionadas, negociadas e tensionadas, se constituem como instrumentos de suas agências e também ordenam as intervenções biopolíticas (Foucault, 2005) sobre eles.

Também será elaborada a análise etnográfica das narrativas e experiências de pessoas em situação de rua acerca das diferentes modalidades de relações estabelecidas com/no universo da antiga rodoviária, atentando-se para as relações de sentido e modos heterogêneos de subjetivação instituídos no contexto citadino da “cracolândia campo-grandense”, onde, o tensionamento e arranjos oriundos das teias de interações tecidas estão em diálogo estrito com os códigos locais.

---

<sup>1</sup> Os dispositivos “são por definição de natureza heterogênea: trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas moventes” (Revel, 2005), que operam nos processos de assujeitamento das relações de poder.

<sup>2</sup> A instituição chama-se Consultório na Rua que realiza trabalhos *in loco* com a população de rua da cidade através de uma equipe multidisciplinar. Seu objetivo é garantir o acesso à saúde e à assistência a esse segmento.

<sup>3</sup> A igreja chama-se Atos de Justiça e realiza ações caritativas semanais junto à população de rua na região da antiga rodoviária através de seu projeto intitulado *Matheus 25:35*

Ressalta-se que o processo de interlocução com os sujeitos da pesquisa se deu em diferentes níveis de interação. Com alguns, realizei conversas informais pontuais, com outros foi possível estabelecer interações por um longo período e também há aqueles que, em um único dia, foi possível até gravar entrevista.

Muitos são os sujeitos que, com suas práticas, viabilizaram o fazer etnográfico. Porém, aqueles que aparecem com maior centralidade, são quatro: Manu, Cláudia, Yuri e Jeferson. Parte significativa do texto etnográfico teve como base as interações estabelecidas com esses sujeitos. Manu e Cláudia, foram fundamentais para pensar modos de subjetivação nas ruas da antiga rodoviária a partir das relações de gênero e do agenciamento das masculinidades. Já Yuri e Jeferson, me fizeram atentar, com mais profundidade, às relações que envolvem a *adrenalina*<sup>4</sup> e códigos das relações “de rua”.

Manu, mulher em situação de rua, acima dos 40 anos, estabelece uma série de interações com diversos sujeitos do universo da antiga rodoviária, que incide em um processo complexo de subjetivação. Seus discursos entranhados de uma moralidade religiosa, acrescido a uma constituição sociofamiliar decorrente de laços produzidos nas ruas, a imputa uma forma de ser e estar que destoa da concepção hegemônica de “morador de rua”<sup>5</sup>.

Assim, Manu, mais que uma mulher concebida hegemonicamente como “moradora de rua”, também é “mãe”, “avó”, “companheira”, “chefe de família”. Todavia, estes signos da vida doméstica, caminham junto com o agenciamento da masculinidade através das performances viris, que caracterizariam as mulheres em situação de rua (Frangella, 2004). Esses dois campos, não contraditórios, foram as pedras angulares para se refletir sobre os processos de subjetivação do corpo nas ruas através do marcador gênero.

Em contrapartida, Cláudia, mulher não branca e que não está mais em situação de rua<sup>6</sup>, põs em cheque a concepção de virilidade como marca das mulheres que habitam as ruas. As violências sofridas nas ruas da antiga rodoviária nos apontam, do ponto de vista analítico, mais que a vigência do signo da masculinidade, a impossibilidade teórica de classificação homogênea da chamada mulher em situação de rua.

---

<sup>4</sup> Termo utilizado pelo interlocutor como sensação constitutiva das experiências com “drogas” e outras atividades ilícitas.

<sup>5</sup> Os chamados moradores de rua caracterizam por serem sujeitos nômades cujos laços com os outros indivíduos são marcados pela fragilidade e, posteriormente, pela desfiliação (Frangella, 2004).

<sup>6</sup> Segundo conversas tidas no final do ano de 2109 com as agentes do *Consultório na Rua*, Cláudia teve complicações de saúde e teria “escolhendo” ir para uma comunidade terapêutica evangélica.

Nesse sentido, atesta-se para diferentes formas possíveis de ser e/ou estar mulher em situação de rua no universo da antiga rodoviária, onde, apesar da vigência de signos da masculinidade, muitas vezes violento/viril, as mulheres não somente tornam-se obrigadas a agenciar esses signos<sup>7</sup>, mas, também, constituem relações familiares e de amizade marcadas pela feminilidade.

Já Yuri, homem em situação de rua, de 28 anos de idade, que se auto-identifica como negro, relata uma experiência mais direta com a chamada cultura *callejera*<sup>8</sup> (Bourgois, 2015). Esse tipo de experimentação, segundo Yuri, é carregado de tensões com a polícia, agentes da economia subterrânea e instituições socioassistenciais. Não obstante, Yuri nos apresenta uma leitura do Estado, que o classifica como ineficaz, tanto por parte das instituições repressivas no combate ao tráfico de drogas, quanto das ações das instituições da saúde e assistência junto a população de rua.

Além disso, nas imediações da antiga rodoviária, vista por ele como espaço imoral, é que o mesmo reatualiza as relações “de rua” com outros sujeitos em situação de rua que ele interagiu em espaços anteriores à própria antiga rodoviária. Consequentemente, são dessas interações que as práticas de solidariedade entre os sujeitos que estão em situação de rua, tornam-se algo maior que uma mera prática caritativa, pois a solidariedade no local pode situar-se como parte das relações de reciprocidade entre aqueles que compartilham dessa cultura *callejera*.

Em relação ao seu colega de rua, Jeferson, homem de 46 anos, que se auto-identifica como pardo, também classifica a si, os seus pares da rua e a antiga rodoviária como imorais. Suas performances e narrativas também seguem na direção das relações advindas do universo da cultura *callejera*. Nesse sentido, Jeferson revela que a principal modalidade de relação constituída no universo da antiga rodoviária, gira em torno das drogas e do sexo. É justamente nessas interações que a *adrenalina* emerge como uma sensação compartilhada socialmente no consumo de droga e também nas práticas sexuais.

Contudo, mais que uma sensação, a ideia de *adrenalina* encontra ressonância nas práticas de masculinidade no seio das pessoas em situação de rua no contexto da antiga rodoviária. A experiência de *adrenalina* não é exclusiva dos homens, em que pode

---

<sup>7</sup> Finalizando essa pequena introdução de algumas questões que emergiram da análise dessas duas interlocutoras, uma pergunta que pode ser feito sobre todas as mulheres em situação de rua é: quem nunca foi atravessada pelos atos de violência oriundo dos signos da masculinidade?

<sup>8</sup> Para Bourgois, cultura da rua seria um modo de ser caracterizado pelo predomínio da violência e de práticas ilegais, em que a droga funcionaria como substrato material (Bourgois, 2015, p.40).

também perceber a presença de mulheres que experienciam o lugar sob esse signo. Mas tanto a experiência com a drogadição quanto com as práticas sexuais, além de serem experimentadas majoritariamente por homens, eram sempre representados como algo arriscado para as mulheres, devido às violências físico-sexuais que estas poderiam sofrer no estado de drogadição.

A família apresentava-se como uma questão muito mais presente na narrativa e na performance das mulheres do que dos homens. Já as experiências de *adrenalina* eram algo retratado mais pelos homens que pelas mulheres. Logo, gênero e cidade se cruzavam nas experiências desses quatro sujeitos como algo que demarca modos de subjetivação peculiares ao estarem em situação de rua no contexto da antiga rodoviária.

Destaca-se que os nomes destes e dos outros sujeitos que aparecem nesta pesquisa são fictícios. Além disso, foi tomado um cuidado metodológico na descrição densa, no intuito de não os tornar identificáveis (Fonseca, 2008). Além disso, tal como exposto por Taniele Rui (2014), essa etnografia é fruto de colagens de imagens apreendidas da realidade que vão sendo tecidas e costuradas, cuja a expressão final é o texto etnográfico.

Nesse sentido, esse texto não se constitui como um retrato fidedigno da realidade, mas sim como uma versão (Geertz, 2008), que é produto de interações tecidas do campo comigo, onde a minha corporalidade, ora associada à instituição religiosa e/ou da saúde, ora como um *parceiro* das pessoas em situação de rua, também foi decisiva para a própria produção dos dados etnográficos. É desse lugar, onde a minha própria subjetividade-corpo enquanto homem não branco e pesquisador, acrescido da leitura simbólica heterogênea que parte das pessoas em situação de rua fizeram de minha pessoa, que foi produzida metodologicamente a etnografia.

Corroborando com a assertiva de Foote Whyte (2005), de que os sujeitos do campo produzem elaborações acerca da pesquisa e seus objetivos, bem como do próprio pesquisador e que são, justamente, as trocas intersubjetivas das interações que vão desenhando a própria etnografia, que, destaco a importância daquilo que Taniele Rui (2014) ressaltou de tomar *partido*<sup>9</sup> como um elemento metodológico central.

---

<sup>9</sup> Em um episódio de sua pesquisa de campo na chamada cracolândia paulistana, Taniele Rui conta uma cena em que ao ser reconhecida como pesquisadora ligada ao grupo de redução de danos para os sujeitos que usam crack naquela territorialidade, e, posteriormente, ser vista, por alguns destes usuários, dialogando com agentes de uma instituição policial, ela foi prontamente questionada pelos sujeitos a respeito de “qual lado ela e os agentes de redução de danos estariam?”. Nesse sentido, Taniele Rui nos aponta para a importância do *tomar partido*, como algo essencial na construção da etnografia. O pesquisador deve ter ciência das relações de poder vigentes nas interações entre grupos e, efetivamente,

Ainda em termos de metodologia, destaco um último aspecto marcante: o *afetamento* (Favret-Saada, 1990 *apud* Magnani, 2009). Esse tópico é fundamental, pois diz respeito a um campo cognitivo de permitir-se o sentir e o ser afetado daquilo que também afeta o outro. Nesse sentido, o procedimento de me “abrir” para os afetamentos presentes nas narrativas e performances que as pessoas em situação de rua visibilizavam foram cruciais para a desnaturalização de certos pressupostos que eu carregava e abertura para uma leitura compreensiva a partir de referenciais outros.

É preciso ressaltar que esse trabalho é dotado de uma temporalidade. Isto é: da segunda metade do ano de 2018 até a segunda metade do ano de 2019. Essa etnografia fala de performances e corpos situados espacial e temporalmente. Atualmente, em pleno mês de maio de 2020, a antiga rodoviária encontra-se em uma situação distinta, em vista da emergência da pandemia da COVID - 19<sup>10</sup>. É possível que em tal contexto o distanciamento social atue como justificativa de intervenções higienistas por parte do estado e de outros agentes interessados em revitalizar áreas urbanas. Isso, então, atingiria as pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária.

Ema suma, destaca-se que a definição do atual tema é fruto de pesquisas realizadas desde o ano de 2016. Ainda durante a graduação em Ciências Sociais pela UFMS, iniciada em 2014 e concluída em 2017, pude entrar em contato com o universo da antiga rodoviária, primeiramente, através dos *trailers* de lanche que funcionam durante o período noturno, e, posteriormente, via notícias de jornais que, corriqueiramente, a retratam como um espaço marcado pelo comércio e uso de drogas, prostituição e criminalidade<sup>11</sup>.

Instigado, pela curiosidade antropológica, a compreender as relações que se desenrolam nesse espaço urbano, é que, de maneira mais contundente, comecei a

---

tomar as precauções para não violar a confiança dada pelos sujeitos da pesquisa, ao relacionar-se de determinada forma com aqueles que conflituam, muitas vezes, de forma violenta, com seus corpos.

<sup>10</sup> Em minha última ida a campo, no dia 08/05/2020, no período vespertino, não havia nenhuma pessoa em situação de rua situado embaixo das marquises. Local que era repleto, diuturnamente, por pessoas em situação de rua. Somente havia um pequeno grupo de pessoas sentadas próximas a um terreno abandonado, situado a uma quadra do prédio. Segundo uma comerciante com quem pude conversar nesse dia, as pessoas em situação de rua estão proibidas de se aglomerarem nos arredores do prédio. Há uma viatura fixa com efetivo de policiais militares 24hs por dia, que faz a vigilância e o controle do local. Além disso, segundo me foi relatado por uma das agentes do *Consultório na Rua*, após a incidência da pandemia, as pessoas em situação de rua da cidade foram convidadas a ficar em algumas escolas, onde todos foram testados, bem como passaram a ficar em quarentena. Aqueles que não quiseram, permaneceram nas ruas. Nesse cenário, a polícia instalou essa política de controle e vigilância através dessa viatura móvel, que garantiu o que alguns sujeitos interessados em revitalizar a área chamam de “limpeza” da região.

<sup>11</sup> In: [www.correiadoestado.com.br/cidades/campo-grande/morte-em-rodoviaria-revela-caos-vivido-por-quem-frequenta-regiao/258675/](http://www.correiadoestado.com.br/cidades/campo-grande/morte-em-rodoviaria-revela-caos-vivido-por-quem-frequenta-regiao/258675/); [www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/aos-55-anos-uma-das-prostitutas-ha-mais-tempo-na-ativa-hoje-so-investe-no-batom](http://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/aos-55-anos-uma-das-prostitutas-ha-mais-tempo-na-ativa-hoje-so-investe-no-batom).



realizar a presente pesquisa de campo. Como resultado dessa investigação, foi produzido um artigo científico<sup>12</sup> publicado na revista de antropologia urbana da USP (*Ponto Urbe*) e uma monografia de conclusão de curso<sup>13</sup>.

Envolto por questionamentos em torno do fenômeno da revitalização e as experiências dos comerciantes no centro comercial da antiga rodoviária, passei a frequentar o prédio e apreender as dinâmicas que envolvem esse grupo, suas relações entre si e para com as pessoas em situação de rua que se fazem presentes nas imediações desse lugar.

Nesse sentido, em ambos os trabalhos foram analisados os diferentes usos da antiga rodoviária e as fronteiras socioespaciais nos seus estabelecimentos comerciais, isto é, no interior do prédio em funcionamento. Além disso, foram apreendidas algumas narrativas de comerciantes, em que aparecem as representações para com as igrejas e pessoas em situação de rua, bem como foram analisadas algumas facetas que envolvem a revitalização local.

Destaca-se que a escolha pela continuidade em estudar as imediações da antiga rodoviária, mas tendo como foco as pessoas em situação de rua, visa alargar a compreensão sobre esse campo de relações que constitui a vida social nessa área urbana e refletir acerca das formas de subjetivação desses sujeitos que se distancie dos estereótipos<sup>14</sup> lançados sobre eles.

Além disso, acredito que seja de suma importância refletir sobre as pessoas em situação de rua nas chamadas “cracolândias”, especialmente em cidades não-metropolitanas, tal como é Campo Grande – MS, no sentido de dialogar com boa parte dos estudos sobre essas questões, que ocorrem principalmente nas grandes metrópoles, com destaque para São Paulo.

Assim, mais do que apontar o crescimento alarmante do número de pessoas em situação de rua nos últimos anos no Brasil (IPEA, 2015) ou o pânico moral com o aparecimento de novas “cracolândias” pelo país<sup>15</sup>, o que se visa é refletir sobre a constituição da própria cidade a partir desses espaços e sujeitos que são produzidos enquanto margens (Das e Poole, 2004 *apud* Telles, 2010), isto é, não se trata de um

---

<sup>12</sup> O artigo intitula-se *Espacialidade, comércio e degradação: um olhar etnográfico sobre a antiga rodoviária de Campo Grande – MS*. In: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3524>

<sup>13</sup> O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) denomina-se *A “Rodô” de Campo Grande – MS: as relações entre sujeitos, diferenças e mudança social*. In: <http://nenp.sites.ufms.br/files/2017/12/A-Rodo%CC%82-de-Campo-Grande-MS-Vladimir-Kureda.pdf>

<sup>14</sup> Algumas associações são corriqueiras, tais como: criminalidade e drogadição (Kureda, 2017).

<sup>15</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/crescimento-das-cracolandias-desafia-os-novos-governadores-23336599>

“lugar de anomia, desordem, estado de natureza. São espaços produzidos pelos modos como as forças da ordem operam nesses lugares,” (*Idem*, p.29), onde os mecanismos de assujeitamento lançados, principalmente pelo Estado, instituem os chamados “sujeitos das margens”.

Dialogando com os clássicos dos estudos urbanos da Escola de Chicago, percebe-se uma preocupação, desde Robert Park (Hannerz, 2015; Becker, 1996), em dar respostas às questões urbanas concebidas enquanto “problemas sociais” na cidade de Chicago no início do século XX, onde o mesmo escreveu “... sobre antros de ópio e casas de jogos, discutiu as causas do alcoolismo...” (Hannerz, 2015, p.28), e influenciou toda uma geração de etnógrafos urbanos de Chicago que desenvolveram diversos estudos sobre pobreza, uso de drogas, prostituição, gangues urbanas, imigrantes etc.

O próprio Park, em seu texto *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano* (1967), sinaliza para algumas dicas metodológicas<sup>16</sup> no que tange ao olhar que o pesquisador deve se ater para a compreensão dos diferentes fenômenos que decorrem na cidade. Outro elemento importante, foi o foco dado aos espaços urbanos, especialmente os bairros, para a compreensão do social, que teve ressonância em praticamente toda a trajetória dos teóricos da Escola de Chicago, sintetizada na formulação de “uma concepção especializada do social e, reciprocamente, socializada do espaço” (Frúgoli Jr, 2007, p.17).

Nesta concepção, a cidade toma a forma de “mosaicos de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram” (Park, 1967, p.61), que pode ser investigada em diferentes áreas marcadas por expressões culturais distintas. Influenciado por essa linha de pensamento, dentro da tradição chicagense, desdobraram-se alguns estudos pertinentes ao universo do nomadismo urbano.

Dentre eles, destaca-se a obra *The Hobo* de Nels Anderson (Hannerz, 2015, p.37), que realizou um estudo com *hobos*, isto é, “trabalhador migrante, geralmente nascido e criado nos Estados Unidos, que se deslocava pelo país sem planos predeterminados” (*Idem.*). No entanto, conforme o desenvolvimento de sua pesquisa, situado numa área de Chicago, onde se concentrava a maior parte desses migrantes, conhecida como *hoboemia*, Nels, segundo Hannerz (2015), começou a apreender na sua

---

<sup>16</sup> Constituem-se como perguntas sobre diversas facetas da realidade urbana, que colaboram diretamente para uma análise sócio-antropológica da cidade. Ver (Park, 1967).

etnografia, a composição de uma heterogeneidade de sujeitos nas quais os *hobos* coexistiam e se relacionavam na *hoboemia*. Assim:

[...] os homens sem-teto que, então, se ajuntavam nas ‘principais ruas’ dos bairros transicionais de Chicago, não eram todos *hoboes*. Cinco tipos principais podiam ser distinguidos, de acordo com Anderson, e o *hobo* era apenas um deles. O primeiro era o trabalhador sazonal, que seguia um ciclo anual mais ou menos fixo, principalmente de trabalho agrícola, como os camponeses migrantes americanos de hoje. Na terminologia do nomadismo, seu padrão migratório podia ser visto como uma espécie de transumância. O segundo tipo era o *hobo*, também um trabalhador migrante, mas não um que seguisse um itinerário possível e recorrente. O terceiro tipo era um migrante, mas não um trabalhador; era o vagabundo, que ganhava a vida mendigando ou talvez roubando. O quarto tipo era o *home guard*, que era um trabalhador, mas não um migrante. Enquanto o *hobo* normalmente não pegasse trabalhos em Chicago, o *home guard* era uma espécie de contrapartida urbana localizada; ele permanecia na mesma comunidade, mas vivia entre o trabalho mal pago e o biscate, com suas raízes, se tivesse alguma, na sociedade das ruas da *hoboemia*. O quinto tipo era o mendigo, mais necessitado do que qualquer um dos outros, que não trabalhava e não era migrante. Entre esses tipos havia, é claro, gradações, e os homens estavam constantemente, transferindo-se de uma categoria para outra (Hannerz, 2015, p.37-38).

Essa perspectiva teórica-metodológica que pensa as experiências de sujeitos em determinados espaços, bem como a própria constituição de uma área urbana a partir das práticas desenvolvidas pelos cidadãos, como exemplificado acima, apresenta-se como uma forte influência da Escola de Chicago neste trabalho.

Além disso, pensar como a cidade ou parte dela é apropriada e inventada em suas relações por sujeitos concebidos negativamente do ponto de vista simbólico e situados em níveis extremos de pobreza, revela-se como uma oportunidade de deslocar o paradigma da cidade enquanto um conglomerado de equipamentos, constituído por sujeitos heterogêneos cujas formas de relação são pautadas pelo distanciamento e formalidade (Wirth, 1967).

Não obstante, ao discutir teoricamente a própria constituição sobre a cidade e a vida urbana, dialogando criticamente com Robert Park (1967), Georg Simmel (1967) e Louis Wirth (1967), abre-se um campo permeado por possibilidades de reflexão, especialmente, quando se utiliza da etnografia urbana enquanto método. Tomando algumas proposições dos dois últimos autores, salienta-se que o urbanismo enquanto

modo de vida<sup>17</sup> (Wirth, 1967) encontra ressonância na tipificação do comportamento urbano como *blasé*<sup>18</sup> (Simmel, 1967). Ambas revelam um processo de individualização promovido pela urbanização no modo pelo qual os habitantes das cidades se relacionam entre si no espaço público, que acaba apagando, do ponto de vista teórico, a agência do próprio cidadão nas suas múltiplas formas de se relacionar na cidade.

Contudo, quando se analisa um dos principais trabalhos sobre população de rua escrito no Brasil, que é a tese de doutorado de Simone Frangella (2004), *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*, percebe-se, logo no início do texto, a influência da Escola de Chicago nas formulações sobre os chamados moradores de rua, em que para a antropóloga, o universo dos mesmos é “[...] marcado por duplo movimento de exclusão e vivência nômade, tem o corpo como locus de produção e enunciação dessa experiência” (Frangella, 2004, p.13).

Essa passagem expressa a associação que se faz com os pressupostos teóricos presentes no trabalho de Nels Anderson sobre os *hobos*, retratado por Ulf Hannerz (2015), em que o contínuo deslocamento socioespacial desse grupo, constitui-se como um traço diacrítico desse segmento urbano, marcado, em ambos os trabalhos, por uma vida fora dos modelos formais das sociedades moderno-ocidentais, que, por sua vez, é calcada pela fixação domiciliar e pelo emprego estável.

Acrescido a isso, Frangella constrói um caminho analítico que também já se fazia presente na antropologia urbana chicagoense e que influencia diretamente nesse trabalho, que é refletir sobre a relação entre o habitante das ruas e a cidade. Entretanto, ao passo que a autora se aproxima teoricamente dos antropólogos de Chicago, também se distancia, ao singularizar seu olhar sobre a cidade de São Paulo a partir das experiências corporais dos moradores de rua, pois, desvincula-se da pretensão de compreender a metrópole paulistana em sua totalidade ou em seu modo de vida mais geral.

Essas análises em torno dos estudos urbanos da Escola de Chicago, em especial, nos trabalhos sobre os nômades/errantes urbanos e suas respectivas áreas de uso e circulação, são fundamentais para desenharmos as primeiras reflexões no que tange à relação entre os espaços urbanos com as interações interpessoais, pois tanto os espaços

---

<sup>17</sup> Compreende uma forma sociológica de analisar as relações dos indivíduos na cidade, que seriam caracterizados, segundo Wirth (1967), pela formalidade, superficialismo e distanciamento.

<sup>18</sup> Seria uma atitude recorrente dos cidadãos de grandes metrópoles, que é fundado na indiferença e na reserva do indivíduo diante do outro e dos acontecimentos da vida urbana (Simmel, 1967).

ganham contornos simbólicos através das representações dos diferentes usos e ocupações que se faz nele, quanto as interações tornam-se socialmente singulares dentro de uma determinada região da cidade.

Portanto, ter como reportório bibliográfico os trabalhos que tratem da população de rua, bem como das “cracolândias” em diversas cidades brasileiras de escalas distintas, são teóricos-metodologicamente fundamentais, pois oferecem material para pensarmos diversas questões analíticas, principalmente relações macrossociais, que podem ter ressonância com o universo das pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária em Campo Grande – MS.

Nesse sentido, a dissertação de Gabriel Luís Rosa (2013) intitulada *A vida nas ruas e as formas de sociabilidade: estudo etnográfico das ressignificações do espaço urbano de Florianópolis - SC*, aparece como um importante trabalho, ao ilustrar algumas questões narradas por seus interlocutores acerca de seus usos feitos na capital catarinense. O primeiro destaque são as relações desenvolvidas num posto de gasolina situado na região central, onde pessoas em situação de rua se aglomeram durante o período noturno. O lugar é atravessado por “normas de convívio” (*Idem*, p.81) entre esses sujeitos e os trabalhadores ligados ao posto. O autor reitera que a presença de uma conveniência aberta durante a madrugada no posto, possibilita a circulação de consumidores dotados de certo rendimento, que são inseridos na rota do *mangueio*<sup>19</sup> dos habitantes das ruas.

No entanto, a coexistência numa mesma área entre trabalhadores do posto, clientela e pessoas em situação de rua, se constrói, segundo o pesquisador, a partir dessas regras informais, em que, o não cumprimento da mesma pelos sujeitos da rua, torna inviável a permanência dos mesmos no local.

Tratando-se das possibilidades de permanência em espaços de comércio e/ou de circulação de capitais em regiões centrais, o livro de Rogério Proença Leite (2004), mostra como no bairro revitalizado do Antigo Recife, se desenvolvem *táticas* (Certeau, 1994 *apud* Leite, 2004), feitas por catadores de lata e meninos de rua, que inventam formas de auferir recursos de frequentadores de estabelecimentos comerciais gentrificados.

---

<sup>19</sup> “Um complexo de relações essencialmente utilizado para obter recursos na rua, mas que produz mais que recursos econômicos; uma forma criativa de obter recursos e se relacionar com as pessoas domiciliadas” (Melo, 2011 *apud* Rosa, 2013, p. 81-82).

Então, um primeiro aspecto potente que envolve a cidade e pessoas em situação de rua, são as negociações empreendidas entre indivíduos ligados ao comércio para com esses sujeitos, que permitem a permanência, mesmo que conflituosa e indesejada dos mesmos, próximos aos estabelecimentos comerciais. Assim, atentar-se para as negociações entre grupos distintos é fundamental para compreender diferentes níveis de agenciamentos empregados pelos sujeitos em situação de rua, bem como para a própria produção da vida cidadina nessas áreas urbanas.

Outra pista teórica a ser seguida são as configurações sociais similares, tanto nas chamadas “cracolândias” (Frúgoli Jr, Cavalcanti, 2013; Rui, 2014), quanto em áreas específicas de concentração de moradores de rua em São Paulo (Frangella, 2004). Ao tratarem da “cracolândia” paulistana e carioca, Heitor Frúgoli Jr e Mariana Cavalcanti (2013) revelam que, além de ambas situarem-se em paisagens urbanas distintas, aonde a primeira encontra-se no velho centro e a outra se formou no interior e/ou nas bordas das periferias, as duas apresentam uma configuração em comum. Assim:

[...] tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo, a ideia de *cracolândia* implica o estabelecimento de uma série de relações com diferentes agentes (tanto do Estado – polícia, assistentes sociais e assim por diante – quanto da dita sociedade civil – ONGs, redes de pesquisadores em saúde pública, psicologia social e ciências humanas). Ou seja, as *cracolândias* não são meramente sinônimos de locais em que se vende e consome crack; elas se produzem justamente em seu reconhecimento como territorialidades específicas por diferentes atores, que a elas dirigem uma série de práticas – repressivas ou de assistência (ou até uma combinação de ambas) – ou então táticas cotidianas para lidar com elas, no caso do tráfico de drogas ou dos moradores mais antigos de regiões em que as *cracolândias* se instalam (Frúgoli Jr, Cavalcanti, 2013, p.3).

Retornando para o fenômeno da população de rua, a sua invenção enquanto uma questão social no país que mobiliza intervenções diversas, “é resultado de feixes plurais de motivações de atores, instituições e eventos que historicamente foram se encadeando irregularmente” (De Lucca, 2007, p.115), que, segundo o autor, vão dando inteligibilidade a esse conjunto de sujeitos que passam “a adquirir imagens sólidas, rótulos e classificações capazes de situá-los na ordem do discurso” (*Idem*, p.116).

Porém, ressalta-se que Simone Frangella (2004), Heitor Frúgoli Jr e Mariana Cavalcanti (2013), Taniele Rui (2014) e Daniel De Lucca (2007), estão refletindo a partir de grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, que, por si só, possuem

escalas distinta de Florianópolis, analisado por Gabriel Rosa (2013), e a antiga rodoviária de Campo Grande – MS.

Por conseguinte, a dimensão espacial e a demográfica, elementos medidores das cidades, produzem:

[...] graus de uso, as formas de mobilidade, a multiplicidade de pontos de encontro, as oportunidades de trabalho, estudo etc, oferecidas pelas diversas escalas urbanas é que vão determinar um maior ou menor campo de trocas, permitindo construir, fortalecer e exibir marcas de identidade que se legitimam na medida em que são assumidas pelos ‘de dentro’ e exibidas para ‘os de fora’ (Magnani, 2009, p.148).

Assim, a amplitude dos espaços de deslocamento e fixação que a cidade proporciona às pessoas em situação de rua, institui formas peculiares de experiências desse segmento urbano em suas relações entre si e com diferentes instituições.

Ademais, o próprio fazer etnográfico que se caracteriza não somente pelo emprego de um conjunto de técnicas (entrevistas, observação participante), mas como uma forma do antropólogo “entrar em contato com o universo dos pesquisados” e “comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um novo modelo de entendimento” (Magnani, 2009, p.135), reconfigura-se, no âmbito da apreensão dos dados etnográficos e na análise conceitual, de acordo com as diferentes escalas da cidade, pois esta última, promove uma constituição singular de organização de uma certa urbanidade, que, conseqüentemente, condiciona comportamentos citadinos no espaço urbano.

Além disso, a construção da etnografia urbana proposta por José G. Magnani (2002), com destaque para as suas categorias analíticas cunhadas como descritores de códigos e dinâmicas socioespaciais de diferentes grupos na cidade<sup>20</sup>, se consolida, no âmbito da antropologia urbana brasileira, como uma ferramenta potente para compreensão da vida nas cidades em suas diferentes esferas.

Entretanto, esse jeito de fazer antropologia toma as relações de alteridade como parte secundária de seu objeto de análise, situando-a num plano intermediário das dinâmicas internas do grupo, onde, para o autor, ao passo que a coexistência entre diferenças é constitutivo da vida cidadina, manifestos especialmente na noção de

---

<sup>20</sup> Refletindo a partir de sua principal categoria, *pedaço*, conceituado como espaço de sociabilidade entre aqueles que não necessariamente se conhecem, mas se reconhecem e relacionam-se através de seus códigos particulares (Magnani, 1996), verifica-se uma combinação entre práticas particulares de grupos que interagem através de seus códigos, com uma determinada espacialidade urbana.

*mancha*<sup>21</sup>, as relações entre esses diferentes cidadãos são lidas pelo autor, como “cruzamentos não previstos, para encontros até certo ponto inesperados” (Magnani, 2002, p.23), onde não há espaço analítico para compreender as relações de poder ou as negociações entre as diferenças.

No entanto, como dito anteriormente, analisar as experiências de pessoas em situação de rua, sem abordar as relações desses sujeitos para com outros grupos, torna-se antropologicamente complicado, pois o fenômeno população de rua é constituído justamente pelos efeitos produzidos pelos contatos estabelecidos com a diferença.

Por outro lado, faz-se necessário munir de uma antropologia urbana que apreenda as relações entre indivíduo, espaço e sociabilidade (Agier, 2011), mas que também elucide as diferenças produzidas no interior das relações (Brah, 2006 *apud* Piscitelli, 2008, p.269). Desse modo, além de atentar-se para as formas nas quais esses sujeitos produzem relações de sentido com outros atores na antiga rodoviária de Campo Grande, especialmente em termos de negociações, é mister olhar para os elementos que se apresentam como marcadores sociais em suas experiências cidadinas.

Retomando o texto de Simone Frangella (2004) sobre a corporalidade de moradores de rua em São Paulo, a autora faz algumas considerações sobre as diferenças em torno das relações de gênero no universo das ruas. A primeira delas é que hegemonicamente “o espaço da rua é composto de signos, discursos, práticas e pertinências relativas a um universo eminentemente masculinizado” (*Idem*, p.194). Além disso, por conta dessa condição hierarquizadora da vida nas ruas, onde há o predomínio masculino sobre o feminino, a antropóloga observa que as mulheres que passam a morar nesse universo, encontram, principalmente, duas saídas:

[...] a primeira delas é que as mulheres podem reorganizar seus laços de dependência nas ruas, ‘incorporando os ideais tradicionais de *womanhood*’, e aceitar o papel de parceiras fiéis e dóceis, prontas às práticas sexuais. Estas mulheres, quando estão em algum local fixo, tendem a assumir os lugares domésticos. Também exigem que os homens com quem estão sejam seus provedores. Procuram satisfazer, por fim, suas próprias demandas sexuais, amorosas e de segurança. A segunda resposta é dada pelas mulheres, que marcam seu circuito pela solidão. Optam por estarem sós e circunscrevem corporalmente essa opção ao se

---

<sup>21</sup> [...] áreas contíguas no espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática dominante” (Magnani, 2002, p.22). Nessas áreas que não são o espaço dos *chegados*, isto é, do *pedaço*, desenvolve-se uma “[...] multiplicidade de relações entre seus equipamentos, edificações e via de acesso, o que garante uma maior continuidade, transformando-a, assim, em ponto de referência físico, visível e público para um número mais amplo de usuários (*Idem*, p.23).



lançarem posturas fortes, agressivas, com relação aos homens com quem convivem. Essa postura é necessária para impedir a apropriação de sua condição feminina por parte destes. São mulheres muito agressivas, que, se necessário, utilizam facas para se proteger (Frangella, 2004, p.198).

Assim, apreender e analisar antropológicamente as facetas que envolvem a mulher em situação de rua pode vir a elucidar singularidades nas formas de ser e estar desse sujeito, corroborando para uma complexificação da vida social na própria cidade desde seus espaços e sujeitos precários.

Embora os textos a seguir destaquem as narrativas de mulheres que tiveram experiências negativas nas ruas, através de entrevistas que registraram majoritariamente situações de violência, os relatos dispostos pelas mesmas apresentam dramas sociais e agenciamentos empreendidos nesse universo concebido como masculinizado.

Inicialmente, destaca-se que os três artigos a serem analisados correspondem a trabalhos realizados na área da Saúde Coletiva e da Enfermagem, que, junto com o Serviço Social, são as áreas que mais dispõem de trabalhos sobre esse segmento urbano e suas especificidades<sup>22</sup>. Assim, os trabalhos a seguir são caracterizados, metodologicamente, pela associação direta ou indireta dos (as) pesquisadores (as) com práticas ou instituições que realizam trabalhos de assistência<sup>23</sup>.

No que tange especificamente aos textos, ressalta-se que nos relatos das mulheres que tiveram experiências de morar nas ruas e consumir crack, coexistem dois elementos centrais que atravessam esse universo: prostituição e dependência masculina x autoproteção. Percebe-se que ambas estabelecem relações diretas com as duas experiências citadas acima.

O primeiro elemento, a ação de prostituir-se, é concebido como um indicador de vulnerabilidade. São elencadas duas razões nas quais essas mulheres se prostituem. A primeira é a experiência de perder o companheiro de rua, considerado o provedor das necessidades materiais das mesmas, onde, através da prostituição, elas encontram uma forma de subsistir nas ruas (Biscotto, De Jesus, Da Silva, Moura de Oliveira, Merighi, 2016). A segunda, se dá por conta do uso de crack, em que há aquelas “que trocam seu

---

<sup>22</sup> Percebe-se que o maior volume de trabalhos sobre população de rua e usuários de crack serem produzidos por essas três áreas, relaciona-se ao fato de que os profissionais da assistência social e da saúde, tem sido os agentes que mais realizam serviços socioassistenciais para com esses sujeitos em seus espaços. Tais presenças podem ser percebidas mesmo nos trabalhos na área de Ciências Sociais/Antropologia (Rui, 2014; Frangella, 2004; Barbosa, 2017).

<sup>23</sup> Uma discussão sobre as aproximações para com pessoas em situação de rua e/ou usuários de drogas serão desenvolvidas no Capítulo I, especialmente na parte que abordará a construção do campo etnográfico.

corpo por pedra ou pelo valor correspondente para sustentar seu vício” (Cruz, Mandagará de Oliveira, Coimbra, Kantorski, De Pinho, Freitas de Oliveira, 2014, p.644).

Relacionado diretamente à prostituição, encontra-se a dicotomia entre dependência para com o homem em situação de rua e a promoção da própria auto-segurança/subsistência. Assim, destaca-se que dentro do universo das ruas, onde a violência é tida como estrutural (Rosa, Brêtas, 2015), em São Paulo, as mulheres em situação de rua:

Escolhiam seus parceiros por atração física, desejos sexuais e de afeto, por afinidades de objetivos de vida, ou por semelhanças nos modos de vida na rua. Reforçaram a ideia de poderem escolher, e até trocar de parceiro com facilidade, pela quantidade superior de homens vivendo nas ruas. Nesta conjuntura, eram menos tolerantes às agressões praticadas pelos companheiros (Rosa, Brêtas, 2015, p.281).

No entanto, as mulheres que vivem nas ruas e são usuárias de crack na “cracolândia paulistana” eram consideradas mais vulneráveis, pois “foi o único grupo de mulheres que, de forma substancial, se associou a um ou mais homens para garantir segurança e proteção” (*Idem*, p.282). Salienta-se que essas mulheres pesquisadas, foram consideradas um subtipo de mulheres em situação de rua, em que a dependência química, as deixariam mais suscetíveis a sofrer violências sexuais e criar vínculos de dependência em diversos graus para com os homens (*Ibidem*).

Nesse espectro de relações presente nos artigos, as mulheres, ao estarem em situação de rua, deparam-se com situações adversas que as faziam assumir para si formas peculiares de manifestação da masculinidade hegemônica<sup>24</sup>. Assim, segundo as análises feitas nos trabalhos acima, conseguir alguma forma de manutenção da vida no universo das ruas para as mulheres, passa pela internalização de condutas agressivas e viris que possibilitariam a subsistência e a construção de relações, inclusive com outros homens em situação de rua, que não fosse marcada, especialmente, por violências físico-sexuais.

Outrossim, essa incorporação de padrões de masculinidade hegemônica por parte das mulheres em situação de rua não é vista como possível por parte daquelas que usam crack nos espaços públicos. O uso da droga, segundo os textos, estabeleceria

---

<sup>24</sup> Pode ser entendida como um “padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse” (Connell, Messerschmidt, 2013, p.245).

níveis de dependência que reiterariam um modelo de dominação do homem sobre a mulher, onde aumentaria, inclusive, a necessidade da mulher se prostituir para adquirir a droga ou alguma forma de ganho monetário que reproduziria sua condição de precariedade.

Embora a condição das ruas, ser mulher e usar crack, elabore um lugar de vulnerabilidade, que tende a ser mais potencializado quando estas categorias de diferenciação se interseccionam e constituem marcadores sociais da experiência de sujeitos, reitera-se a importância de ponderar acerca das relações de causa e efeito contidas nas análises dos textos citados acima, tendo em vista, especialmente, a dimensão do agenciamento desses sujeitos mediante esses atravessamentos que marcam suas vidas.

Nesse sentido, o presente trabalho não pretende analisar os sujeitos a partir de um olhar marcado pela associação direta entre vulnerabilidade e experiência social, buscando, justamente, explorar o campo de relações no qual a inscrição desses sujeitos como pessoas em situação de rua, ser homem ou mulher, usuário, exprimem, bem como os efeitos produzidos por essas classificações, e, por fim, os agenciamentos que emergem a partir do cruzamentos desses marcadores.

Ademais, essa relação assimétrica entre homens e mulheres que fazem parte da “economia subterrânea do crack” é retratada por Philippe Bourgois (2015) em sua obra célebre *En busca de respeito: vendiendo crack en Harlem*<sup>25</sup>, cuja descrição das relações de poder generificadas no mercado ilegal dessa droga, articula experiências de sofrimento e de agenciamentos produzido por homens e mulheres envolvidos com esse mundo.

Assim, as mulheres assumem, nessa modalidade ilegal, um lugar de ambiguidade. Se, por um lado, o autor destaca que a “misoginia da cultura de rua” (Bourgois, 2015, p.293) aloca as mulheres em posições menores, em comparação com os homens, na economia do crack, que fazem com que elas recorram, muitas vezes, à prostituição. Por outro, sua atuação ativa no interior da comercialização da droga,

---

<sup>25</sup> Ressalta-se que o contexto etnográfico estudado por Bourgois difere significativamente dos sujeitos em situação de rua ou de usuários de drogas no espaço público, pois seu objeto de análise situa-se em um bairro pobre da cidade de Nova York nos EUA, marcado pela presença de porto-riquenhos. No entanto, sua pesquisa colabora para uma compreensão mais ampla sobre o quadro de relações que marca a economia ilegal das drogas, ampliando, assim, possibilidades de análise das experiências das mulheres que usam drogas no espaço público, que passam ao largo da visão anômica apresentada nos artigos citados acima.

mesmo que estando na condição de usuária, é possibilitada e cria relações de aliança e respeito por parte dos homens.

Contudo, Bourgois vai relatar que mesmo mediante a atuação ativa de mulheres que realizam o consumo de drogas na comercialização do crack, suas possibilidades de acesso a lugares de maior poder dentro da economia ilegal, bem como em adquirir prestígio, é menor do que a dos homens. Logo, ainda subsiste nesse universo de relações, a dominação masculina sobre as mulheres, onde o autor relata a recorrência de práticas de abuso sexual e abandono praticado pelos homens sobre essas mulheres.

Embora a desigualdade de gênero também seja constituidora das relações entre esses homens e mulheres que usam crack e participam dessa economia ilegal no Harlem, ressalta-se que ambos, ao compartilharem desse lugar, situam-se numa mesma condição: a precariedade. A forma na qual tanto esses homens e essas mulheres são identificados, isto é, usuários (as) de drogas pobres e criminosos, os coloca sob a mesma ingerência de sujeições relacionadas à moralidade, intervenções estatais, riscos de saúde e violências.

Esses vários atravessamentos, mesmo que atuando de formas distintas em homens e mulheres, formatam esses sujeitos, naquilo que Judith Butler (2009) chama de precariedade, onde esta:

[...] determina aquello que politicamente induce uma condición em la que certa parte de las poblaciones sufren de la carencia de redes de soporte social y económico, quedando marginalmente expuestas al daño, la violencia y la muerte. Dichas poblaciones se encuentran en un alto grado de riesgo de enfermedades, pobrezas, hambre, marginación y exposición a la violencia sin protección alguna. La preciedad también caracteriza una condición política inducida de vulnerabilidad maximizada, es una exposición que sufren las poblaciones que están arbitrariamente sujetas a la violencia de estado, así como a otras formas de agresión no provocadas por los estados pero contra las cuales estos no ofrecen una protección adecuada. (Butler, 2009, p.322-323).

Por conseguinte, ao tratar da população de rua, situam-se sujeitos cuja as marcas de violência sofridas, se fazem presentes em suas narrativas (Frangella, 2004) e a condição de vulnerabilidades, os alocam num lugar de precariedade. Além disso, ao articularmos as discussões em torno de constituição da mulher a partir dos referenciais de Judith Butler (2003), que vai deslocar a categoria sexo do seu estatuto essencial-biológico, para um lugar produzido pela cultura, que por sua vez, institui um modelo

idealizado do sujeito feminino, aparecem os chamados corpos dissidentes que destoam das convenções esperadas em termos de performances de gênero.

Assim, tomando as performances tidas como masculinas de mulheres em situação de rua, percebe-se que suas expressões não-femininas, do ponto de vista da norma, as aloca num lugar de precariedade através de um estranhamento de seus corpos já tidos como abjetos por serem das ruas (De Lucca, 2016; Frangella, 2004) e/ou utilizarem drogas de forma extremada (Rui, 2014).

No entanto, mais que reiterar a visão de uma norma hegemônica, o desafio que se propõe é refletir sobre como as categorias de diferenciação marcam essas mulheres no interior de suas relações (Brah, 2006), no sentido de apreender quais os elementos que demarcam significativamente suas experiências. Após a identificação desses marcadores, visa-se pensar teoricamente a complexidade das experiências desses corpos a partir de uma perspectiva interseccional (Piscitelli, 2008), não para definir ou explicar a mulher em situação de rua, mas, analisar, contextualmente, as suas relações em termos de performances de gênero.

Nesse sentido, assumir teórico-metodologicamente para a realização da pesquisa etnográfica sobre esses sujeitos, o pressuposto de investigar os processos de diferenciação a partir da distinção e articulação das experiências de mulheres de rua para com os seus pares homens da rua, que, já no trabalho de Frangella (2004), aparece como um elemento que produz modos de subjetivação outros, tende não somente a contribuir com os estudos sobre a temática das mulheres que habitam as ruas e que fazem uso de droga na “cracolândia”, mas, também, com os Estudos de Gênero e a Antropologia Urbana.

Ademais, apesar do trabalho de Frangella (2004) contribuir teoricamente para com os estudos sobre população de rua, ao analisar, também, as interações entre os sujeitos via relações de gênero, algumas de suas formulações analíticas acerca da população de rua, não são compartilhadas na discussão que se propõe fazer nessa dissertação.

A antropóloga elenca dois elementos que se encontram no centro do pensamento sobre um modo de ser mais abrangente que conformará uma identidade aos habitantes da rua, que são a ideia de nomadismo e errância. O primeiro é tido como “subjacente aos mecanismos cotidianos da população de rua, na busca incessante de recursos ou em consequência da expulsão contínua de lugares de repouso” (Frangella, 2004, p.29), já o segundo, é associado ao ato de vagar incessantemente pela cidade, que entra em atrito

com a ordem social sedentária, que preconiza a fixação dos sujeitos em suas casas e também a empregabilidade (Frangella, 2004), logo, “ser um errante implica estar condenado a uma permanente situação liminar, sujeito a um número infinito de desaprovações e sanções, concretizadas, na maioria das vezes, em leis de repressão à sua circulação” (*Idem*, p.39).

Em suma, esse modelo explicativo generalizante sobre o modo de “estar nas ruas” elucida algumas das dinâmicas que envolvem a população de rua na cidade. Porém, tal como retrata a autora, há um processo de fixação desses sujeitos em determinadas áreas urbanas, mas que nem sempre se tornam temporários, isto é, lugares de passagem, podendo se estender por anos, sedimentando um universo relacional destes sujeitos em determinados espaços que acabam se constituindo enquanto territórios (Haesbaert, 2007), ou seja, áreas onde os indivíduos se apropriam, logo, carregam conotações simbólicas “das marcas do vivido” (*Idem*, p.21).

Seguindo esse enfoque, busca-se compreender as gramáticas das relações de sentido que atravessam a vida dos sujeitos cuja delimitação espacial torna-se um marcador importante nas suas formas de subjetivação. Logo, importa elucidar as dimensões simbólicas das teias de relações estáveis e densas dos mesmos para com outros *habitués* da antiga rodoviária, tendo em vista, a formação de uma análise antropológica que capte as formas que tais cidadãos das margens agenciam sua permanência no espaço.

Logo, é justamente o contato duradouro, marcado por uma temporalidade que estabiliza um campo relacional entre os sujeitos na cidade, que se demonstra como uma opção teórico-metodológica potente, pois aponta para relações no âmbito do afeto, onde se tensionam e cristalizam os jeitos de constituir uma vida cidadina na área.

Articulado às discussões no campo da antropologia urbana e dos Estudos de Gênero, aparecem as teorias foucaultianas em torno da constituição dos assujeitamentos e, conseqüentemente, das relações de poder na qual os sujeitos da pesquisa estão imersos. Logo, serão acionados os conceitos de vigilância (Foucault, 1999), dispositivo de segurança (*Idem*, 2008), cuidado de si (*Idem*, 1985) e biopolítica (*Idem*, 2008b; *Idem*, 2005), para dar conta da compreensão do processo de sujeição que o “poder”, em suas diversas faces, imprime aos sujeitos, bem como os modos nos quais esses mesmos sujeitos, a partir desses mecanismos reguladores, produzem agenciamentos locais.

Essas categorias delineiam uma análise dos processos exteriores pelas quais o poder atravessa a vida dos sujeitos em questão, em seu aspecto negativo, através de

mecanismos repressivos de vigilância e controle, e positivo, via indução, mediante as intervenções socioassistenciais, de mudanças para si mesmos, através do elo da afetividade. Ambos operam como regime de governo que se capilariza na vida das pessoas em situação de rua na “Rodô”<sup>26</sup>, podendo ser visualizados nas técnicas de intervenção de instituições estatais e dos ilegalismos<sup>27</sup> (Telles, 2010), nos discursos e olhares da vizinhança e até nas narrativas dos próprios sujeitos.

Da perspectiva das técnicas repressivas, salienta-se que a identificação das práticas de vigilância e dos instrumentos utilizados para a consecução dessa forma de sujeição, torna-se uma ferramenta importante para elucidar algumas dinâmicas de usos e trânsitos socioespaciais daqueles que habitam as ruas no local, assinalando os jogos de poder e as relações de conflitos vigente entre essa população e “atores” como a polícia e os sujeitos envolvidos com a “economia subterrânea” na região.

No outro lado da moeda, o poder induz os sujeitos a buscarem os tratamentos oferecidos pelo *Consultório na Rua*, a igreja evangélica e outros *parceiros*, onde as práticas do cuidado desempenhadas por essas instituições, traduzem relações de cunho afetivo-positivo, que fazem os sujeitos a internalizar e assumir para si, algumas das técnicas que envolvem essas práticas.

Numa perspectiva mais macropolítica, essas práticas de cuidado e repressão, assumem o caráter de biopolítica, que, encerram uma discussão mais ampla acerca dos mecanismos estatais de regulação dessa população, onde visualiza-se seus efeitos nas relações microssociais entre as instituições socioassistenciais e as pessoas em situação de rua, através das narrativas de “transformação” de vidas que estavam ou estão nas ruas.

Por fim, costurando as reflexões no campo da antropologia urbana, com os estudos de gênero e também com as análises foucaultianas sobre o poder, encontra-se a antropologia moral ou das moralidades (Schuch, 2014; Fassin, 2019;). Essa perspectiva constitui-se como espinha dorsal da dissertação e atravessa toda a etnografia, pois ela

---

<sup>26</sup> Salienta-se que o termo “Rodô” serve para designar a antiga rodoviária e suas adjacências por vários de seus *habitués*. Pessoas em situação de rua, ativistas, comerciantes, clientes, profissionais do sexo, etc, compartilham desse e de outros termos como “rodoviária” para referirem-se ao local. Nesse sentido, o termo não é tratado como uma categoria êmica das pessoas em situação de rua, pois é dotado de significados plurais para os diferentes sujeitos que frequentam essa área.

<sup>27</sup> Os ilegalismos constituem-se enquanto um conjunto de práticas aonde as fronteiras entre o formal e o informal, lícito e o ilícito, legal e o ilegal, se borram, mas que são reiteradamente classificados pelos dispositivos de saber-poder enquanto ações e modos de ser marginais (Telles, 2010). Assim, os ilegalismos, são visualizados nas interações de pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária com sujeitos ligados à economia subterrânea.

compreende o campo das relações ético-morais, que aparece tanto nas interações cotidianas, quanto nas macropolíticas, isto é, no campo das práticas biopolíticas e das economias morais, no universo da chamada “cracolândia campo-grandense”.

Logo, nesse campo teórico, cabe identificar e analisar dois planos da ética e da moralidade: o primeiro refere-se às moralidades vigentes mobilizadas enquanto práticas e discursos nas interações cotidianas em diferentes contextos relacionais daqueles estão em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, ou seja, as prescrições e sistemas de regras e obrigações presentes nas relações com os “seus pares” e com a vizinhança, *Consultório na Rua*, Igreja e outros sujeitos; já o segundo, corresponde às formas de agenciamento dessas prescrições por esses sujeitos no contexto local, através de suas práticas de si (Foucault, 2018) e na sua constituição enquanto sujeito moral.

Ressalta-se que, a identificação das moralidades vigentes nas diversas relações estabelecidas pelos sujeitos é de fundamental importância para se compreender parcialmente, quais os jogos de poder em voga e alguns elementos que sedimentam as relações de parceria e conflito das pessoas em situação de rua com outros sujeitos na “Rodô”.

Além disso, olhar para a agência desses sujeitos dentro de um espectro de relações morais, revela-se como uma possibilidade de atentar-se para a produção de uma cidadania que confere inteligibilidade à uma vida das margens na cidade, cuja a centralidade encontra-se nas interações pautadas em negociações e adensamento das redes de relações.

Todavia, assinala-se que essas discussões em torno das relações ético-morais são entrelaçadas com as experiências do fazer-cidade (Agier, 2011), performances de gênero (Butler, 2003; 2009) e das práticas em torno dos dispositivos de poder (Foucault, 1998; 2008). Assim, não se visa segmentar as análises através dos diferentes referenciais teóricos, mas sim promover conexões analíticas, no sentido de complexificar e refletir sobre as múltiplas facetas das relações ético-morais das pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária.

É a partir da tentativa de ler o mundo social “sobre os ombros do nativo” (Geertz, 2008, p.212), que se pretende construir o ponto de vista antropológico do campo semântico que atravessa essas relações de sentido. Para tanto, cabe refletir como as situações sociais dos sujeitos entre si e com outros grupos, expressam dimensões mais amplas do cotidiano das suas relações locais.



Nesse sentido, os processos de territorialização, tanto de ordem individual, quanto coletiva, das pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, vistos a partir das dimensões simbólicas e políticas, colaboram para compreender a complexidade na qual se deu e se reatualiza a formação dessa área urbana concebida no imaginário social como “cracolândia campo-grandense”.

Nessa compreensão da “Rodô” enquanto “cracolândia”, emerge a figura das “drogas” enquanto “dispositivo de poder” (Foucault, 2008; Revel, 2005), pois “as drogas” são acionadas para identificar as imediações da antiga rodoviária como um lugar marcado pela venda e consumo de crack, onde essa inscrição serve para justificar e mobilizar intervenções diversas sobre as pessoas em situação de rua que usam essa área. Além disso, a representação dada a dessa localidade através desse dispositivo, também corrobora para particularizar a experiência desses cidadãos, onde a ética e a moralidade se fazem presente, principalmente, nas relações que envolve os sujeitos com “as drogas”.

A partir dessa perspectiva teórica, as pessoas em situação de rua passam a ser atravessadas por mecanismos que assujeitam e também produzem modos de subjetivação singulares em suas experiências locais. Tais processos compreendem formas de estar e relacionar desses sujeitos, que passam ao largo da concepção hegemônica acerca desse grupo, cuja ênfase é dada na fragilidade e na fragmentação de suas relações, promovendo, conseqüentemente, uma vida nômade.

Ademais, a ideia de que as ocupações dos espaços urbanos e as relações desenvolvidas pelas pessoas em situação e rua são essencialmente liminares, isto é, possuem caráter provisório, temporário, ambíguo e indefinido, encontra similaridades com a visão de sujeito urbano proposto por Louis Wirth (1973). Para o sociólogo de Chicago, a grande cidade, enquanto uma entidade totalizante, modela um jeito urbano de viver pautado pelo distanciamento, indiferença e formalidade (*Idem*).

No entanto, diferentemente de Wirth, Simone Frangella não toma a cidade de São Paulo enquanto algo que determina o modo de viver dos moradores de rua. Ela parte do prisma que os próprios interlocutores de sua pesquisa, “em suas perambulações, desenham um possível mapa dos centros urbanos, os espaços possíveis de circulação, a abrangência de seu território” (Frangella, 2004, p.65).

Apesar desse deslocamento analítico parcial, ao analisar a cidade a partir do movimento e uso de seus interlocutores, as preocupações teóricas da autora em explicar as experiências corporais dos moradores de rua na amplitude da metrópole, limitaram o

desenvolvimento de análises que explorem sentidos outros dessa população nos seus respectivos espaços de sedimentação.

Em suma, para uma melhor compreensão do processo de fixação de sujeitos em situação de rua em determinadas áreas urbanas, faz-se necessário elucidar as formulações ético-morais produzidos nas interações destes com outros sujeitos, onde se instituem mecanismos regulatórios na maneira de agir, especialmente com outros sujeitos que transitam e fazem usos diversos dessas áreas, possibilitando a permanência mesmo que indesejada<sup>28</sup> destes nas áreas cidadinas.

Acrescido a isso, ressalta-se que ao tratar de dimensões de ética e moralidade, passa-se pela compreensão das convenções sociais vigentes, bem como dos seus agenciamentos pelas pessoas em situação de rua, que podem ser lidas como economias morais (Fassin, 2019), isto é, regimes de trocas (i)materiais reguladas por normas e obrigações, que são envoltas de relações de poder, onde ao passo que essas normas podem ser acionadas para desterritorializar (Haesbaert, 2007) esses cidadãos das margens, também pode ser agenciada como instrumento de adensamento de vínculos e alianças que auxiliam na permanência dos mesmos no espaço.

Combinado a isso, pensar a constituição de sociabilidades alargadas (Agier, 1999 *apud* Frúgoli Jr, 2007, p.50) desses sujeitos, isto é, esferas relacionais da vida social marcada pela vizinhança e parentela simbólica que intermediam níveis mais amplos de relação com macroestruturas da cidade, colaboraria para desvendar as dinâmicas de redes que também constituem formas de agir nos espaços urbanos.

Por conseguinte, também se mostra interessante analisar as experiências locais dentro do contexto mais amplo a partir da noção de região<sup>29</sup> (Agier, 2011) que pode englobar marcadores socioespaciais, como bairro e centro, que estabelecem níveis específicos de relação para com esse segmento urbano marginal e produzem relações e trânsitos de diferentes cidadãos pela área.

Essas dimensões relacionais, em especial quando se trata do fenômeno “cracolândia”, com destaque para a paulistana, analisado no artigo *Moradia e práticas espaciais na região da Luz* (Frúgoli Jr, Chizzolini, 2012), revelam configurações de

---

<sup>28</sup> Daniel De Lucca (2016) revela que a presença da população de rua surge como ator político na arena pública enquanto um problema social, que deve ser alvo de intervenções justamente por ser um grupo indesejado na cidade.

<sup>29</sup> Mais do que uma localização geográfica fixa ou um espaço urbano marcado por uma certa homogeneidade, a região, para Agier (2011), revela-se como lugares socialmente constituídos por identidades internas, ou seja, aquelas dadas pelos frequentadores que fazem uso dessas áreas, bem como, por identidades externas, estas sim, ligadas a imaginários homogeneizadores sobre os lugares.

conflitos e sociabilidades outras entre moradores do bairro e agentes estatais para com aqueles que fazem uso de crack no universo da rua, que institui, em variados graus, formas de deslocamento e estabilização de relações nessa região da cidade.

Por fim, essas conexões entre as experiências microssociais com as macrossociais no espaço urbano, podem ser situadas, do ponto de vista político, no interior das discussões de direito à cidade<sup>30</sup> (Harvey, 2014), pois se entrelaçam com as formas de gestão estatal das populações e do próprio espaço urbano.

Assim, enxerga-se no fazer-cidade (Agier, 2015), ou seja, o movimento do agir dos cidadãos que instaura o “direito à cidade” (*Idem*, 491), um modelo ideal para compor análises antropológicas que conectem tanto as relações de sentido elaboradas pelos sujeitos em suas formas de agir e estabelecer relações individuais e coletivas, quanto políticas de urbanidade.

No campo das relações estatais, é mister compreender as formas de instauração do poder através dos mecanismos dos dispositivos de vigilância e das práticas de biopolítica (Foucault, 2005)<sup>31</sup>. Além disso, articular esse conjunto de práticas com a noção de economias morais (Fassin, 2019) permite apreender as complexas nuances e formas de gestão que se faz sobre essa população e desse espaço urbano, bem como das teias de relações morais que são mobilizadas por diversos grupos e agenciadas pelas pessoas em situação de rua.

Para tanto, foi percebido que as relações ético-morais, enquanto economias morais abertas e em movimento, podem ser acionadas e negociadas pelos sujeitos nas suas interações cotidianas nas imediações da antiga rodoviária, é que se apresenta como categoria analítica capaz de estabelecer conexões entre as experiências microssociais e os processos macropolíticos de administração da vida dessa população

Logo, olhar para centralidades urbanas que são compostas por sujeitos das margens, que inventam formas de vida social em condição de precariedade, tendo como foco teórico-metodológico desvendar as múltiplas dimensões relacionais nas quais a vida social é constituída nessas áreas citadinas, coloca-se como uma oportunidade ímpar de compreender parcialmente o próprio ser da cidade, que “surge então, não como um

---

<sup>30</sup> “O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais do acordo com os nossos mais profundos desejos” (Harvey, 2014, p.28).

<sup>31</sup> Forma de exercício do poder que tem como princípio o “direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no ‘como’ da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível de aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte” (Foucault, 2005, p.295).

dado, mas como um *processus*, humano e vivo, cuja complexidade é a própria matéria de observação, das interpretações e das práticas de ‘fazer-cidade’” (Agier, 2011, p.38-39).

### **Organização da dissertação**

A presente dissertação é composta por três capítulos. No primeiro capítulo, introduzo o universo da pesquisa, isto é, a antiga rodoviária e as pessoas em situação de rua nas suas adjacências. Nesse sentido, será realizada uma reconstituição histórico-sociológica da antiga rodoviária, além de considerações sobre a população de rua e do uso de crack<sup>32</sup> e/ou similares no Brasil, até chegarmos à “Rodô” com os sujeitos em situação de rua que a usam na contemporaneidade. Para tanto, o Capítulo I está dividido em duas partes. No primeiro subcapítulo foi apresentado, brevemente, a constituição da antiga rodoviária enquanto equipamento urbano significativo para a cidade de Campo Grande durante a segunda metade do século XX até o processo de transformação dessa área em “velho centro”. A partir do diálogo com a noção de “fundar a cidade” de Michel Agier (2011), visa-se demonstrar como a antiga rodoviária “refunda-se” após a desativação dos serviços rodoviários pela prefeitura em 2010, através de formas de associação entre diversos grupos locais entre si e com a cidade. Já no segundo subcapítulo, foi desenvolvido, em um primeiro momento, uma discussão sociológica a partir da pesquisa nacional sobre a população de rua no país (Brasil, 2009) e dos usuários de crack e/ou similares nas “cenas abertas de uso” em âmbito nacional (Fiocruz, 2014), refletindo sobre as conexões entre ambos os fenômenos, para, assim, chegar ao campo etnográfico: as pessoas em situação de rua na “cracolândia campo-grandense”.

No segundo capítulo, trato das questões ético-morais em diferentes níveis de relações das pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária. Procuo compreender como emerge uma série de moralidades agenciadas por esses sujeitos através de suas interações com os diferentes grupos no contexto local, assim como são elaboradas formas éticas de ser e estar no contexto da “Rodô”, e, conseqüentemente, são

---

<sup>32</sup> Tendo em vista, segundo os dados qualitativos produzidos pela pesquisa etnográfica, a prevalência do uso do crack pelas pessoas em situação de rua que usam drogas na antiga rodoviária, é que se justifica a preferência em abordar a questão do uso dessa substância no Brasil. Além disso, o uso dessa droga por populações marcadamente pobres em áreas urbanas, tem sido o vetor de inúmeros discursos, especialmente midiáticos, que causam inúmeros efeitos sobre essa coletividade de sujeitos em diversas cidades do Brasil.

produzidos ordenamentos locais. Para tanto, analiso, no primeiro subcapítulo, as relações destes sujeitos com o *Consultório na Rua*, apontando os processos de tensionamento e internalização das prescrições, bem como os efeitos produzidos pelas intervenções na vida desses sujeitos. Viso entender como essa instituição se insere no campo simbólico das relações “de parceria” das pessoas em situação de rua na antiga rodoviária, bem como as subjetividades éticas que emergem dessas interações com a mesma. No segundo subcapítulo, analiso como o discurso de uma moralidade religiosa se capilariza e se reproduz no seio das narrativas de três interlocutores em situação de rua. Analiso como esses discursos enredam classificações de si e do outro, demarcando diferentes narrativas de subjetividade acerca do próprio ser e estar em situação de rua. Além disso, aponto como essa narrativa se faz presente nas relações de solidariedade e distinção com outros sujeitos em situação de rua. Por fim, no último subcapítulo, analiso como um conjunto de mulheres em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, é assujeitado pela masculinidade, e, com ela, é obrigado a agenciar sua subsistência no local. Procuo entender como a própria masculinidade, que pode assumir diversas formas de manifestação, constitui-se como uma prática de subjetivação dessas diferentes mulheres, pois se faz presente, cotidianamente, nas relações da cultura *callejera* (Bourgois, 2015) desenvolvidas no local.

No terceiro capítulo, reflito sobre a constituição da “Rodô” enquanto “cracolândia campo-grandense” nas suas diferentes esferas. Para tanto, o capítulo está dividido em três partes que abordarão dimensões específicas acerca do tema em questão. Em um primeiro momento, realizo uma discussão em torno das diferentes formas que alguns sujeitos da “Rodô” se relacionam com as drogas, o sexo e a noção família, que ocupariam um lugar significativo na experiência de certos sujeitos etnografados no contexto da “cracolândia campo-grandense” e evidenciariam processos heterogêneos de subjetivação e relações de sentido que emergem no contexto local. Em seguida, analisarei as diferentes formas de governo e relações de assujeitamento oriundas das intervenções estatais repressivas e dos ilegalismos, atentando-se para as conexões entre exercício de poder de ambas e suas relações com o universo das pessoas em situação de rua no local, no intuito de teorizar acerca de uma governamentalidade presente na “Rodô”. Por fim, desenvolvo uma análise entre a produção da “Rodô” enquanto “cidade das margens” a partir da intersecção das ações (i)morais com o signo da “cracolândia campo-grandense” presente no imaginário coletivo. Nesse sentido,

apresento uma reflexão em torno dos tensionamentos entre regulação e normalização presentes no local.

## **CAPÍTULO I**

### **O VELHO CENTRO E AS VIDAS PRECÁRIAS: “REFUNDANDO” A ANTIGA RODOVIÁRIA E DESENHANDO O CAMPO ETNOGRÁFICO**

#### **1.1. Nas margens do centro: Campo Grande - MS a partir da antiga rodoviária**

Era início da tarde na “Rodô”, quando acompanhava os atendimentos das agentes da saúde. Duas situações se desenrolavam e me faziam abstrair sobre “como ocorria e se configuravam as coisas” nesse universo da antiga rodoviária: a primeira remetia a Alfredo, senhor em situação de rua, que na tentativa de conseguir marcar médico por intermédio de uma agente, levou-a para um bar situado no interior do prédio e pediu para que a agente esclarecesse o dono do bar sobre sua situação, no sentido de convencê-lo a não deixar Alfredo beber. A segunda se apresentava como uma típica cena de “saltar os olhos” para mim, que sou de fora. Sujeitos sentados numa calçada em frente ao prédio do antigo terminal rodoviário. Uma mulher em situação de rua alimentava-se de uma comida que estava dentro de um saco transparente. Um rapaz com um equipamento eletrônico, similar a um rádio, fazia um “gato” no poste de energia para que seu equipamento funcionasse. Também ao lado deles, um casal comentava que vendiam camisinhas para os clientes que procuram as profissionais do sexo na antiga rodoviária. (Caderno de campo, 15/jan/2019).

Ressalta-se que a cidade de Campo Grande – MS tem a sua vida urbana formada principalmente a partir da segunda metade do século XX. Seu processo de modernização intensificou-se na década de 1950, tendo um aumento exponencial de sua população nas décadas de 1970 e 1980 (Attianesi, Passamani, 2018), devido ao “grande número de imigrantes vindo de outros estados da federação, assim como do interior do estado” (Idem, p.62). Além disso, como explicitam os autores, a própria urbanização da cidade se deu de maneira pouco distribuída, onde à época, a presença de infraestruturas e equipamentos modernos era percebida somente em avenidas situadas na região central da cidade.

Nesse contexto foi que surgiu a “Rodô” de Campo Grande – MS. Construída nas proximidades do centro da cidade, o complexo rodoviário foi inaugurado em 1976 abrigando em seu interior três estruturas distintas: o Estação Rodoviária interestadual, o Terminal Rodoviário Urbano de âmbito municipal e o Centro Comercial (Kureda, 2017). O primeiro foi uma antiga área de embarque e desembarque dos coletivos da

cidade. A segunda, abarcava o espaço destinado para os ônibus intermunicipais e interestaduais. E o último, foi construído para atender comercialmente os passageiros que transitavam todos os dias.

Do ponto de vista histórico, a “Rodô” desenvolveu um papel fundamental na cidade de Campo Grande – MS. Logo após a sua inauguração, o lugar já concentrava boa parte dos serviços de transporte de passageiros da cidade, além de comportar duas salas de cinema (Plaza e o Center), bem como grandes lojas de departamento. Nos primeiros anos, instalaram-se algumas instituições estatais no interior do prédio, como, por exemplo: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Junta Militar, Agência Municipal de Transportes e Trânsito (Messias; Castelhana, 1999).

Ou seja, principalmente, entre os anos de 1976 até meados da década de 1990, a *Rodô* exerceu importantes funções sociais. Para os cidadãos, o lugar foi tanto uma espécie de “shopping”, por conta do comércio variado, e, principalmente, pelos cinemas de grande porte, quanto um espaço de utilidade pública, em termos de transporte e de serviços públicos. Em suma, esse período é lembrado por alguns comerciantes locais, como o período de “ouro” (Kureda, 2017, p.13), marcado pela clientela volumosa e constante oriunda dessa centralização de serviços e capitais que era presente no complexo rodoviário.

Não obstante, verifica-se que esse equipamento urbano teve grande importância social e econômica, quando se observa que parte significativa da rede hoteleira da cidade concentra-se até os dias atuais nas imediações do lugar. Essa assertiva se constata em uma breve caminhada atenta pela redondeza, onde é possível visualizar um número considerável de hotéis instalados.

No entanto, com o aumento da população da cidade na década de 1990, em que o censo populacional do ano de 1999 apontava para mais de 600.000 habitantes em Campo Grande, fez com que alguns setores do complexo rodoviário começassem a ficar sobrecarregados, pois a “Rodô” foi construída para atender uma população quatro vezes menor que a da época (Messias; Castelhana, 1999), ocasionando saturação em termos de segurança, espaço e funcionalidade (*Idem*, p.34).

De forma complementar, no início dos anos 2000, a cidade encontrava-se em plena expansão urbana. Construções de novos terminais de transbordo de coletivos, bem como a inauguração do shopping central da cidade, mais a saída de empresas e equipamentos de serviços públicos do prédio fizeram com que a “Rodô” passasse a deixar de ser vista pelo imaginário popular como um espaço de lazer, consumo e



serviços. Nesse sentido, a combinação dos problemas estruturais do complexo rodoviário com o desenvolvimento urbano campo-grandense colaborou para o arrefecimento gradativo do comércio na “Rodô” (Kureda, 2017).

O ápice foi quando a prefeitura, no ano de 2010, na gestão do ex-prefeito Nelson Trad Filho, desativou os serviços rodoviários no local. Esse evento foi o divisor de águas. A partir daí, a “Rodô” passou a ser oficialmente a antiga rodoviária da cidade, marcada por um comércio arrefecido e escassez de clientela formal. Sem o público habitual, advindo dos terminais de ônibus, o comércio local sofreu fortes abalos, que culminaram no endividamento de comerciantes, bem como no fechamento de inúmeros imóveis do Centro Comercial.

Atualmente, há em torno de 60 estabelecimentos comerciais abertos no complexo rodoviário. Podemos encontrar no Centro Comercial da “Rodô”: fábrica de lanches, bares, salões de beleza, escritórios de advocacia e contabilidade, lojas de sapatos e roupas. Além destes, situam-se no seu entorno: rede hotéis e de brechós, restaurantes, lanchonetes, bares, farmácias e igrejas evangélicas.

Paralelamente, passou a ser visibilizado de maneira mais contundente pela mídia local, a figura da pessoa em situação de rua e do usuário de drogas nas imediações da “Rodô”. Esses sujeitos passaram a ser concebidos como um “problema social” local a ser resolvido<sup>33</sup>. Por conseguinte, tanto o Estado, quanto a sociedade civil, passaram a desenvolver intervenções das mais variadas formas, que incluem, desde práticas de assistência até ações policiais de caráter mais repressivo.

Portanto, até os dias atuais, setores de comerciantes da “Rodô” manifestam a necessidade de uma mudança social na região, que possibilite o reaquecimento comercial através do retorno da clientela formal, bem como eles percebem como urgente uma alternativa para a presença cotidiana de usuários de drogas e moradores de rua na região.

É nesse contexto que a antiga rodoviária passa a tomar a forma de velho centro da cidade, ou seja, “um espaço urbano que no passado se constitui como o primeiro centro da cidade” (Patricia da Silva, 2010, p.17), mas que, por conta do processo de suburbanização, isto é, a descentralização espacial das atividades, indústrias e serviços para outras áreas da cidade (*Idem*, p.16), passou por um processo de desvalorização

---

<sup>33</sup> A categorização desses sujeitos em “problema social” está presente na fala de uma comerciante da antiga rodoviária e se faz presente na ata da reunião pública para o bairro Amambaí que compõe o acervo de documentos do Plano Diretor de Campo Grande - MS. Para mais detalhes, ver (Kureda 2017).

econômica através do esvaziamento do contingente de passageiros, clientes e transeuntes na área.

Salienta-se que essa transformação da região situada no centro da cidade, emerge, não somente como um movimento de dispersão de capitais, serviços e empreendimentos comerciais, mas também de reconfiguração das formas de uso e apropriação da cidade pelos cidadãos, especialmente no que diz respeito ao consumo e lazer.

Todavia, essa noção de velho centro só pode ser pensada numa perspectiva relacional, em que a conotação social e simbólica adquire um sentido quando posta em relação com outra área. Nesse sentido, a região da antiga rodoviária pode ser caracterizada enquanto velho centro em comparação com a emergência de novas centralidades na cidade, que passaram a realizar em termos de lazer, oferta de serviços ou consumo, aquilo que outrora se encontrava na “Rodô”.

Em suma, a produção dessas áreas centrais se dá pelo movimento promovido pela cidade em termos econômicos, sociais e culturais, onde, se anteriormente, o centro de Campo Grande – MS concentrava um conjunto de atividades, posteriormente, com o passar das décadas, passou a prevalecer o modelo de regiões policêntricas (Whitacker, 2018), pois decorrem diferentes atividades especializadas em diversas áreas do centro. Porém, nesse bojo de transformação, essas áreas centrais primeiras, nem sempre são contempladas por investimentos privados-estatais, tornando-se áreas “abandonadas” e “obsoletas”.

Por outro lado, em contraposição à noção de velho centro, é comum nas literaturas a nomeação de certas áreas centrais de cidades brasileiras como centros históricos, ou seja, áreas que foram requalificadas pelo Estado e iniciativa privada através de processos de patrimonialização de suas arquiteturas (Patricia da Silva, Feretti, Sette, 2008) que tornaram-se mercadorias culturais, especialmente da indústria do turismo (*Idem*, p.86).

Acrescido a isso, as assimetrias entre um centro histórico revalorizado e um velho centro, também são simbolicamente reiteradas, através das representações moralizantes, que comumente associam o primeiro como áreas nobres, limpas, polidas, ou seja, apropriado para ser consumido (Leite, 2004), enquanto o segundo é majoritariamente associado à deterioração, decadência e até à violência (Patricia da Silva, 2010; Frúgoli Jr, Chizzolini, 2012; Leite, 2004).

Seguindo essa perspectiva, a “Rodô” ao tornar-se a antiga rodoviária, passou a ser representada como “velho centro”, pois, além da desvalorização econômica e social, é constantemente reiterado que nesse espaço é onde se encontra: um conjunto de sujeitos considerados como “problema social” (Kureda, 2017); tráfico de drogas<sup>34</sup>; prostituição<sup>35</sup> e violência<sup>36</sup>.

Salienta-se que essas formas de classificação das regiões centrais, tende a segmentar a cidade num conglomerado de regiões morais (Park, 1967), ou seja, áreas concebidas pelos cidadãos como homogênea e segregada, onde a população se organizaria “não apenas em torno de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e temperamentos” (Park, 1967, p.63), potencializando assim, o processo de segregação através da reiteração de estereótipos.

Ressalta-se que esse olhar acerca do surgimento dos velhos centros estar relacionado diretamente à expansão urbana da cidade, tem sido uma constatação corrente nos diversos estudos urbanos (Barata-Salgueiro, 2018; Maia, 2018; Patricia da Silva; 2010). No entanto, mais do que reiterar ou criticar a teoria urbana sobre os processos macroestruturais que decorrem nos centros das cidades, a preocupação do trabalho é ver como a cidade “se faz por dentro” (Cordeiro, 2010). Para tanto:

[...] o ponto de partida deve ser o dos lugares em que os indivíduos se inserem, que deixam ver a vida cidadina pelo lado de dentro, fazendo emergir uma imagem de cidade mais familiar, mais relacional, mais cultural, como produto da observação antropológica: feito da descrição das práticas, das situações e das interações de cidadãos diferenciados. Trata-se de uma opção metodológica de base, que tem como objetivo, não contrapor uma nova definição de cidade, em termos substanciais, mas, sim, permitir descobrir as formas urbanas que se vão inventando, criando, produzindo e sedimentando – resistindo e emergindo – independentemente das formas urbanas, materiais e institucionais de cada cidade particular [...] (Cordeiro, 2010, p.115).

Nesse sentido, esse deslocamento tenta tornar inteligível uma “Rodô” que não é comumente retratada nos veículos locais de comunicação, isto é, em seu aspecto familiar, situada nas margens do centro, mas que estabelece amplas e diversificadas

---

<sup>34</sup> In: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/pm-prende-principal-fornecedor-de-drogas-na-regiao-da-antiga-rodoviaria>.

<sup>35</sup> In: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/aos-55-anos-uma-das-prostitutas-ha-mais-tempo-na-ativa-hoje-so-investe-no-batom>.

<sup>36</sup> In: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/01/04/dois-sao-assaltados-na-regiao-da-antiga-rodoviaria-de-campo-grande-em-poucas-horas.ghtml>.

redes de relações com a cidade. Mergulhando nesse universo, observa-se um conjunto de atividades sociais que movimentam a vida cidadina nesse espaço. Seja durante o período diurno ou noturno, é perceptível nas suas diversas partes a presença heterogênea daqueles que frequentam o espaço e fazem dele diferentes usos: passageiros das vans de transporte para o interior do estado, vendedores ambulantes, trabalhadores dos trailers de lanche, usuários dos serviços da lotérica e dos correios, consumidores dos estabelecimentos comerciais etc. São os diferentes tipos de empreendimentos, que, junto com outros frequentadores, pessoas em situação de rua, usuários de drogas, profissionais do sexo e hippies, constroem múltiplas relações que constituem a vida social da antiga rodoviária.

Ressalta-se que, longe de querer esmiuçar toda essa gama de relações e usos que se faz nessa área, o exercício reflexivo que se propõe é descrever e analisar algumas das dinâmicas relacionais nesse universo que envolve, inclusive, grupos à margem<sup>37</sup>, com a vida cidadina campo-grandense. Por conseguinte, objetiva-se “desenhar uma cidade múltipla, partindo do ponto de vista das práticas, das relações e das palavras dos cidadãos [...] e que esta cidade não é menos real que aquela dos urbanistas ou administradores. É outra” (Agier, 2015, p.486).

Nesse sentido, visa-se apresentar essa outra “Rodô” cujo formato não é nem exclusivamente público e nem privado, mas sim um espaço intermediário marcado por diversos níveis de interação de grupos e sujeitos distintos entre si no lugar e com a cidade, que podem ser delineadas através da constituição das redes de relação tecidas (Agier 1999; Barnes, 1987; Frúgoli Jr; Chizzolini 2012).

Além disso, pensar a configuração da “Rodô” desde o seu lugar de antiga rodoviária, que tem como marco temporal o ano de 2010, revela-se como uma possibilidade de compreendê-la em sua “refundação” (Agier, 2011). Para tanto, a partir do conceito de fundar a cidade (*Idem*), Michel Agier diz que este processo se constitui no estabelecimento de sujeitos em um determinado espaço marginal, como, por exemplo, os acampamentos urbanos à margem da cidade, que não são dotados de reconhecimento legal por parte do Estado, mas que, ao longo dos anos, sedimenta-se como um lugar permeado de inúmeras práticas cidadinas daqueles que fazem-cidade. Assim, o conceito é ressignificado em sua terminologia para “refundar”, que trata de

---

<sup>37</sup> Salienta-se que dentre os segmentos concebidos como marginais, por alguns “atores” relacionados aos interesses de parte do comércio local, encontram-se: profissionais do sexo, pessoas em situação de rua e usuários de drogas (Kureda, 2017).

mecanismos de fazer-cidade em meio ao despojamento realizado pelo Estado ao desativar os serviços rodoviários na “Rodô”

Esse caminho analítico segue a perspectiva da chamada etnografia das margens (Perlongher, 1987; Agier, 2015;) que tem como prerrogativa analisar as experiências de sujeitos situados à margem, do ponto de vista moral, político e econômico, para além das representações estigmatizantes ou das visões que os concebem na chave da anomia e da exclusão, situando-os nos múltiplos planos de relações de poder, especialmente no que diz respeito à relação com o centro valorizado da cidade, mas tendo seus agenciamentos como *locus* interpretativo.

Para tanto, o desafio é deslocar a compreensão da cidade enquanto um conglomerado de estruturas e equipamentos para a cidade “feita” pelos cidadãos, em especial, para algumas das formas nas quais os “atores” da “Rodô” comunicam, negociam e sociabilizam-se, tanto com a sociedade envolvente (clientes de lanches e passageiros de transporte para o interior, vendedores ambulantes, pequenos empreendedores, políticos locais, etc.), quanto entre si mesmos: habitantes das ruas, profissionais do sexo, comerciantes.

Pensando as conexões locais com outros “atores” da cidade, postula-se que a presença cotidiana de vendedores ambulantes, que comercializam picolés, legumes, eletrônicos, viagras, tapetes etc, são comuns durante o período diurno. Esses trabalhadores informais têm a antiga rodoviária como um dos seus pontos de circulação. Diferentemente das dinâmicas de regulação em outros perímetros urbanos<sup>38</sup>, na antiga rodoviária existe uma maior permissividade para transitar e vender seus produtos. Não foi observada a existência de mediadores que impõem restrições à circulação desses sujeitos, que se aproximam da clientela local que, muitas vezes, são os próprios comerciantes e profissionais do sexo da área que são conhecidos por eles (as).

Seguindo no campo das relações econômicas, subsistem os serviços de transporte através de vans para o interior do estado de Mato Grosso do Sul, em que pode-se perceber, também durante o horário comercial convencional, a presença de famílias e pessoas oriundas da zona rural que ficam próximas às plataformas na cobertura do complexo rodoviário em frente à avenida Joaquim Nabuco, onde menos se

---

<sup>38</sup> A presença desses sujeitos nas áreas centrais são muitas das vezes atravessadas por conflitos com setores do comércio regular. In: <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/lojistas-pedem-providencias-sobre-comercio-ambulante-na-area-central/332414/>; <https://www.campograndenews.com.br/direto-das-ruas/policia-municipal-recolhe-produtos-de-ambulantes-e-causa-revolta-em-terminal>

transita sujeitos em situação de rua, mas é aonde se circula, com uma certa notabilidade, as profissionais do sexo. Esses passageiros, além de manter o funcionamento desse pequeno empreendimento de transportes, corroboram para a manutenção das lanchonetes e também dos hotéis das redondezas.

Salienta-se que há comércios em funcionamento durante o período noturno nas imediações do antigo terminal rodoviário. Destaca-se nos trailers de lanches dispostos na avenida Vasconcelos Fernandes, em frente ao prédio da antiga rodoviária, a presença de núcleos familiares, inclusive com crianças e de jovens, que sentam nesse espaço e se alimentam ali mesmo. Além disso, há aqueles que pedem e ficam no interior de seus carros (Kureda, 2017), sendo esta última modalidade de ação, a que mais pode ser observada.

Isso revela que, apesar de haver um imaginário que associa o lugar ao perigo, à imoralidade e à degradação, sobretudo no período noturno, quando se potencializam essas representações sobre o lugar, há circulação de campo-grandenses a encontrar nas noites e madrugadas da antiga rodoviária, uma opção mais artesanal de fabricação de lanches diante das formas globalizadas<sup>39</sup> presentes na principal avenida do centro da cidade.

No que tange à busca por novos empreendedores para ocupar as salas fechadas no interior do complexo rodoviário, reitera-se que, diante desse novo cenário de arrefecimento e desvalorização, alguns comerciantes começaram a realizar ações para atrair novas formas de comércio para a antiga rodoviária. Destacam-se duas formas distintas: a primeira é a tentativa feita no ano de 2013 de alugar imóveis sem cobrar aluguel nos primeiros meses<sup>40</sup>, tendo somente a taxa de condomínio e de IPTU como valores a serem pagos, o que giraria em torno de R\$ 300,00 mensais. A segunda forma se deu com a promoção de alguns eventos “alternativos” de cunho cultural<sup>41</sup>, que tiveram como alvo grupos ligados ao movimento artístico-cultural da cidade, por exemplo, o evento “Luz na Rodô”, com exposições de trabalhos de artistas, grupos de dança, artesanato, músicos, etc.

---

<sup>39</sup> McDonalds, Bobs, Burger King, Habib's e Subway, constituem-se como empresas multinacionais de lanches que possuem franquias em diversas partes da cidade, inclusive em áreas mais revalorizadas, mas que não produziram tipos de lanches mais artesanais que são tão comuns em Campo Grande – MS.

<sup>40</sup> In: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/na-velha-rodoviaria-donos-cedem-imoveis-de-graca-a-quem-quiser-abrir-negocio>.

<sup>41</sup> <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/luz-na-rodos-comeca-com-filmes-e-exposicoes-de-fotografias>.

Nesse sentido, evidencia-se que em sua busca por “refundar-se” (Agier, 2011) economicamente, a “Rodô” vem tecendo redes com trabalhadores autônomos, vendedores ambulantes, empresas secundárias de transporte de passageiros e de venda de lanches. Esse cenário vem elaborando no universo local, formas de subsistir através de uma tentativa de conectar-se com setores do comércio popular e/ou informal da sociedade campo-grandense.

Já no campo político, uma das principais questões relevantes no local, além da revitalização (Kureda, 2017), tem sido as negociações com o Estado para manter o centro comercial aberto. Essa questão se ilustra, especialmente, com a interdição do local por um curto período de tempo feito pelo Corpo de Bombeiros.<sup>42</sup> A ausência de itens como: extintores, hidrantes, sinalização, iluminação, etc, notadas na vistoria realizada pela instituição estatal, levou à interdição do complexo rodoviário. Assim, o fechamento temporário ocorrido em outubro de 2015 foi resolvido através do envolvimento financeiro de comerciantes e também de profissionais do sexo.

Mediante as condições de precariedade física do prédio e problemas na arrecadação de taxas de comerciantes, devido ao alto número de salas fechadas e também da inadimplência, foram realizadas algumas tentativas de articulação direta e indireta. Uma delas diz respeito às dívidas oriundas das taxas de IPTU, que não foram pagas por certos comerciantes, que alegam a impossibilidade, por conta da ausência do fluxo anterior de clientes. Assim, tenta-se o contato com diferentes indivíduos que ocupam cargos políticos, no intuito de negociar as dívidas com o Estado e também pressioná-lo para investir novamente na área.

Por conseguinte, nesse breve apanhado de situações descritas que dissertam sobre relações mais amplas com diversos grupos da cidade, pode-se pensar analiticamente a “Rodô” em processo de reelaboração. Se em suas primeiras décadas, havia uma imagem extremamente positivada do lugar, onde se faziam presentes no interior do prédio diversos empreendimentos de grande porte (Kureda, 2017), após a desativação dos serviços rodoviários em 2010, a “Rodô” passou a entrar em um processo de reconfiguração de suas relações com a cidade em diversos níveis.

Nesse sentido, é nítido que as marcas do abandono estatal e da pobreza se fazem presentes nessa área urbana, mas a partir de um olhar de dentro (Cordeiro, 2010; Agier,

---

<sup>42</sup> <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/lojistas-e-ate-garotas-de-programa-se-unem-para-nao-fechar-antiga-rodoviaria>

2015), as ações promovidas pelos diversos grupos começam a dar contornos a uma “Rodô” que, tal como a cidade, encontra-se em movimento.

Retrato disso é o comércio noturno de lanches. Mesmo situado em uma região da cidade vista como “degradada”, no período noturno, há uma subversão de alguns estereótipos lançados sobre o lugar e revelam uma outra lógica de uso da cidade. O *locus* concentra-se na clientela que consome no lugar. Há famílias com crianças pequenas que sentam-se junto às mesas de plástico dispostas no meio de uma avenida em frente ao complexo rodoviário. Ressalta-se que, na rua ao lado, vários sujeitos marcados como “problema social” (Kureda, 2017) circulam e se agrupam em diferentes blocos. Não há banheiros químicos ou mesmo algo “concreto” que impeça aproximações das pessoas que estão nas ruas e/ou usando drogas com os clientes.

Todavia, segundo informações de uma comerciante local, esses lancheiros venderam no ano de 2016, em torno de 8.000 unidades de lanches por mês. Diante desse dado, afirma-se que o público consumidor, vem concebendo esse empreendimento como parte de uma cidade que lhe é familiar (Agier, 2011), onde o reconhecimento da “Rodô” enquanto um ponto da densa rede de lanches da cidade, mesmo mediante a reiteração da suposta “degradação sócio-moral”, faz com que os cidadãos usem e transitem recorrentemente pelo lugar.

Por fim, salienta-se que na antiga rodoviária vem sendo sedimentada uma outra dinâmica relacional alternativa àquela vivida nas décadas anteriores. Elenca-se dois processos: o primeiro diz respeito a uma aproximação e incorporação de segmentos do comércio popular e/ou informal, imprimindo, assim, uma tendência socioeconômica para o lugar, que se distingue daquela que predominava nos chamados anos “de ouro” da “Rodô”.

O segundo processo remete a uma possibilidade de reinvenção das diversas formas de preenchimento dos “espaços vazios” deixados pela desativação dos serviços rodoviários, que já vem sendo gestado nessas múltiplas e difusas apropriações de “atores” situados num estrato baixo e médio da população da cidade. Sujeitos como: trabalhadores autônomos, ambulantes e artistas, já vem construindo uma certa “familiaridade” com esse universo, bem como com alguns de seus sujeitos.

No que remete à relação entre os sujeitos que frequentam assiduamente a antiga rodoviária, reitera-se a consecução de uma série de práticas e/ou negociações entre comerciantes, profissionais do sexo e pessoas em situação de rua, que tem tornado o



conviver com a diferença, mesmo havendo dimensões conflitivas (Kureda, 2017), possível, e, conseqüentemente, a reprodução social e econômica do lugar.

Nesse sentido, destaca-se o exercício da prostituição. Essa prática situa-se antes mesmo da desativação dos serviços rodoviários (Costa, 2009) e se perpetuou após esse acontecimento. No entanto, se nos tempos “de ouro” havia um fluxo constante de pessoas transitando, no contexto atual, em que há pouco movimento no interior dos corredores, essa economia sexual local passa a estabelecer conexões importantes com alguns empreendimentos comerciais.

Assim, percebe-se que a prostituição local desenvolve fortes ligações com dois tipos de comércio da área: bares e hotéis. O trabalho de Alexandra Costa (2009) intitulado *Paradisíacos e venenos: uso de drogas e controle do corpo*, a autora revela a presença negociada de garotas de programa nos bares, pois, segundo a interlocutora que ela conversou, as profissionais do sexo são “bem-vindas” ao estabelecimento porque dão lucro ao mesmo com o consumo de bebidas delas e dos clientes (*Idem*, p.9).

Além disso, a rede hoteleira situada no entorno do antigo terminal rodoviário que compreende, segundo uma comerciante<sup>43</sup>, quase 70% dos hotéis da cidade, atualmente, também se encontra comercialmente arrefecido. Nesse contexto, de escassa clientela, muitos hotéis ainda continuam subsistindo e uma das práticas que se perpetuou, mesmo após o fechamento dos serviços rodoviários, e que gera movimento diário nesses equipamentos, tem sido a prostituição.

Contudo, ressalta-se que essa constatação não pretende afirmar que o exercício da prostituição é o gerador principal de fluxo de clientes que esses hotéis venham a receber. Mas apenas salientar que a permanência desse tipo de modalidade das economias sexuais, situa-se como um vetor cotidiano de giro de capital para alguns desses empreendimentos.

Tratando mais proximamente do cenário da prostituição, reitera-se que essa atividade adquire contornos particulares a partir das diferentes categorias de diferenciação (Piscitelli, 2008) que marcam a experiência dessas mulheres. Tomando como base o trabalho de conclusão de curso de Yasmine B. Theodoro (2013) intitulado *A centralidade do trabalho: reflexões sobre a luta de profissionais do sexo no antigo terminal rodoviário Heitor Eduardo Laburu e suas possibilidades de emancipação*, percebe-se que a autora, ao analisar o relatório do projeto Afrodite, desenvolvido pelo

---

<sup>43</sup>Comerciante entrevistada no dia 02//08/2016, durante a pesquisa que culminou no TCC. Ver em (Kureda, 2017, p.30).

Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro Oeste (IBISS-CO), entre os anos de 2002 a 2012 com as profissionais do sexo, (Theodoro, 2013, p.9), destacou uma série de elementos que corroboraria o olhar de Alexandra Costa (2009) acerca da “Rodô” como uma “zona de prostituição pobre” (Costa, 2009, p.9).

Níveis baixos de escolaridade, valores baixos do programa sexual, provedora financeira da casa e as vezes da família, associado a uma vontade de sair da condição de profissional do sexo (Theodoro, 2013, p.45-46), são alguns dos itens destacados pelo trabalho ao analisar os dados apreendidos no referido projeto do IBISS-CO.

Nesse sentido, mesmo que a maioria dos dados seja referente a profissionais do sexo que participaram do projeto Afrodite encampado pelo IBISS-CO, que ocorreu, em sua maior parte, durante o período do funcionamento dos serviços rodoviários, ressalta-se que essa dimensão da precariedade ainda serve como parâmetro analítico para pensar os contornos dessa economia sexual<sup>44</sup> (Bernstein, 2014 *apud* Piscitelli, 2016), já que a desativação dos serviços rodoviários não promoveu a ascensão econômica do comércio formal e o sexual da área.

Portanto, diferentemente da média destacada por Alexandra Costa (2009) de “50 mulheres trabalhando em turnos variáveis, em geral, pela manhã ou tarde”, atualmente, foi possível perceber desde o ano de 2016, um número consideravelmente menor dessas mulheres no interior da antiga rodoviária. Atrelado a isso, a condição de pobreza e envelhecimento dessas profissionais do sexo se mostraram como um marcador significativo.

Logo, pode-se inferir que a reconfiguração da “Rodô” a partir do momento em que ela torna-se a antiga rodoviária da cidade, é que há um maior estreitamento das relações entre a economia formal do comércio e a informal da prostituição e, mediante o descaso do Estado, os “acordos” e relações de ajuda mútua tornam-se um mecanismo de subsistência.

Por fim, considerado como “ator” mais à margem dessa paisagem urbana marginal, encontra-se a pessoa em situação de rua<sup>45</sup>. Se, durante o período de “ouro” do lugar, este sujeito não se fazia tão presente nas imediações do complexo rodoviário em

---

<sup>44</sup> Trazendo a definição de Elizabeth Bernstein (2014), Adriana Piscitelli revela que a autora “considera que o termo economias sexuais remete ao intercâmbio de sexo por dinheiro no sentido mais literal, mas também às maneiras mediante as quais as circulações sexuais são críticas para outros projetos econômicos, incluindo o humanitarismo, o turismo, o policiamento e o controle das fronteiras.” (Piscitelli, 2016, p.5).

<sup>45</sup> Considerações sobre esse segmento serão feitas no subcapítulo 1.2. Já a análise etnográfica das experiências desses sujeitos no contexto das imediações da antiga rodoviária, nos capítulos 2 e 3 da presente dissertação.

termos de densidade numérica e permanência por longo período, no entanto, após a desativação dos serviços rodoviários, ele passa a ser parte da vida cotidiana local enquanto população.

Existe uma correlação direta entre aumento do número de pessoas em situação de rua nas imediações desse equipamento e a transformação do lugar em antiga rodoviária. Sendo assim, dentre as diversas relações que esses sujeitos estabelecem nesse universo, destaco duas formas de associação desses sujeitos para com a economia local.

A primeira remete à ação que lhes oferece certo rendimento financeiro e também colabora na circulação de capital pelo local, que é o ato de cuidar os carros. Essa prática possibilita o recebimento de algum dinheiro das pessoas que estacionam seus carros nas imediações da “Rodô”, que, quando dão algum dinheiro, permite que esses sujeitos consumam nos estabelecimentos comerciais da região.

A segunda forma de relação indireta desse segmento com a economia formal, são os “combinados” sobre a ação desses sujeitos em relação aos possíveis clientes que possam vir a transitar pelo lugar. O principal deles é “não mexer” com esses cidadãos e “resolver seus atritos entre si”. Essa prática se mostrou como uma forma de arranjo que viabiliza os comerciantes e os sujeitos das ruas de conseguirem auferir recursos desses clientes que vem consumir no local.

Por conseguinte, salienta-se que, ao passo que as relações entre comerciantes, profissionais do sexo e os sujeitos das ruas, sejam atravessadas por dimensões conflitivas (Kureda, 2017), elas também produzem vida social nas margens do centro comercial da cidade, que mesmo diante da precariedade social e econômica típica dos velhos centros (Patricia da Silva, 2010), também se elaboram formas de fazer-cidade entre os diferentes grupos que solidificam a “refundação” da “Rodô”.

Assim, são essas cenas descritas de situações sociais, que, ao serem analisadas em seus planos macrossociais, permitem vislumbrar a produção de uma cidadania singular nas bordas do centro de Campo Grande - MS, em que, o pertencimento em comum, dos diferentes grupos, a um lugar de marginalidade e até de informalidade, sedimenta a antiga rodoviária e suas adjacências como um espaço de dinâmica urbana dissidente em comparação com as áreas centrais valorizadas.

Outrossim, é nesse equipamento que algumas das dinâmicas urbanas de Campo Grande - MS, tanto formal quanto informal, também se dão. Não obstante, é essa cidade marginalizada economicamente pelo Estado, composta por segmentos pobres que

elaboram experiências que tornam suas vidas urbanas vivíveis, que interessa analisar neste trabalho.

Para tanto, atentar para as discussões em torno da população em situação de rua constitui uma estratégia analítica fundamental, já que esse sujeito apresenta experiências significativas nessa área, do ponto de vista político, econômico e social. Uma destas é em relação ao consumo de crack e outras drogas, que inclusive, colabora na produção discursiva da antiga rodoviária e suas adjacências como “cracolândia campo-grandense”.

Salienta-se que é de fundamental importância refletir sobre as conexões e diferenças entre o universo do uso do crack com a da população em situação de rua, a nível nacional até chegar no contexto local, bem como realizar uma discussão teórico-metodológica da construção do campo etnográfico.

## **1.2 A situação de rua e o uso de crack: questões conceituais e a construção do campo etnográfico**

Morte, tráfico, assalto. Medo, desencontro, dramas. Esses elementos todos fazem parte de certo nível de entendimento que se tem sobre a “Rodô”, tendo em vista, especialmente, a presença de sujeitos que lá podem ser encontrados: pessoas em situação de rua, vendedores e consumidores de drogas. Área degradada e perigosa são adjetivos comuns dados a essa região situada nas proximidades do centro da cidade.

Embora a premissa básica da antropologia seja relativizar alguns dos pressupostos do senso comum, fazendo um exercício metodológico de impedir que os valores do pesquisador interfiram na pesquisa, ressalta-se que, para além de um mero relativismo convencional, o que se apresenta como potente é também analisar as tramas desse enredo que constrói tanto um imaginário sobre a “Rodô” e seus outros, quanto um lugar de “normalidade”.

Após esse movimento, visa-se justamente delinear como na dimensão da dor, sofrimento e pobreza que atravessa a vida dos cidadãos das margens na “Rodô”, são agenciados por esses sujeitos mediante um jeito de se comunicar, estabelecer afetos e negociar, que produzem relações de sentido, cuja ética e moralidade são balizadores fundamentais para tal empreitada.

Ao longo da pesquisa etnográfica, fui me desprendendo de pré-noções que me fizeram problematizar alguns pressupostos tão naturalizados. Ao mesmo tempo, fui me

abrindo para um novo entendimento antropológico, em que as formas “nativas” de agenciar as relações de poder, se davam sob códigos estranhos ao meu universo.

Assim, a noção de agência aqui ganha destaque, a partir de Foucault (1999) e de Butler (2011), em que para o primeiro a agência está imbricada com os processos de subjetivação promovido pelos processos de sujeição; já para a segunda, o foco da agência se dá nas performances de gênero, ou seja, nos modos distintos de agir e ser enquanto mulher.

Nesse sentido, o olhar em torno da agência decorrerá da compreensão dos mecanismos de sujeição na qual as pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária estão imersos, especialmente os de cunho moral, atentando-se também para os sentidos dados às experiências locais em termos de violência, principalmente pelas mulheres, em que a prevalência da masculinidade expressa em suas performances apontam para uma agência baseada em performances de gênero.

Além disso, faz-se necessário identificar as principais categorias de diferenciação que assujeitam essas pessoas e as definem em suas posições (Hall, 2003), no sentido de identificar tanto os lugares que eles ocupam no seio de suas relações, quanto alguns dos elementos que marcam suas experiências em diferentes esferas no contexto da “Rodô”, tendo o intuito de desestabilizar perspectivas homogeneizadoras e estigmatizantes lançadas sobre essa população.

Ressalta-se que os estudos sobre pobreza urbana se consolidaram como uma das tradições da antropologia brasileira. Os trabalhos estudaram diferentes facetas que envolvem principalmente as periferias paulistanas e as favelas cariocas e passaram a ter espaço significativo na produção científica da área, especialmente a partir da década de 1970, com a transformação dos grupos estudados pela antropologia em “novos atores políticos” (Magnani, 1996, p.10).

Nesse sentido, Heitor Frúgoli Jr (2005), em seu artigo *Urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia*, corroborando com Magnani, aponta que em São Paulo:

No campo da antropologia urbana paulistana, várias pesquisas de fôlego desse período – como as de Macedo (1979), Magnani (1984) e Caldeira (1984) – tomaram as áreas periféricas como local de pesquisa, buscando compreender detidamente redes de parentesco e de vizinhança, modos de vida, estratégias de sobrevivência, formas de sociabilidade e representações políticas, com ênfase em dimensões cotidianas e em representações

simbólicas, muito pouco contempladas nas perspectivas ‘macroestruturais (Frúgoli Jr, 2005, p.144).

Já no Rio de Janeiro, Alba Zaluar e Marcos Alvito (2006) vão chamar essas áreas densamente habitadas pelas classes populares como favelas, em que, tal como as periferias paulistanas, eram registradas oficialmente como áreas de “habitação irregularmente construídas, sem água, sem luz [...] lugar da carência, da falta e do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado” (Zaluar, Alvito, 2006, p.7-8), mas que no seu interior se desenvolvem uma série de práticas e associações entre os grupos que a compõem, que a tornam um espaço heterogêneo, tal como a periferia paulistana<sup>46</sup>.

Privilegiando a cidade de São Paulo<sup>47</sup>, ressalta-se que, com as mutações ocorridas durante a década de 1980 e 1990, em que as reconfigurações na periferia e no centro da cidade, tornaram a maior metrópole brasileira altamente complexa, ainda marcada pelas diferenças entre as classes sociais nas respectivas áreas urbanas, mas que, o melhoramento dos padrões de vida da periferia, manifesto nas políticas públicas infraestruturais (Caldeira, 2000, p.237) em contraposição ao processo de deslocamento residencial e de empreendimentos terciários<sup>48</sup> das classes altas do velho centro para a região oeste da cidade (*Idem*, p.251; Marques, Requena e Hoyler, 2016).

Esse processo urbano, que acirrou o processo de popularização do velho centro paulistano (Caldeira, 2000), ecoa desde a década de 1960 até meados de 1980, com maior ênfase para a região da Luz e adjacências, na chamada Boca do Lixo (Frúgoli Jr, 2016, p.249) em que, principalmente as práticas relacionadas à prostituição, atividades ilícitas e informais já se faziam presentes nessa territorialidade (Perlongher, 1987).

É nesse âmbito socioespacial metropolitano que coexistem classes médio-baixas e classes populares numa mesma área urbana, onde se vetorizam diferentes usos do espaço, múltiplas modalidades de relações de sujeitos heterogêneos que estabelecem nesse espaço diversos níveis de interação (Frúgoli Jr, Chizzolini, 2012; Frúgoli Jr, 2016; Perlongher, 1987; Rui, 2014).

---

<sup>46</sup> Salienta-se que a literatura aborda uma série de diferenças entre a periferia paulistana e a favela carioca. Para compreender o universo paulistano, ver Caldeira (2000). Já sobre o referido contexto carioca, ver os textos contidos em Zaluar e Alvito (2006) e Valladares (2000).

<sup>47</sup> Será dada maior ênfase à literatura sobre a cidade de São Paulo, pois as transformações decorrentes nela que resultaram na formação do fenômeno “cracolândia” na região do antigo centro, encontram maior similaridade com as mudanças socioeconômicas ocorridas na região da antiga rodoviária e a sua atual paisagem urbano-social, guardadas as devidas proporções. Em contrapartida, como relatado por Frúgoli Jr e Cavalcanti (2013), “as cracolândias cariocas são registradas no plural, e elas tendem a remeter aos espaços no interior ou ao redor das favelas” (*Idem*, p.2).

<sup>48</sup> Destacam-se principalmente atividades de escritório voltados a um público elitizado

Dentre os diversos tipos de sujeitos, destacam-se inicialmente as pessoas em situação de rua. Simone Frangella (2004) mostra que até a década de 1970 esse sujeito era classificado como “*mendigo*, perfil indispensável no universo em questão, tomado, sobretudo, como um desajuste inevitável decorrente de fracasso individual frente aos problemas econômicos” (*Idem*, p.72).

No entanto, na década de 1980 e 1990, esse sujeito passa a ser concebido midiaticamente como um objeto de investigação, pois é nesse período que essa figura urbana toma dimensão populacional através do aumento de pessoas coabitando as ruas de parte do centro da cidade de São Paulo, com destaque para os bairros do Brás, Sé, Mooca, República entre outros (*Idem*, p.305), que conformavam a chamada Boca do Lixo (Perlongher, 1987, p.110-111) e suas proximidades.

Nessa busca pela compreensão sobre esse conjunto de sujeitos, alvo de preocupações no campo acadêmico, da assistência social, saúde e segurança pública, passaram a erigir na produção científica uma série de classificações sobre esta população. Parte significativa da bibliografia costuma definir esses sujeitos através de condições e/ou experiências de desvinculação sociofamiliar, desemprego, violências, etc., isto é, fatores que possam explicar as causas que levaram esses sujeitos às ruas (Escorel, 2000; Silva, 2009 *apud* Santos, 2015; Costa, 2005 *apud* Silva, 2010).

Assim, uma das definições correntes sobre essa população é a seguinte:

Considera-se população em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos) e as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, repúblicas, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no processo de construção de saída das ruas (Silva, 2009, p.29).

Além dessa caracterização, revela-se que há ainda outras categorias que marcam as experiências nas ruas, tais como: trecheiros<sup>49</sup> e viradores<sup>50</sup>. Entretanto, no presente

---

<sup>49</sup> Designação dada ao e por aquele que ‘anda no trecho’, isto é, andarilhos, cuja extensão de deslocamento vai para além das cidades. O termo é auto-referencial, mas seu sentido parece incorporar várias definições, tanto as êmicas quanto as classificações construídas com outros segmentos em torno da categoria (Frangella, 2004, p.29).

trabalho, o foco analítico se dá para aqueles sujeitos que criaram certos “laços” seja em termos de moradia e/ou de realização de atividades nas respectivas áreas dos centros urbanos e/ou adjacências.

Outro aspecto importante são as dinâmicas em torno da produção da vida da população de rua nas diferentes escalas urbanas, com ênfase para suas áreas centrais, que marcam essa experiência cidadina. Esse campo de diferenças, delinea as peculiaridades desse fenômeno urbano, que se manifesta tanto nas grandes metrópoles quanto nas cidades de médio porte.

Ressalta-se que os dados da Secretaria de Direitos Humanos (Brasil, 2013), que teve como base empírica os dados produzidos no I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizado entre agosto de 2007 e março de 2008, estima-se “que o Brasil possua um contingente de 50.000 pessoas em situação de rua” (*Idem*, p.6), através de pesquisa realizada em 71 municípios com mais de 300.000 habitantes.

Quando se trata das dinâmicas socioespaciais, Maria C. Loschiavo dos Santos (2009) revela, logo no início de seu texto, que “milhões de pessoas sem moradia vivem em cidades de plástico e de papelão, localizadas nas áreas centrais das principais metrópoles contemporâneas [...] as cidades brasileiras, dentre as quais algumas capitais, também manifestam essa realidade” (Santos, 2009, p.139).

Nesses universos, em que há maior circulação de capital e “oportunidades”, que o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2009) captou que a maior parte dessas pessoas que habitam as ruas exercem funções remuneradas, e dentre elas, destacam-se “atividades na área da construção civil ou limpeza, ou exercem ocupações como flanelinha – guardador de carros -, carregador, estivador ou catador. A principal atividade é a catação de materiais recicláveis, sendo que 27,5% desta população trabalha nesta condição” (Santos, 2009, p.146).

Rogério Proença Leite (2004) destaca as práticas recorrentes de homens e mulheres que carregam nos seus corpos as marcas das ruas (Frangella, 2004), nas áreas revitalizadas do bairro do Antigo Recife, onde as tensões decorrentes da presença desses sujeitos, vista como indesejada pelos consumidores do lugar, demarca um campo reflexivo acerca desse centro histórico, cujas atividades terciárias, que tornam a área um

---

<sup>50</sup> São pessoas que “sobrevivem da caridade ou de trabalhos eventuais, geralmente em atividades informais. São flanelinhas, catadores de papel e de latas, mendigos. Vivem sob as pontes e marquises, em barracas de lona plástica, em albergues públicos, ou ao relento. Nunca ficam muito tempo no mesmo local. Quando estão nas cidades, são vistos como seres estranhos pela população” (Bursztyn, 2000, p.231).



espaço de consumo de setores das classes médias, institui um mapa da cidade para os habitantes das ruas que os possibilita auferir recursos, seja cuidando de carros, catando latas ou até mesmo praticando a mendicância.

Nesse sentido, assinala-se que “a maior parte das atividades realizadas se situa na chamada economia informal e apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada” (Brasil, 2009, p.93). Ainda de acordo com essa pesquisa, 82% da população é composta por homens e mais da metade encontra-se na faixa etária entre 25 e 44 anos (Brasil, 2013, p.12).

Por fim, mais dois elementos dessa pesquisa se mostraram, extremamente, significativos para refletir sobre possíveis articulações dessa população com o universo das drogas, onde esta última, compõe, na perspectiva de Bourgois (2015), a cultura *callejera*. Assim, esse estudo apontou que, dentre as principais causas que levaram esses indivíduos às ruas, o maior motivo seria “problemas de alcoolismo e/ou drogas [35,5%]” (Brasil, 2009, p.87), seguido do desemprego e de desavenças familiares. Além disso, o outro fator relatado, que não aparece quantificado, mas que se mostrou importante, diz respeito à:

escolha pessoal pela rua como opção de moradia. Apesar de não aparecer como razão principal da saída de casa, esta questão deve ser considerada na medida em que, mesmo quando as razões explicitadas envolvem desentendimentos familiares ou as ameaças e violências sofridas dentro do ambiente familiar, há um grau de escolha própria para ir para a rua. Essa escolha muitas vezes está relacionada a uma noção (ainda que vaga) de liberdade proporcionada pela rua, e acaba sendo um fator fundamental para explicar não apenas a saída de casa, mas também as razões de permanência na rua (Brasil, 2009, p.87).

Desse modo, quando se inscreve tanto o aspecto da droga como causador maior do indivíduo ir parar nas ruas, quanto a “escolha” orientada por uma ideia de “liberdade”, que induz o indivíduo a permanecer na rua adquirindo um estatuto político de pessoa em situação de rua, identificado através de sua corporalidade lida como abjeta (De Lucca, 2016; Frangella, 2004), abre-se um leque de correlações desse fenômeno com a emergência das “cracolândias” e dos chamados usuários de crack e outras drogas, que envolve uma rede de atores tais como: tráfico de rua, entidades religiosas caritativas, instituições policiais, comerciantes, vizinhos, etc.

No entanto, se esse estudo aponta que as causas da chegada às ruas são determinadas por fatores como desemprego, desvinculação sociofamiliar e a problemas

com drogas, além de certa noção de “liberdade”, que orientaria as escolhas dos sujeitos, por outro lado, o processo de permanência na rua e, principalmente, a fixação em determinadas áreas da cidade, somente torna-se possível mediante o estabelecimento de redes de relações mais ou menos estáveis.

No que tange às “drogas”<sup>51</sup>, segundo Taniele Rui (2014), há uma gama relativamente densa de escritos nas ciências sociais brasileiras sobre as relações de consumo da mesma. Diferentes dimensões em torno de seu uso por jovens universitários, segmentos intelectuais da classe média, “meninos de rua”, etc., onde a droga se situa como um vetor para modalidades distintas de relações que envolvem sociabilidades prazerosas, contextos festivos, estilos de vida, mundo do crime e violência, cujas diversas experiências são atravessadas principalmente pelas categorias de diferenciação como classe e geração (Rui, 2014, p. 35- 40).

Todavia, o foco de minha dissertação visa elucidar os sentidos produzidos pelas pessoas em situação de rua no contexto da “Rodô”. Diferentemente da autora, não será privilegiado uma categoria específica desses sujeitos, que, no caso dela, foram os usuários de crack de tipo extremado, os *nóias* (Rui, 2014), mas, sim, como a droga é mobilizada enquanto discurso moral nas práticas de si das pessoas em situação de rua no contexto da “Rodô”, bem como nas intervenções assistenciais e repressivas.

Além disso, também o substrato empírico apresenta diferenças significativas. Se Taniele Rui (2014) tem como foco investigativo duas cidades em áreas citadinas consideradas como *locus* de usuários de crack, Campinas e São Paulo, sendo esta última, em uma região conhecida popularmente como a “cracolândia paulistana”, o presente trabalho analisa os sujeitos na “Rodô” que, do ponto de vista da dimensão social, se coloca como universo díspar em termos de escalas urbanas.

Desde a presença de equipamentos comerciais, redes de moradores da vizinhança, intervenções de instituições estatais e religiosas e, principalmente, a quantidade de pessoas classificadas como usuárias de crack<sup>52</sup> na chamada “cracolândia

---

<sup>51</sup> Seguindo a compreensão de Taniele Rui (2014), ao referenciar Eduardo Vargas (2001), as drogas são um conjunto específico de substâncias classificadas enquanto tal, a partir de critérios do saber médico-legal. Além disso, a criminalização de certos tipos de substâncias tidas como ilícitas, através desse saber, “alimenta julgamentos morais que, de acordo com o contexto que é concebida e vivenciada, pode ganhar significações muito díspares” (Rui, 2014, p.66).

<sup>52</sup> Ressalta-se que a categoria usuário de crack, no universo da antiga rodoviária, ganha substancialidade política quando está associada à situação de rua. Nesse sentido, a escolha metodológica nas pessoas que estão em situação de rua, obedece, primeiramente, ao fato de que as instituições estatais e os diversos grupos voltam suas intervenções, principalmente, para esse sujeito. Assim, o crack e outras drogas aparece como uma questão social e política, principalmente, quando ela se faz presente nas práticas

campo-grandense” diferencia-se significativamente da paulistana, já que em São Paulo a densidade e a amplitude desses atores sociais, que fazem uso e/ou intervêm nessa área, é proporcionalmente maior do que na da cidade de Campo Grande.

Todavia, tal como na “cracolândia paulistana”, sujeitos heterogêneos compõem o rol dos *habitués* que ficam em situação de rua e/ou interagem dentro da dinâmica do consumo de crack nas imediações da antiga rodoviária. Homens e mulheres oriundos de outras cidades brasileiras, jovens e adultos da periferia, famílias que passam a morar e/ou usar frequentemente o local, caracterizam parcialmente os sujeitos da “cracolândia campo-grandense”. Nesse sentido, ambas se assinalam não somente como ponto centrífugo de populações pobres, mas também como um lugar de significativo fluxo regional (Rui, 2014).

Em contrapartida, as narrativas em torno do crack sedimentam uma série de áreas urbanas em “cenas abertas de crack” (Fiocruz, 2014, p.17), cuja presença de sujeitos pobres atrelada às recorrentes formas de consumo dessa substância ilícita, tem gerado “ampla mobilização da opinião pública, das instâncias políticas e dos meios de comunicação” (*Idem*).

Tendo em vista a preocupação do Estado brasileiro desde os anos 2000 com a chamada “epidemia do crack” (Barros, Alcantara, 2014) no país, uma:

fundação de pesquisa social em saúde<sup>53</sup>, elaborou uma pesquisa voltada para o mapeamento do perfil social e epidemiológico do consumo de crack e similares no país. Para isso, em cada capital, equipes foram formadas no intuito de realizarem trabalho de campo e coletarem dados socioeconômicos e epidemiológicos sobre a situação dos usuários de crack e similares – entenda-se: crack, pasta base, merla ou oxi, fumados em cachimbos, latas ou copos (Barros, Alcantara, 2014, p.3).

No que tange ao perfil social desse sujeito, revela-se que o documento intitulado *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?* (Fiocruz, 2014) concatenou um conjunto de dados estatísticos que são fundamentais para a compreensão macrossociológica desses usuários de cenas abertas.

---

desses sujeitos, pois, aquele que consome drogas lícitas e/ou ilícitas, mas não está em situação de rua, raramente é alvo das intervenções institucionais e de vigilância por parte de outros agentes.

<sup>53</sup> Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Corroborando com parte do perfil da população de rua, ressalta-se que a média de idade desse usuário é de 30 - 47 anos e 78,68% dessa população é composta por homens (*Idem*, p.48). Além disso, quando indagados no questionário da pesquisa sobre as formas de obtenção de renda, também se sobressai a prática do trabalho esporádico ou informal, correspondendo a cerca de 65 % (*Ibidem*, p.54) acompanhada em seguida pela atividade mendicante.

Em termos de diferenças de gênero, as mulheres apresentam uma média de idade de 29 – 60 anos e a sua maioria referiu estar casada ou morar com companheiro. Além disso, assim como os homens, predominou um baixo nível de escolaridade, em que a maioria completou somente o ensino fundamental. Além disso, outro fator significativo diz respeito às formas para adquirir dinheiro, mais de 55% das mulheres entrevistadas relataram terem realizado sexo em troca de dinheiro em contraposição aos usuários do sexo masculino em que somente 14,60% o fizeram (Fiocruz, 2014).

Por fim, “aproximadamente 40% dos usuários se encontravam em situação de rua no momento da pesquisa. Isso não quer dizer que esse contingente expressivo, necessariamente, morava nas ruas, mas que nelas passava maior parte do seu tempo” (*Idem*, p.52). Ressalta-se que esse número aumenta 5% nas capitais federais. No entanto, mais expressivo ainda, é que o percentual de mulheres em situação de rua nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa é maior que a dos homens, 45,66% do lado feminino e 37, 23% para o masculino (*Ibidem*, p.92).

Por conseguinte, se, para a população de rua, o “problema com as drogas” se apresenta como uma das principais razões do indivíduo ir para as ruas, por outro lado, aqueles que usam crack, segundo dados da Fiocruz (2014), são “poliusuários, ou seja, crack/similar é um amplo ‘portfólio’ de substâncias psicoativas que eles consomem [...] sendo o álcool e o tabaco as mais frequentemente consumidas” (Fiocruz, 2014, p.56), além de permanecerem por maior tempo na rua fazendo o consumo nas “cenas”/espaços públicos, também um número significativo, com destaque para as mulheres, relataram estar em situação de rua por pelo menos 30 dias.

No que diz respeito à cidade de Campo Grande – MS, a presença de pessoas em situação de rua e de usuários de crack, também se fazem presentes. Os dados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, apontam que a cidade tem 313 pessoas morando nas ruas (Brasil, 2013, p.8). Já na pesquisa da Fiocruz (2014), o que aparece de mais próximo em números absolutos, é que na região centro-oeste foram

registrados 51.263 usuários, ficando atrás somente da região sudeste com 113.510 e do nordeste com 148.704 (Fiocruz, 2014, p.137).

Analisando mais detidamente o fenômeno população de rua, encontra-se como principal trabalho, o livro *O morador de rua de Campo Grande: condições de vida* (Tavares, Almeida, 2002), em que foi elaborado um perfil particular desse segmento na cidade de Campo Grande nos anos 2000 tendo como amostra representativa o número de 138 pessoas que foram entrevistadas em seis locais: Centro, São Francisco, Amambaí, Vila Carvalho, Costa e Silva e no Albergue noturno<sup>54</sup>. Apesar dessa obra ter sido produzida em um período anterior às duas pesquisas nacionais, aparecem nela alguns elementos *sui generis* dessa população no contexto campo-grandense.

Logo na parte metodológica do livro (*Idem*, p.20), fica claro que foi priorizado o uso do método quantitativo através de aplicações de entrevistas com esses sujeitos, onde foi enumerado o local de realizações das entrevistas, bem como a quantidade aplicada nos respectivos lugares. O que se destaca é que a maior parte delas foi aplicada no bairro Amambaí, região onde se encontra instalada a “Rodô”. Seguido desse bairro, a região do centro e do bairro São Francisco constituem-se, nessa ordem, os três lugares onde a pesquisa concentrou o maior número de informantes.

Outro ponto de destaque da pesquisa foi a refutação de que na cidade predominariam os trecheiros e inexistiriam pessoas que efetivamente morariam nas ruas, pois somente estariam de passagem pela cidade. Nesse sentido, “a situação de Campo Grande aproximou-se da nacional: ao contrário do que ocorria na época<sup>55</sup>, hoje é constatada a existência de moradores de rua” (*Ibidem*, p.36).

Confirma-se também o predomínio de homens na composição dessa população, chegando a 88%, bem como de pessoas com idade economicamente produtiva, isto é, 76% dos indivíduos têm entre 18 e 50 anos. Além disso, tal como na pesquisa nacional, quase 80% possui algum tipo de qualificação profissional. No entanto, diferentemente da realidade brasileira, quase a totalidade desses sujeitos encontra-se desempregada por um longo período. 20% realiza trabalhos informais, como: “catadores de papelão e latinhas, cuidam de carros, fazem faxinas, limpam quintais, desenvolvem outros serviços braçais, são pedreiros, vendem picolés, enfim, fazem ‘o que aparecer’.” (*Ibidem*, p.49).

---

<sup>54</sup> In: (Tavares, Almeida, 2002, p.20)

<sup>55</sup> Os autores referem-se à época da realização do I Seminário Nacional sobre População de Rua em 1992 ocorrido em São Paulo, em que foi relatado que em Campo Grande – MS a população de rua era composta basicamente de trecheiros.(Tavares, Almeida, 2002, p.33 – 35).

Por outro lado, outros aspectos dessa população se distinguem da realidade nacional. Se entre a população de rua do país, o principal motivo que ocasionou a ida desses sujeitos às ruas foram as drogas, no universo campo-grandense, foi identificado que o desemprego e a desvinculação familiar encontram-se como os dois principais causadores que levaram os indivíduos às ruas (*Ibidem*, p.47). Problemas como alcoolismo, outras drogas e doenças são menos do que 8% dos motivos para a ida às ruas (*Ibidem*, p.48).

No campo das drogas, foi relatado que mais de 60% dessa população faz uso de drogas lícitas, ou seja, fumam e bebem. Além disso, 18% desses sujeitos disseram “usar outras drogas”, que, segundo os autores, esse índice “pode ser inferior ao real por tratar-se de substâncias ilícitas” (*Ibidem*, p.60).

Por fim, quanto aos espaços de ocupação da cidade, além das praças públicas, prédios abandonados, terrenos baldios e até mesmo nas instituições de acolhimento. No entanto, dentre os outros locais relatados por uma minoria desses sujeitos, junto com casas abandonadas, calçadas, jardins, etc, também a Estação Rodoviária já se fazia como opção<sup>56</sup> de uso por parte dessa população.

Por conseguinte, já nos anos 2000, a “Rodô”, em sua época de pleno funcionamento dos serviços rodoviários que gerava um fluxo intermitente de transeuntes, já se fazia habitada, mesmo que esporadicamente e em menor densidade, por pessoas em situação de rua. Acrescido a isso, outro elemento que pode vir a explicar o desenvolvimento histórico desse processo de sedimentação da “Rodô” enquanto lugar para ser apropriado por essa população, é que além do fato de a maior parte desses sujeitos terem sua origem em outros estados, também a principal profissão que já exerceram ter sido “trabalhador rural” revelando assim, que o complexo rodoviário pode ter funcionado tanto quanto espaço de “chegada” desses migrantes quanto de permanência nas ruas<sup>57</sup>.

Não obstante, com o passar da primeira década do século XXI, período em que se deu a transformação do complexo rodoviário e suas adjacências em parte do velho centro, também foi o contexto em que pessoas em situação de rua passaram a se

---

<sup>56</sup> Ver: Tavares, Almeida, 2002.

<sup>57</sup> Ressalta-se que os dados apreendidos no trabalho de campo não puderam revelar as experiências ou práticas de sentido que remetessem a uma vida social oriunda do mundo rural. Apesar da existência de sujeitos que pude observar, principalmente através de suas vestimentas, traços culturais que poderiam remeter a uma certa ruralidade, não foi possível exercer diálogo efetivo com os mesmos. Por outro lado, os diálogos estabelecidos com os interlocutores caminharam para uma compreensão das formas de vida cidadina, especialmente nas chamadas relações “de rua” (Bourgois, 2015), em suas tensões e arranjos, que se revelaram significativos nos processos de subjetivação dos sujeitos.

avolumar na região e o uso de drogas ilícitas passou a ser retratado nos veículos de comunicação local como uma prática mais frequente.

Atrelado à presença significativa desse segmento, mais a desativação dos serviços rodoviários que levou ao esvaziamento significativo de transeuntes pelo local, bem como o uso de substâncias ilícitas pelas imediações do lugar, a “Rodô” começou a tomar ares de “cracolândia campo-grandense”, onde o destaque não se dá somente pelo uso de crack e outras drogas, mas sim, por mimetizar, a presença de pessoas em situação de rua e o consumo de drogas, tornando-se o “ponto centrífugo das pobreza urbanas” (Rui, 2014), tal como Taniele Rui caracteriza a “cracolândia” paulistana.

É nesse contexto de constituição de um cenário urbano peculiar nas imediações do centro da cidade, que o Estado passa a operar de maneira contínua dentro de duas lógicas de intervenção: a assistência e a repressão. A assistência manifesta-se principalmente por meio das intervenções de equipes multidisciplinares que envolvem profissionais da área da saúde, psicologia e serviço social, encarnada nas agentes do *Consultório na Rua*<sup>58</sup>. Também no campo das práticas de assistência, as igrejas evangélicas exercem um papel muito importante na antiga rodoviária. Dentre elas, destaca-se uma que realiza ações assistenciais semanais oferecendo comidas, roupas, banhos e orações (Kureda, 2017, p.37-42).

Já no aspecto repressivo, é comum a presença da guarda civil municipal, polícia civil e militar. A primeira passou a atuar desde o ano de 2013 nas imediações do local (Kureda, 2017). Já a segunda, também teve sua presença relatada com mais assiduidade após o ano de 2010. Ambas, elaboram práticas sobre esse referido conjunto de sujeitos, mesmo que, comumente, os discursos lançados por agentes repressivos na mídia sejam de que o foco das abordagens policiais são em torno do tráfico de drogas<sup>59</sup>.

Mediante esse contexto de aumento considerável de sujeitos considerados como “problema social” (Kureda, 2017), acompanhado das constantes intervenções estatais e de entidades religiosas, que o lugar vem se consolidando como “cracolândia campo-grandense”, onde se combinam práticas ilícitas, informais e ilegais, com ações legais, formais e lícitas, tornadas visíveis em diferentes níveis de relações.

---

<sup>58</sup> Instituição vinculada à Rede de Atenção Básica, que tem como objetivo promover o acesso aos direitos de assistência e cuidado para a população de rua (Hallais, Barros, 2015).

<sup>59</sup> In: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/mstv-1edicao/videos/t/campo-grande/v/trafico-e-consumo-de-drogas-ao-ar-livre-na-regiao-da-antiga-rodoviaria-de-campo-grande/7188712/>. Acesso em: 14/05/2019 às 13h23.

Essa configuração urbana, segundo Vera Telles (2010), seria algo próprio das cidades nas suas amplas tramas entre instituições, mercados e sujeitos. Por conseguinte, essa cidade cuja as fronteiras entre essas dimensões encontram-se porosas, não é um fenômeno exclusivo de uma determinada região urbana, mas da própria ontologia das cidades.

Entretanto, devido à presença da população em situação de rua, que é lida oficialmente como um grupo informal, por serem sujeitos que não têm emprego formal e residência domiciliar, onde o destaque dado pela mídia local, se dá em torno do consumo de substâncias ilícitas realizados por esses sujeitos, principalmente o crack, que as manifestações dessa porosidade ganha um patamar mais acentuado, tendo em vista, que, recorrentemente, esses sujeitos são inscritos como agentes ativos na atividade ilegal do tráfico de drogas.

Assim, é desse conjunto de sujeitos lidos oficialmente como informais e até associados direta e indiretamente a atividades ilegais, onde se combinam intervenções assistenciais e também repressivas, que se pretende explorar antropológicamente. Para tanto, salienta-se que a construção da etnografia ocorrerá a partir de um lugar institucionalizado, através de idas a campo junto ao *Consultório na Rua* e com a igreja evangélica citada anteriormente<sup>60</sup>.

Salienta-se que a construção da etnografia através desse lugar de sujeito ligado às pessoas que realizam práticas assistenciais, carrega consigo implicações teórico-metodológicas nas (im)possibilidades da análise antropológica. Do ponto de vista, das possibilidades, esse caminho de investigação, permitiu a construção de vínculos com os sujeitos da pesquisa através das práticas do *cuidar do outro* e a transferência do saber em torno do *cuidar de si* (Foucault, 2004)<sup>61</sup>, presentes nas ações assistenciais sobre os corpos desses indivíduos, que permitiu certo nível de troca intersubjetiva<sup>62</sup> (Oliveira, 1996) para com os sujeitos durante a realização da pesquisa.

---

<sup>60</sup> Ressalta-se que a pesquisa com a referida igreja já foi realizada (Kureda, 2017). Nesse sentido, a escolha metodológica em continuar realizando a etnografia junto à igreja, se deu por duas razões: a primeira é pela possibilidade de interlocução com as pessoas em situação de rua, que essa ação caritativa viabiliza; e a segunda razão se dá pela possibilidade de explorar como essa intervenção assistencial, tal como a do Consultório na Rua, dentro dos seus diferentes métodos de intervenção, são lócus de agenciamento ético-moral das experiências desses sujeitos nessa área urbana.

<sup>61</sup> A prática do cuidado significa “um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições” (Foucault, 2004, p.4).

<sup>62</sup> Essa troca intersubjetiva é expressa na constituição de relações dialógicas, onde o pesquisador pode “ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido, encetando um diálogo ‘entre iguais’, sem receio de estar assim contaminando o discurso nativo com elementos do seu próprio” (Oliveira, 1996, p.21).



A própria observação atenta da constituição desse vínculo entre grupos assistenciais com as pessoas em situação de rua, trouxe elementos fundamentais que serão amplamente discutidos no próximo capítulo, em que a percepção das inúmeras performances desses sujeitos junto às instituições assistenciais, se apresentam como formas de agenciar a vida nesse lugar através de uma ética e moralidade.

Além disso, em termos de impossibilidade, assim como Taniele Rui (2014), a associação de minha figura às executoras das políticas públicas no nível de rua (Barbosa, 2017) e à igreja evangélica, colocam limites em torno da apreensão mais detida na chamada “economia ilegal das drogas” (Bourgois, 2015).

No entanto, a própria configuração atual das relações de conflito que envolvem pessoas em situação de rua com as forças policiais na região da antiga rodoviária, atua como um marcador limítrofe na apreensão de certos dados empíricos e na própria formulação de análises que não comprometam direta ou indiretamente, do ponto de vista ético, a vida daqueles que estão em situação de rua e usam as adjacências da antiga rodoviária.

Nesse sentido, não serão feitas análises acerca da posição do sujeito no universo ilegal da venda de drogas, no sentido de classifica-lo dentro de uma espécie de “estrutura social nas ruas da antiga rodoviária”, pois visa-se não tornar o trabalho antropológico uma ferramenta de “investigação policial” (Oliveira, 2010) sobre os sujeitos da pesquisa.

Também interessa à pesquisa buscar a preservação da identidade do sujeito através de medidas cautelosas para realizar a descrição etnográfica, no intuito de não comprometer o anonimato do mesmo (Fonseca, 2008), além de adotar codinomes para tratar de determinados sujeitos.

Além disso, não foi utilizado como recurso metodológico o uso das histórias de vida para compreender os processos de desvinculação socio familiar e “chegada” às ruas, pois, como retratado no trabalho de Simone Frangella (2004):

As histórias de vida da população de rua são narradas, em boa parte das vezes, de forma fragmentada e enunciam uma teia de relações e cenas que soa remota, ainda que permaneça repleta de vitalidade como lembrança: a profissão, o trabalho, a demissão; as interações e conflitos familiares; os circuitos de migração pelo país, bastante recorrentes; os problemas pessoais, como alcoolismo, a drogadição; os problemas psicológicos; as decepções amorosas; as decepções com a sociedade. Ainda que essas narrativas revelem uma heterogeneidade de circuitos anteriores à

situação de rua, o reconhecimento da passagem para esta se faz quase sempre da mesma maneira (Frangella, 2004, p.25).

Todavia, durante as entrevistas realizadas, os sujeitos traziam experiências de suas trajetórias sociais anteriores à antiga rodoviária, que foram significativas para entender como se dão os processos de (des)territorialização e das reconfigurações das relações “de rua” anteriores à própria rua e que se reatualizam em suas interações na “Rodô”.

Além disso, o que efetivamente se apresentou como potente, bem como mostrou-se como um elemento significativo na experiência das pessoas em situação de rua na “cracolândia campo-grandense”, foi justamente a produção de vida cidadina, mediante as negociações morais com diversos grupos, acerca das formas de uso das adjacências da antiga rodoviária e das atividades desenvolvidas nela. Assim, objetiva-se compreender como parte da coletividade das pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária estabelecem relações ético-morais com os *parceiros*, pares da rua, intervenções policiais e agentes da “economia subterrânea”. Nesse sentido, visa-se identificar a heterogeneidade das relações de poder e moralidade estabelecidas, com ênfase para os agenciamentos promovidos pelos sujeitos da pesquisa, e, conseqüentemente, seus processos de subjetivação.

Acrescido a isso, será analisado como o conflito, explorando principalmente o signo das relações de desconfiança, ganha contornos na narrativa desses sujeitos, onde se conferem sentidos particulares a desafetos e contendas. Busca-se investigar como a dimensão da violência, tão salientada nas narrativas lançadas pela mídia local sobre o universo da “Rodô”, se expressa nos diferentes contextos de relações e coloca em voga construções subjetivas de sociabilidade balizadas por arranjos e códigos ético-morais particulares.

Adentrando às relações entre os próprios sujeitos da pesquisa, serão enfatizadas, tanto as diferenças em torno das relações entre homens e mulheres, quanto os processos de diferenciação (Brah, 2006) produzidas no interior das interações entre os mesmos, tendo em vista a possibilidades de interseccionar (Piscitelli, 2008) com a categoria cidade, a partir da apreensão das formas êmicas de classificações e atribuições de sentido entre si, bem como na narrativa de suas experiências cidadinas.

Portanto, convém atentar-se para a forma na qual as mulheres do campo etnográfico experimentam e constituem modos de ser e estar nesse espaço urbano, tendo

em vista a manifestação de expressões da masculinidade hegemônica (Connel, Messerschmidt, 2013), buscando refletir sobre as suas formas de agenciamento mediante essas relações de poder generificadas.

Assim, a etnografia das experiências de pessoas em situação de rua, se constitui como um movimento teórico-metodológico de compreensão desses sujeitos para além das representações morais que constroem estigmas e os concebem como corpos abjetos, mas sim, elaborar, dentro do seu estatuto de humanidade, saberes em torno de como suas vidas precárias tornam-se vivíveis (Butler, 2011) através de suas formas de agenciamento.

## CAPÍTULO II

### AGENCIANDO MORALIDADES E PRODUZINDO ÉTICA(S) NAS RUAS DA ANTIGA RODOVIÁRIA

#### 2.1 - Tempo das/com as *parceiras*: relações com as agentes do *Consultório na Rua*

Desde a chegada do *Consultório na Rua* na antiga rodoviária, um novo elemento no rol simbólico de *parceiros* se instalou na vida das pessoas que vivem em situação de rua e usam as imediações do local. Assim, se vigorava em um passado recente, a ausência de políticas públicas de acesso à saúde e à assistência, atualmente, as intervenções assíduas dessa instituição permitiram a consecução de tratamentos por parte desse segmento.

A equipe do *Consultório na Rua* realiza atendimentos semanais na antiga rodoviária e adjacências. Seu quadro é formado por enfermeiras, psicóloga, assistentes sociais, fonoaudióloga e um motorista. Essa única equipe é responsável por atender as demandas da população de rua em todos os “territórios”<sup>63</sup> de Campo Grande – MS, inclusive na “Rodô”. Demanda esta, que tem crescido exponencialmente, devido ao aumento expressivo do número de pessoas em situação de rua na cidade<sup>64</sup>, em comparação ao censo nacional do ano de 2007.

No que tange à “Rodô”, em conversas e observações feitas com as agentes da instituição, foi possível quantificar uma média flutuante de 20 a 50 pessoas em situação de rua durante as terças-feiras no período vespertino<sup>65</sup>. Segundo duas agentes, alguns fatores influenciavam essa variação, seja para mais ou para menos, mas um deles se destaca: as batidas policiais. Ou seja, quando as intervenções policiais se faziam mais presentes, os sujeitos costumavam dispersar, ao menos por um tempo, para outros lugares. Em contrapartida, quando esta instituição repressiva não se fazia tão presente, percebia-se um maior volume de pessoas transitando.

Existe um certo roteiro, mais ou menos estável, das ações realizadas pela equipe. No início da tarde, as agentes chegam na van da SESAU (Secretaria Municipal de Saúde) do município, que carrega os materiais de trabalho da equipe, tais como: caixas

---

<sup>63</sup> Conceito utilizado pelas próprias agentes e presentes em artigos da área de assistência social e saúde (Engstrom, Teixeira, 2016).

<sup>64</sup> Segundo a coordenadora da equipe, em seu banco de dados, se encontram cadastrados em torno de mais ou menos 3000 pessoas. Este número representaria, um aumento próximo a 1000% em comparação ao número levantado pelo censo nacional, que catalogou 303 pessoas em situação de rua em Campo Grande – MS.

<sup>65</sup> Dia e horário da semana em que o *Consultório na Rua* costuma realizar suas ações na antiga rodoviária.

de preservativos, medidor de pressão, elementos utilizados para curativos, etc. Com os materiais de trabalho em mãos e vestidas com um colete azul de identificação, as agentes começam a circular pela antiga rodoviária e suas adjacências, realizando a chamada *busca ativa*.<sup>66</sup>

Ao iniciarem a busca ativa, há uma variação nas formas de atendimento realizado. Há aqueles que se aproximam para tratar de questões particulares e até mesmo realizarem interlocuções mais individualizadas com agentes específicas. Já outras pessoas, ao verem as agentes passando, pegam preservativos, pedem para medir sua pressão e/ou realizar curativos em ferimentos de seus corpos. E, também, há aqueles que não requerem nenhum tipo de tratamento ou interlocução.

Em termos de perfil, daquilo que pude observar nas idas a campo nas adjacências da antiga rodoviária, predominava na população em situação de rua que se fazia presente nas imediações do local, pessoas não-brancas e, em sua maioria, adultos. Havia um número maior de homens, mas diferentemente dos dados do Censo Nacional, pude perceber uma presença significativa de mulheres. Também se encontrava, em menor medida, algumas pessoas acima dos 50 anos, e, em escala bem reduzida, jovens-adolescentes.

Tendo em vista, a vasta gama de elementos e questões passíveis de análise, que emergem nesse universo relacional entre os grupos no contexto local, a análise deste subcapítulo se voltará para os vínculos constituídos por determinados sujeitos em situação de rua com o *Consultório na Rua*, bem como para as performances advindas destes em suas interações com as agentes da instituição. Objetiva-se compreender como essas relações expressam agenciamentos de moralidades, bem como corroboram em processos de elaboração de um sujeito ético.

Por fim, analiso tanto algumas situações registradas em campo, que tornam tangíveis as moralidades derivadas de prescrições e expectativas de transformação, presentes em certas investidas do *Consultório na Rua*, que tem como regime de verdade, em grande medida, um discurso médico-legal, que são agenciados através de variadas performances pelas pessoas em situação de rua.

Partindo dessa introdução, as questões que emergem são: que tipo de moralidades, performances e subjetivações emergem nas relações com essa instituição?

---

<sup>66</sup> Termo utilizado pelas profissionais do *Consultório na Rua*, para designar o movimento de ir aonde os sujeitos estão, no intuito de interagir com eles e garantir o acesso dos mesmos aos serviços.

Qual a capilaridade e quais os efeitos dessas intervenções na vida daqueles que são atendidos nas imediações da antiga rodoviária?

Essas perguntas esquadriham reflexões em torno da constituição do próprio sujeito, marcado por contextos e relações de poder distintas, que vão na contramão da concepção homogeneizante e estigmatizada lançada corriqueiramente sobre esse sujeito. Visualiza-se essa complexidade através da análise das performances desempenhadas pelas pessoas em situação de rua em interações com esses grupos, sobretudo, quando envolvem a negociação das prescrições e da construção de vínculos com uma certa estabilidade.

Iniciando com o *Consultório na Rua*, lanço algumas descrições de observações feitas em trabalhos realizados pela entidade nas imediações da antiga rodoviária:

[...] Era tarde de terça-feira, quando estava em mais um trabalho realizado pelas agentes do *Consultório na Rua*. Ia ao encontro dos sujeitos junto à equipe. Bem no início, veio ao nosso encontro, uma mulher negra, Marta, que trazia uma série de angústias em torno de sua gravidez cujo uso da droga, marcante naquele momento de sua vida, colocava em risco sua gestação. Logo, começaram os diálogos entre ela e a agente. Marta tentava, de várias maneiras, conseguir um tratamento informal para seu caso e cogitava ser internada compulsoriamente, mediante autorização legal de sua mãe, pois disse que não “responde pelos próprios atos” [...]. No mesmo dia, um senhor chamado Pedro, que estava em busca de tratamento médico através da mediação das agentes, se encontrava exalando álcool e pedia que a equipe agilizasse a documentação dele, no intuito de agendar sua consulta médica. Todavia, uma das prescrições necessárias, narradas por uma agente, era a abstinência de drogas por alguns dias. Assim, a mesma disse: “depende de você. Aqui faça ta rolando, segura a onda, evita a droga” [...] (*Caderno de campo, 06/nov/2018*)

[...] Estávamos, eu, a equipe do *Consultório na Rua* e três pessoas da Defensoria Pública, nas imediações da antiga rodoviária numa tarde de terça-feira. Nesse dia, havia uma concentração significativa de pessoas em situação de rua e também de outros sujeitos que faziam uso de drogas. Majoritariamente pude observar o consumo feito em latas de cerveja e somente uma pessoa utilizava o cachimbo. Nesse cenário, poucas pessoas aceitavam os serviços oferecidos pelas agentes, onde, no máximo, pegavam camisinhas e auferiam a pressão [...]. No entanto, apareceu uma mulher chamada Claudia, que, atualmente, não está mais na antiga rodoviária, mas que morou nas ruas das imediações do prédio por muitos anos. A mesma portava um saquinho de utensílios de uso pessoal, que continha itens de higiene e algumas roupas. Logo que ficou sabendo da existência de roupas trazidas pelas agentes, ficou interessada e passou a experimentá-las. Vestindo-as, pediu para que tirasse foto dela junto a um carro e a um senhor que mora na

rua, dizendo em tom de brincadeira, que era o automóvel que ela comprou, além de dizer que esse senhor era seu “marido” (*Caderno de campo, 30/out/2018*)

Na primeira passagem, ocorrem duas situações: uma envolvendo um homem não-branco, aparentando ter mais de 50 anos de idade, que tinha problemas com o consumo de álcool, e a segunda, uma mulher negra, aparentemente na faixa dos 30 anos, que verbalizava sua dificuldade em torno da gravidez devido ao consumo de crack. O que chamou a atenção em ambos os casos, foi a busca “voluntária” dos sujeitos junto às agentes. Eles procuravam formas de solução para seus problemas através de intervenções assistenciais e biomédicas.

Esse caráter tido como positivo das intervenções do *Consultório na Rua*, não evidencia somente o estado de vulnerabilidade por parte desses sujeitos, mas expressa a valoração dos discursos sanitários presentes em suas falas, ou seja, em grande medida, há uma busca pelo cuidado de si através das práticas prescritas pelo saber biomédico. Entretanto, suas formas de usar a droga, considerada, do ponto de vista sanitário, como uma prática antagônica à saúde do corpo, podem ser lidas como vetor de suas performances nas negociações com o *Consultório na Rua*.

Portanto, se por um lado, a redução do consumo de drogas, e, em alguns casos, passar um período em abstinência, é prescritivo para a realização de certos procedimentos e para a melhoria da saúde biológica do corpo, por outro lado, os sujeitos dificilmente conseguem internalizar essa norma, tornando-se uma prática subvertida ou agenciada de diferentes formas. Assim, na arena das relações com as agentes do *Consultório na Rua*, esses sujeitos etnografados, encaravam algumas limitações em torno do avanço da transformação de si, mediante o saber médico-legal prescrito que se impunha sobre eles.

Marta, por exemplo, encontrou na narração dramática dos seus quadros de vulnerabilidade junto às agentes, uma estratégia “viável” para suas demandas<sup>67</sup>. Já Pedro, em ocasiões posteriores, levou uma das agentes junto ao bar, onde ele realizava consumo de bebidas alcoólicas, apresentando a agente para o dono do estabelecimento. O mesmo pediu que tanto a agente quanto o dono do bar, colaborassem com o seu tratamento. Para tanto, caberia ao dono do bar, guardar seu documento e não vender

---

<sup>67</sup> Notadamente, essa “saída” encontrada pelos sujeitos, se dá, como no caso desta mulher, na transposição da “guarda” de si mesma para outrem, manejando formas de romper com essa situação através desse tipo de agenciamento com as instituições, que implica numa “transformação de si” pelo uso de mecanismos forçosos de intervenção.

bebida para ele, bem como à agente agir prontamente no encaminhamento de seu tratamento. Logo, esse sujeito agenciou as práticas de cuidado de si com dois sujeitos distintos, através dos vínculos já estabelecidos com ambos.

Já a outra passagem, remonta, primeiramente, a uma descrição em torno do consumo da droga, especialmente o crack, durante os horários de atendimento do *Consultório na Rua* nas adjacências da antiga rodoviária. As tentativas de evitar o contato com as agentes, durante seus momentos de uso, era uma tônica recorrente no local, além da diminuição ou a realização às pressas de algumas movimentações<sup>68</sup>, pois, parecia que o sentimento hegemônico de imoralidade que vigora em torno da droga, principalmente do crack, torna aqueles que a usam, frente aos não-usuários, alguém imoral<sup>69</sup>.

Em seguida, destoando dos dois sujeitos anteriores, aparece Claudia, mulher não-branca, que morou por muitos anos na região da antiga rodoviária e que visibilizou, nesta situação e também em outras ocasiões, algumas de suas performances que colocavam em voga algumas concepções hegemônicas valoradas na sociedade mais ampla: o matrimônio e a posse de imóveis.

Essas ação que põe em evidência a criação performática da imagem de si, enquanto pessoa destituída de faltas e fragilidades, mas dotada, de trajes pessoais que não remetem ao imaginário que se tem sobre moradores de rua (Frangella, 2004)<sup>70</sup>, além de estar na foto como dona de um carro e sob a companhia de um “marido”, signos hegemônicos da sociedade, que são trazidos à tona em meio aos *parceiros* que não são da rua, expressam uma tentativa de distanciamento da pobreza, da sujeira e da fragilidade social.

Assim, o sujeito sabendo dos mecanismos hegemônicos pelos quais ele é reiteradamente lido, aciona, de maneira performática, elementos simbólicos que desestabilizem essa visão, mesmo sabendo que certos signos da vida daqueles que não estão na sua condição, são inacessíveis a eles.

---

<sup>68</sup> Trocas e comercializações de drogas por dinheiro e vice-versa, no qual pude notar em várias idas a campo, eram feitas de forma menos aberta enquanto a instituição realizava seus procedimentos individuais no perímetro da antiga rodoviária.

<sup>69</sup> Essa constatação aparece na dissertação de mestrado de Luana Malheiro (2018) que vai relatar na sua etnografia sobre mulheres que fazem uso de crack no centro histórico de Salvador – BA, que o uso da droga, especialmente do crack, implica em certo sentimento de vergonha perante os não-usuários, devido à alta carga pejorativa que se lança sobre essas pessoas.

<sup>70</sup> Roupas rasgadas, sujeira e laços sociais fragilizados, a figura do morador de rua, que também é chamado pejorativamente de “mendigo”, é dotada de características que indicam um estado extremo de desumanização.



A partir da noção de performance de Judith Butler (2009), os atos daqueles que estão fora da norma, especialmente a de gênero, constituem-se como uma prática de tensionamento da imagem de desumanização lançada sobre seus corpos. Tomando a performatividade, isto é, “sua prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (Butler, 2001, p.154 *apud* Colling, Arruda, Nonato, 2019, p.7) de Claudia, as sujeições de gênero e classe, aparecem como instrumentos que mobilizam os atos da mesma, pois ao visibilizar comportamentos hegemonicamente tidos como legítimos e socialmente valorados, se busca desestabilizar os repertórios simbólicos nos quais ela, enquanto uma mulher em situação de rua, é constantemente representada.

Reitera-se que não é possível demarcar uma identidade acerca de ser mulher em situação de rua, tendo em vista a existência de variadas formas de expressão de corporeidade que emergem desses sujeitos. Logo, na “Rodô” foi possível etnografar experiências de gênero distintas de mulheres em situação de rua, onde havia a efusão de práticas ligadas à uma masculinidade hegemônica (Connel, Messerschmidt, 2013) caracterizadas por uma certa virilidade (Frangella, 2004) e também de feminilidades<sup>71</sup>.

Em uma outra discussão, pude observar que dentre as principais características que, inclusive, aproxima as pessoas em situação de rua das agentes da saúde é a afetividade que se evidencia nas interações, principalmente através de gestos carinhosos advindos das pessoas que utilizam os serviços. Esse campo afetivo, pautado em relações de confiança e proximidade, permite aquilo que uma das agentes me relatou como *conversas de cantinho*.

Essa modalidade de interação, que é recorrente nos trabalhos desenvolvidos pelo *Consultório na Rua*, caracteriza-se como um forma de interação em que a pessoa em situação de rua traz, de forma reservada, narrativas acerca de seus problemas que não podem vir a ser compartilhados publicamente, tais como: conflitos familiares, pendências judiciais, tratamentos de doenças, etc. Nesse tipo de relação, os sujeitos atendidos buscam tanto abrir-se para narrar e buscar soluções de seus problemas mais “graves”, seja de forma direta ou indireta pela instituição, em que a mesma é acionada como lócus das possibilidades das práticas de cuidado de si nas mais diversas esferas da vida social.

---

<sup>71</sup> Esse tema será discutido de forma pormenorizada no subtítulo 2.3 que discorrerá acerca das experiências entre as pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, onde serão tratadas as práticas de masculinidade e feminilidades que os envolvem.

Por conseguinte, a afetividade viabiliza a realização dos serviços pelo *Consultório na Rua*, incluindo a permanência e a circulação das agentes em todos os espaços que se encontram as pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, retratada em diversas performances dos sujeitos que positivam a imagem das agentes da instituição, ao chama-las de *anjos* acompanhados de abraços e de expressões carinhosas que simbolizam signos de agradecimentos como se recebessem uma “dádiva” (Mauss, 2003) ao narrarem sobre suas melhoras das condições de saúde, fazerem confidências individuais etc.

Ressalta-se que o campo de atuação da instituição extrapola o universo da intervenção situada, isto é, dos tratamentos pontuais *in loco* (terapias individuais, curativos de ferimentos, transporte de medicamentos, realização de testes rápidos), podendo se estender a consultas médicas, contato com familiares, realização de exames, internações, isto é, questões que envolvem assistência social e saúde, que são demandados pelos sujeitos, onde as agentes muitas vezes atuam como intermediárias e “solucionadoras” dos processos burocráticos que envolvem o acesso a esses direitos sociais pela população de rua.

Além disso, outro fator que distingue o *Consultório na Rua* de outros *parceiros*, principalmente os religiosos, é o fato do consumo de droga, não se constituir como um aparato que impugna a realização das tarefas pela instituição, tendo em vista, que a mesma é orientada pela prática da *Redução de Danos*<sup>72</sup>. Esta forma de agir pela instituição é de fundamental importância, pois permite sua maior capilarização e acesso a sujeitos que realizam o consumo de drogas, possibilitando processos de aproximação, e, ao mesmo tempo, criar um cenário de interação que os permitam usufruir dos serviços públicos oferecidos.

Todavia, há limites na apreensão de dados, quando as agentes encontram um certo motim de pessoas ou são identificados princípios de brigas e discussões. É necessário que haja uma atenção especial da equipe em eclosão de conflitos. Como me relatou uma agente, ao narrar sua experiência de presenciar, em um outro “território”<sup>73</sup>, o esfaqueamento de um homem em situação de rua, que estava sendo atendido por ela, é

---

<sup>72</sup> Sendo uma prática política largamente discutida nas últimas décadas no Brasil e que sofreu alterações em sua concepção (Machado, Boarini, 2013), a “estratégia da redução de danos pode ser definida como mais uma maneira de se abordar o usuário de drogas, descentrando o foco do problema da erradicação e abstinência e privilegiando o direito à saúde de todos e o respeito à liberdade individual daquele que não deseja ou não consegue interromper o uso da droga” (*Idem*, p.585).

<sup>73</sup> Termo utilizado pela Assistência e Saúde para designar os espaços citadinos de uso por parte das pessoas em situação de rua (Hallais, Barros, 2015)

preciso que esteja atento, pois pode haver *contendas entre eles* no momento em que estão realizando os atendimentos.

Através das abordagens das agentes, tornou-se visível a heterogeneidade das formas de se relacionar dos sujeitos com essa instituição, que também aponta para distintas modalidades de relações estabelecidas a nível local. Essas diferenças podem ser percebidas nos diferentes vínculos estabelecidos por pessoas em situação de rua com as agentes.

Há aqueles que ficam períodos menores na região da antiga rodoviária em situação de rua para diversos fins<sup>74</sup>, relacionando-se temporariamente com as agentes. Em grande medida, esses sujeitos não internalizam as práticas de cuidado que a instituição recorrentemente prescreve para aqueles que a procuram. Suas performances se orientam por condutas que vão na contramão dos pressupostos biopolíticos. Todavia, mesmo não adotando as técnicas de cuidado de si propostas, estes não assumem condutas tidas como imorais frente aos *parceiros* da coletividade que mora nas ruas.

Essa prática do “respeito” é uma tônica no serviço do *Consultório na Rua*. Raramente, desenrolaram-se ocasiões, durante o período da pesquisa, em que as agentes relataram situações “desrespeitosas” para com elas. Nas situações em que foi possível observar algum nível de “incômodo”, logo, alguns sujeitos da rua, tais como Caique<sup>75</sup> e Bruna<sup>76</sup>, interromperam tais ações vindas dos seus “pares”. Havia certa vigilância acerca dos comportamentos de outros sujeitos que eram atendidos pela instituição, onde, por exemplo, práticas de agressividade e “desrespeito” com as agentes, eram passíveis de sanções violentas.

Não obstante, havia diferentes performances acionadas pelos sujeitos, que constituíam formas singulares de interação com essa instituição. Caique, por exemplo, adotava uma postura receptiva, evitando realizar o consumo de drogas na frente das agentes, bem como buscava resolver suas pendências judiciais e dar continuidade nos seus tratamentos de saúde com e através delas. Já Jorge, homem não branco, na faixa dos 30 anos de idade, faz o consumo de crack e álcool na frente das agentes e justificou essa prática ao classificar-se enquanto “doente”.

---

<sup>74</sup> Dentre os sujeitos com os quais tive conversas informais, fiz observações diretas e realizei duas entrevistas, aparecem os termos “vagabundagem” e ficar na “loucura”. Ambos remetem principalmente ao consumo de drogas e práticas sexuais que se realizariam no entorno da antiga rodoviária. Ressalta-se que essa discussão acerca das formas de ser e estar no âmbito das relações a nível da rua nas adjacências desse espaço urbano, serão analisadas mais adiante.

<sup>75</sup> Homem negro de 30 anos de idade.

<sup>76</sup> Mulher parda de mais de 40 anos de idade.

As pessoas em situação de rua que estabeleciam vínculos de maior proximidade com a equipe, constituíam relações afetivas de variadas formas. Jorge demonstrava preocupar-se com sua saúde e buscava auferir recursos de higiene pessoal junto a instituição. Além disso, o mesmo compartilhava conosco (eu e as agentes) algumas de suas experiências da cultura *callejera* (Bourgois, 2015) nas imediações da antiga rodoviária, como, por exemplo, situações que envolviam lucros na comercialização de sua droga de consumo particular por um preço elevado para os chamados *playboys*. Já Caique, se mostrava mais reservado em relação a suas experiências locais, acionando as agentes para colaborar em processos de resolução de conflitos com a polícia e também de suas demandas de saúde.

Trazendo o exemplo de algumas mulheres, Ramona, Marta, Manu e Claudia, estas apresentaram performances tanto similares quanto distintas nas interações com a instituição. Ramona, uma mulher negra acima dos 40 anos de idade, trata de maneira pontual com as agentes acerca de seus tratamentos de saúde, mas, também, nas “conversas de cantinho”, a resolução de seus problemas judiciais. Todavia, a mesma relatou estar realizando o consumo de drogas com a medicalização prescrita pelo médico em sua consulta, de maneira que, segundo ela, não compromete seu tratamento.

De forma similar, Marta, mulher negra na faixa dos 30 anos de idade, visibilizava demandas urgentes, retratando, desesperadamente, a necessidade de encontrar uma “saída” para sua situação. Grávida, encontrava no consumo de crack e nas redes de relações fragilizadas com certos sujeitos em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, um empecilho para a sua subsistência e permanência no local.

Emergiam na narrativa de ambas, aspectos relacionados ao consumo de drogas no quadro dos parâmetros biomédicos de suas demandas, mas, também, de tensões presentes em conflitos que envolvem a vida nas ruas da antiga rodoviária. Nesse sentido, suas performances mobilizavam a instituição, para que levasse à cabo suas demandas político-sanitárias, revelando uma interação que orbita em um quadro mais formalizado acerca do envolvimento das agentes em suas vidas e corpos, mas que não deixa de ser carregada de afetividade.

Já Manu, mulher acima dos 40 anos que vive nas ruas das imediações da antiga rodoviária, também realizou alguns procedimentos através do *Consultório na Rua*. Ela foi uma das pessoas que mais visibilizava a afetividade para com as agentes. A mesma sempre se achegava durante o atendimento realizado na “Rodô”, desenvolvendo longas conversas afetivas acompanhadas de gestos carinhosos. Destaca-se que Manu, sempre

trazia consigo demandas de si e também de sua parentela<sup>77</sup>, demonstrando haver uma preocupação de caráter familiar da mesma, onde as práticas de cuidado se estende para sua rede familiar.

Claudia, ex-moradora de rua e amiga próxima de Manu, além de tecer relações de marcante afetividade com as agentes, também utilizou serviços em consultórios médicos e hospitais junto à instituição. A mesma me contou um episódio de uma consulta médica acompanhada de uma agente, em que ela levou o *corote* escondido e bebericava quando conseguia. Além disso, duas situações marcantes envolvendo essa mulher, foi quando a mesma apareceu com marcas de agressão física sofrida, na primeira vez pelo ex-marido, e, depois, pelo posterior namorado. Em ambas as ocasiões a mesma foi interpelada pelo *Consultório na Rua* que indicou a possibilidade e necessidade de realizar a denúncia de violência contra a mulher, mas Claudia, se mostrou relutante, evidenciando certa tensão e ambiguidade para com a instituição<sup>78</sup>, preferindo sociabilizar com as agentes através de suas histórias, bem como conseguir ser atendida nas práticas de cuidado e receber vestimentas para si.

Essas duas mulheres retratam um campo performático de interações que dizem respeito a uma afetividade ligada ao campo domiciliar. Ambas informavam a respeito de suas relações íntimas nas ruas da antiga rodoviária e envolvem as agentes, em alguma medida, nesse universo. Manu, traz as demandas de saúde de sua família, e Claudia as acionava para mediar a violência sofrida junto ao seu ex-companheiro. Essas performances tornam tangíveis uma relação mais estreita com as agentes, em comparação com o caso de Ramona e Marta, pois a interação assume um caráter mais informal pautada em laços de “amizade” que permitem a intervenção da instituição em diversos níveis na vida delas.

Todavia, como afirma Marilyn Stratern (2014), o “nativo” é quem controla as informações que podem ser apreendidas através da (in)visibilização dos seus atos. Nessa perspectiva, essas mulheres atendidas é que “controlariam” a intervenção do *Consultório na Rua* sobre si, pois elas que visibilizam as demandas a serem tratadas institucionalmente. Por conseguinte, além do aspecto da vulnerabilidade, como retratado na experiência com Marta, que se encontrava sob a ingerência de conflitos biomédicos e

---

<sup>77</sup> Manu vive numa relação conjugal com um homem em situação de rua que ela chama de “marido”, além de conviver com mulheres mais novas que chama de “filhas”. Em várias ocasiões, Manu conversava com as agentes sobre a continuidade dos cuidados de sua saúde e ao mesmo tempo fazia com que seu marido e filhas se inserissem em tais práticas, através do agendamento de consultas médicas e de realização de testes rápidos.

<sup>78</sup> Esses dois episódios foram marcantes e serão analisados no próximo subcapítulo.

sociais latentes, onde a mesma, posteriormente, teve que se retirar das imediações do antigo terminal rodoviário, também se produzem agenciamentos heterogêneos através das performances para com a instituição, que informam subjetividades ético-morais desses sujeitos.

Por outro lado, esses sujeitos também imputam contingenciamentos à instituição. Claudia, ao tentar mediar a agressão sofrida pelo marido, tensionava a prática prescrita pelas agentes de realizar denúncia contra o mesmo. Já Ramona, Marta, Caique e Jorge, ao tratarem de seus procedimentos formais, invisibilizam dimensões informais de suas vidas, tais como: conflitos locais e/ou relações “delicadas” que envolvem a “economia subterrânea”<sup>79</sup> (Bourgois, 2015). Essas fronteiras tecidas com a instituição enunciam o limite da capilaridade das técnicas de saber-poder (Foucault, 1998) do Estado socioassistencial no seio da vida dessa população, que ficam nítidas na invisibilização e tensionamento recorrente advindos desses sujeitos em certos aspectos de suas experiências.

Ampliando o campo dos limites da atuação do *Consultório na Rua*, ressalta-se que o diálogo ou a negociação com os sujeitos envolvidos na economia da venda e consumo de drogas ilícitas, é algo limitador do trabalho da instituição. Por exemplo, Rodriguinho, rapaz acima dos 30 anos de idade que morou por anos nas imediações da antiga rodoviária, que fazia tratamento com medicamento controlado através da mediação das agentes, teve que se retirar da região da antiga rodoviária, segundo informação das próprias agentes, devido à dívida com o tráfico. A instituição teve que interromper, ao menos temporariamente, a continuidade do tratamento com esse rapaz.

Além disso, quando questionei uma das agentes acerca da realização de trabalhos na antiga rodoviária no período noturno, a mesma me disse que o *Consultório na Rua* não realiza mais atendimentos na região durante esse período, pois as pessoas em situação de rua *ficam muito agitadas, por conta do tráfico*, sendo, então, pouco receptivas à instituição.

Em suma, observar essas diferenças, remete a compreender a cadeia heterogênea de interações que diferentes pessoas em situação de rua desenvolvem com essa instituição, onde se desenham alguns ordenamentos locais que apontam para o lugar dos *parceiros* da assistência e saúde no repertório simbólico daqueles que usam de seus

---

<sup>79</sup> Aspectos dessa economia são narradas por Jeferson, que, tal como Yuri, não alocam o *Consultório na Rua*, em suas narrativas, como uma instituição de “confiança”. Ambos aparecerão nos próximos subcapítulos.

serviços assiduamente. Nesse sentido, o *Consultório na Rua* é visto como uma instituição que carrega consigo a possibilidade de auferir ganhos, seja através dos preservativos distribuídos, curativos em ferimentos corporais, agendamento de consultas médicas, materiais de higiene pessoal, etc.

Entretanto, há diferentes níveis de interação das pessoas em situação de rua com as agentes dessa instituição. Há aqueles que alocam a mesma em uma representação sacralizada e compartilham de dimensões informais de suas vidas. Na contramão, se fazem presentes sujeitos que se relacionam de forma pontual com as agentes, voltando suas interações para um diálogo mais formalizado, no intuito de resolver suas pendências sanitário-políticas.

Assim, o tempo do *povo da saúde*<sup>80</sup>, isto é, momento em que as agentes realizam seus atendimentos e circulam pelas imediações do antigo terminal rodoviário, organiza o universo simbólico de um conjunto de pessoas em situação de rua nessa área citadina, que mobilizam-se em busca de atendimentos sanitários, dar continuidade a negociações de problemas judiciais e até mesmo interagir afetivamente com as “parceiras”. Por conseguinte, durante este período, são acionadas performances que possibilitam estabelecer relações positivas com as agentes, cujos efeitos, ressoam na produção de vidas mais vivíveis (Butler, 2011) em situação de precariedade<sup>81</sup>.

Em uma outra chave compreensiva, essas estratégias performáticas de interlocução, se constituem enquanto agenciamentos e também servem como ferramentas de fazer-cidade, pois colaboram na instauração do direito à cidade, “no aqui e no agora” (Agier, 2015). Salienta-se que Michel Agier (2011), vai pensar o fazer-cidade enquanto movimento dos cidadãos que produzem possibilidades materiais de construção de uma vida citadina informal, ou seja, fora dos marcos legais do Estado. Este aspecto também se faz presente nas ações de alguns dos sujeitos em situação de rua através da construção de barracos de moradia, bem como da utilização das estruturas do antigo terminal rodoviário para manutenção de suas vidas.

Porém, mais do que a construção da vida citadina através da materialidade em forma de objetos, as estratégias de negociação de permanência no local, isto é, as relações tecidas com seus *parceiros* e com outros grupos, que se manifestam como motor do fazer-cidade. Logo, dominar os códigos e ampliar o escopo das redes de

---

<sup>80</sup> Termo utilizado por Manu.

<sup>81</sup> A ideia de precariedade vem das reflexões de Judith Butler (2009), onde esta vai tratar enquanto uma situação política que induz a uma condição de carência de redes de assistência social, que, consequentemente, expõe certas populações à violência e morte (*Idem*, p.322-323).

relações, permite, inclusive, conseguir recursos materiais necessários à sua subsistência e ao mesmo constituir vínculos que permitem estar nas ruas das imediações da antiga rodoviária.<sup>82</sup>

Para tanto, o substrato das diferentes relações passa pela vigência de diferentes códigos morais. No caso do *Consultório na Rua*, logo nas primeiras idas a campo, identifica-se a presença de códigos morais entre as pessoas em situação de rua no trato com as agentes, que regulam as formas de se relacionar desta população com a instituição. Práticas de “respeito” através do uso de linguagem afável, evitando brigas e discussões, diminuição no consumo de crack e o agir enquanto *família*, são os principais parâmetros que compõem uma norma moral nesse contexto relacional.

Não obstante, algumas ocasiões em que esses códigos de sociabilidades eram desrespeitados, logo as pessoas em situação de rua chamavam a atenção daqueles que praticavam a ação, através de uma linguagem mais agressiva que eram acompanhadas de ameaças a possíveis sanções violentas. Portanto, no tempo dos *parceiros* emerge uma atmosfera de vigilância entre os próprios sujeitos, bem como mobilizam-se atos ritualizados de carinho e afetividade, cujos desdobramentos se fazem presentes nas transformações biológicas do corpo da rua no tecido social.

Ressalta-se que esse processo de transformação biopolítica do corpo, se dá tanto ao nível da intervenção sanitária sobre ele, quanto da internalização das prescrições pelos sujeitos. Assim, ao mesmo tempo que os curativos, tratamento de doenças e a medicalização, são instrumentos biomédicos que colaboram para a mudança do corpo tido como errante (Frangella, 2004), é salutar a adoção das práticas saudáveis de si prescritas pela ou através da instituição, que variam de caso para caso, mas que geralmente giram em torno da redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas e da promoção de relações sexuais seguras através do uso de preservativos. Essas práticas prescritivas são subjacentes às ações da instituição e se constituem enquanto mecanismos de redução do estado de vulnerabilidade na qual essa população é oficialmente lida.

Os efeitos produzidos na vida nas ruas desses que internalizam essas prescrições possibilitam, de maneira variada e não uniforme, a melhora nos quadros clínicos dos mesmos. Todavia, o que interessa são os efeitos sociais que elas produzem. No que diz

---

<sup>82</sup> Ressalta-se que as negociações com a instituição e outros *parceiros* constituem-se como um dos campos de relações das pessoas em situação de rua na “Rodô”. Outros sujeitos fazem parte do rol de relações tecidas, bem como de códigos morais, que são importantes para a estadia dos mesmos no contexto local.



respeito à redução do consumo abusivo de drogas, ressalta-se que o domínio das práticas de si sobre a droga, acompanhado da melhora de seus quadros clínicos que são afetados pelo uso do crack (Bourgois, 2015), constituem-se como técnicas de saber sanitário (Foucault, 1998) que, se por um lado, não produz um corpo concebido como economicamente útil para o mercado de trabalho, por outro, permite a subsistência da vida do sujeito nas ruas, e, no caso de Manu, de sua família.

Além disso, a entrega de camisinhas colabora para a prevenção de IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e gravidez indesejada que, junto com a aplicação de testes rápidos feitos pelas profissionais da instituição, é um mecanismo positivo do poder disciplinar, pois não visa reprimir as práticas sexuais, mas sim promover a disseminação de práticas reguladas do sexo no seio dessa população. Evidencia-se a importância desse conjunto de procedimentos, quando em várias idas a campo, muitas pessoas em situação de rua, pegavam camisinhas que eram distribuídas gratuitamente. Dentre essas mulheres, algumas delas fazem programas sexuais ou até mesmo negociavam a prática sexual com homens em troca de segurança nas ruas.

No entanto, tal como explana Michel Foucault (1998, 2018), as intervenções sanitárias articulam-se com diversos processos sociais, tais como a segurança, controle do espaço urbano e até mesmo no nível das práticas dos sujeitos. Assim, essas condutas prescritas e internalizadas potencializam, justamente, no plano simbólico das moralidades (Werneck, 2014), pois é onde os sujeitos encontram arena fértil de subjetivações éticas (Fassin, 2018) através das suas condutas de si e com o outro.

Contudo, salienta-se que nesse “poder moral” há fissuras (Foucault, 2018) e, não obstante, não se capilariza por todo o tecido social do universo da população de rua que usa as imediações da antiga rodoviária, tendo, por conseguinte, no “tempo” de passagem do *Consultório na Rua* pelo local, um momento de cristalização de uma convenção mais geral entre os sujeitos, que é a prática do respeito e da afetividade para com o *povo da saúde*. Não obstante, há aqueles que não se envolvem com as agentes durante o período em que as mesmas passam oferecendo os serviços, principalmente os que estão envolvidos com o consumo intensivo de drogas.

Em suma, o que se pode evidenciar é a produção de ordenamentos ético-morais contextuais, mas que não se limita ao *Consultório na Rua*. Grupos religiosos e caritativos que vão oferecer comidas, momentos religiosos, banhos e roupas; familiares que vão em busca dos seus parentes; policiais e agentes do tráfico que interveem direta ou indiretamente sobre os sujeitos. Esses grupos citados, e outros, também incidem em

reconfigurações de práticas desses sujeitos, principalmente, do ponto de vista ético-moral, que reordenam, temporal e espacialmente, os arranjos locais.

Por fim, essas considerações apontam para um quadro diversificado das formas de subjetivação e relações das pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária. Todavia, foi observado, principalmente, com o trabalho de campo realizado sem a instituição, que há um campo moral mais capilarizado no seio das narrativas dos sujeitos, inclusive, daqueles que têm olhares de desconfiança e/ou descrédito para com o *povo da saúde*, que é, sobretudo, o discurso da moralidade religiosa.

## **2.2 – *Aqui você não vai achar nenhum que não vai saber de Deus: experiências cidadinas e moralidades religiosas em jogo nas ruas da antiga rodoviária***

O presente subcapítulo tem como base empírica as narrativas apreendidas sobre moralidades religiosas junto a três interlocutores e também em dados produzidos em trabalhos de campo realizado no contexto da ação caritativa do *Projeto Matheus 25:35*.

Visa-se compreender como as éticas locais (Read, 2018) são produzidas e reproduzidas na situação de rua nas imediações da antiga rodoviária a partir das classificações desses sujeitos, que são atravessados por moralidades religiosas e se fazem presentes nas heterogêneas formas de relação e práticas cidadinas nessa área.

Para essa discussão, inicio com a análise dos dispositivos morais (Werneck, 2014) mobilizados nas interações oriundas do *Projeto Matheus 25:35*. Este projeto constitui-se como uma ação caritativa, de caráter religioso, realizada por uma igreja evangélica denominada *Atos de Justiça*. Suas ações nas imediações da antiga rodoviária ocorrem há mais de seis anos, sendo realizadas uma vez por semana no período noturno. Diferentemente de outros tipos de ações caritativas nesse universo, esse projeto é dotado de uma estrutura singular. Com um ônibus personalizado, eles levam várias marmitas, cadeiras e mesas, no intuito de criar um ambiente familiar ao sujeito (Kureda, 2017). Existe uma equipe composta, majoritariamente, de jovens e adultos, que são membros da igreja evangélica idealizadora do projeto.

Seus princípios baseados numa lógica cristã, cujo principal objetivo, segundo um dos pastores, é “levar dignidade”, constituem-se como força motriz do projeto. Essa intervenção reúne um contingente expressivo de pessoas em situação de rua nas noites

de sábado, em que os sujeitos atendidos, além de receberem alimentos, banho e roupas, também compartilham seus “dramas pessoais” com os integrantes.

Ressalta-se que o público atendido pelo *Projeto Matheus 25:35* na antiga rodoviária, não se restringe às pessoas em situação de rua, mas engloba moradores da vizinhança, garotas de programa, artistas de rua, trabalhadores da limpeza, etc. No entanto, parte significativa dos sujeitos atendidos pela instituição na antiga rodoviária são pessoas em situação de rua, que acionam uma série de signos religiosos no contexto da ação caritativa, inserindo-se numa gramática de relações carregada de uma linguagem moral inteligível aos adeptos da fé cristã.

Durante as interações das pessoas em situação de rua com os integrantes, o primeiro signo que emerge é o da sacralização desse momento. Portanto, antes mesmo da chegada do ônibus, já há um contingente expressivo de pessoas no entorno da antiga rodoviária, que fica à espera da equipe. Nesse momento, o consumo de drogas é interrompido por boa parte daqueles que vão usufruir dos serviços caritativos. Transpassar visivelmente o efeito da droga, isto é, *chegar noiado* ou *zukado*<sup>83</sup>, perante a *família*, é uma ação reprovável e passível de sanções entre os próprios pares da rua.

Atesto essa assertiva, quando em um dos dias de ação caritativa, um homem que aparentava estar em situação de rua, chegou no meio da ação caritativa sem camiseta e foi tentando entrar no ônibus para conseguir roupa. No mesmo instante, dois homens puxaram o rapaz, que junto com outros homens, o expulsaram do local. O mesmo disse que estava procurando um objeto pessoal dele e Robson disse que ele saberia *se não estivesse zukado*, além de chamar a atenção do mesmo em entrar no seio da ação caritativa sem camiseta.

Por conseguinte, vigora também o código do respeito para com os *parceiros*. Diferentemente da relação com o *Consultório na Rua*, o signo religioso condena o consumo de drogas durante o momento com “Deus”, fazendo com que haja um maior controle de si, no intuito de não ser identificado enquanto *zukado* e conseguir acessar os serviços oferecidos.

Em segundo lugar, após a identificação do sujeito perante os integrantes do projeto, tem início a interlocução dos evangélicos com os mesmos acerca de seu interesse em jantar, tomar um banho e conseguir roupas. Geralmente a maioria dos atendidos pedem, inicialmente, para jantar. Assim, é servida uma marmita para eles. No

---

<sup>83</sup> Termo utilizado por Robson, rapaz em situação de rua e usuário de crack, que usa as imediações da antiga rodoviária.

ato de entrega da marmita, na maioria das vezes em que observei, os evangélicos fazem orações sobre as pessoas que recebem a comida. Aqui, se estabelece a primeira interação de maior proximidade, que vem acompanhada, algumas vezes, de emoções e desabafos acerca dos problemas experienciados pelos sujeitos.

Nesse nível de relação, se produz um campo de sociabilidade religiosa em que a receptividade por parte dos atendidos, expressas nas orações compartilhadas e numa postura moral de humildade de alguém que estaria em busca de “Deus”, possibilita o desenvolvimento de maiores interações e negociações com o grupo caritativo. Não obstante, muitas pessoas atendidas criam relações particulares com determinados (as) integrantes, em que estes últimos passam a acompanhar a trajetória individual desses sujeitos.

Assim, como relatado por outro integrante, a intenção mais ampla dessa ação caritativa, não se restringe ao ato de doar marmita e banho, mas de colaborar no processo de reintegração social do sujeito. Para tanto, como narrou um dos pastores, a ideia é que o sujeito cumpra *o círculo completo... chegar na rodoviária, ser atendido pelo projeto, ir para clínica de recuperação, retornar para família e deixar o uso de drogas*. Para esse pastor, o tempo mínimo ideal para a consolidação desse processo é de um ano e meio.

Portanto, acompanhar a trajetória daqueles que o buscam para acessar os serviços caritativos, se apresenta como uma forma de criar oportunidades, mediante a interação afetivo-religiosa, de inserção do sujeito nesse processo maior de transformação. Contudo, a maioria daqueles que fazem uso dos serviços, não realizam, nas palavras do pastor, *o círculo completo*, mesmo assim, muitos desses sujeitos compartilham por longos períodos dos serviços caritativos oferecidos, bem como interagem com os integrantes do mesmo.

Ainda assim, observei durante as interlocuções, em trabalho de campo realizado fora do contexto das instituições, com alguns desses sujeitos que conhecem a ação caritativa, uma ressonância de uma moralidade religiosa, que não é mobilizada somente nos contextos evangélicos ou com grupos religiosos, mas na própria experiência cidadina com outras pessoas em situação de rua.

Tal como Yuri, um dos interlocutores, que eu e a pesquisadora-ativista Maria Eduarda Rodrigues<sup>84</sup> conseguimos realizar uma série de conversas informais que

---

<sup>84</sup> A participação da pesquisadora e ativista Maria Eduarda Rodrigues foi de fundamental importância, pois sua experiência anterior com o universo da rua, acrescido de seu ativismo para com estes sujeitos,

culminaram na realização de uma entrevista semiestruturada. Este homem que esteve em situação de rua no local, se autoidentifica como negro, tem 28 anos, e, já no começo de nossa conversa, se emociona ao saber que universitários estariam interessados em ouvir suas histórias.

Contudo, essa emoção emergiu a partir de uma representação de si enquanto sujeito desprovido de legitimidade moral perante a mim e Maria Eduarda, pois ao realizarmos o procedimento de ler sua garantia enquanto entrevistado, o mesmo disse:

*[...] Minha garantia é Deus, Jesus Cristo e Nossa Senhora da Aparecida... eu agradeço vocês, admiro o trabalho de vocês... [momento em que Yuri se emociona] vocês ainda tem garantia, ali naquela esquina, os bichão ali ó... a garantia é um tiro de quarentona.. policial matou um cara. O cara tava certo. Foda-se. Quem perde é quem morre [...]* (Yuri, 28 anos)

Assim, ao falar de si e de alguns de seus pares da rua, Yuri os concebe enquanto vidas não passíveis de *garantia*, tendo, somente, o sagrado como quem pode lhe dar alguma segurança, pois seu corpo e o de seus pares, encontram na morte pela polícia, o estatuto de legibilidade (Schuch, 2015), pois sua vida é narrada por si mesmo como alguém desprovido de *solução*, isto é, não passível de *salvação pelos homens*, somente, tendo em *Deus*, a garantia de permanecer vivo.

Não obstante, ao aceitar o convite para conceder a entrevista, Yuri nos leva até um bar e nos pede R\$ 2,00 para comprar uma cachaça. Durante a entrevista, se aproxima Osvaldo, outro rapaz em situação de rua, que estava sob forte efeito de álcool e carregava consigo uma pedra de crack. Nesse momento, Yuri iria consumir crack com seu colega de rua, mas, por alguma razão, Osvaldo foi embora e nos deixou a sós com Yuri.

A narrativa de Yuri soava como um alerta acerca das formas de atuação do Estado repressivo sobre a coletividade daqueles que estavam em situação de rua na antiga rodoviária. Durante a entrevista, presenciamos a prisão de um rapaz por policiais e várias passagens de viaturas. Irrompiam algumas vozes e expressões agitadas de outras pessoas em situação de rua. Nesse momento de intervenção repressiva, Yuri relatava: *olha lá os cara lá, rodia, rodia... gastando gasolina do governo ... os caras fazem isso aí, pra mostrar que... trabalhei.*

---

através da ONG T'amo na Rodoviária, facilitou o acesso com os dois entrevistados e abriu um campo de possibilidades e outras redes de relações em torno do universo da vida nas ruas.

Posteriormente, o mesmo demonstrou uma visão crítica às instituições estatais de saúde-assistência da cidade. No entanto, o mais interessante de analisar é que sua crítica não se voltou a propor a ampliação dos direitos humanos da população de rua, mas sim apontar para a ineficiência do Estado em resolver esse “problema social”, no sentido de erradicá-lo.

Sua visão sobre a política em relação à população de rua, é de que a ação da assistência-saúde deve se voltar a criar mecanismos eficazes para que as pessoas não fiquem em situação de rua, tendo em vista, que, para ele, este estado se caracteriza pela degradação. Logo, a partir dessa narrativa, se evidencia uma concepção moralmente negativa sobre si e seus pares que estão em situação de rua. Todavia, essa concepção se articula, tanto com as proposições em torno da ineficiência repressiva e socioassistencial do Estado, quanto com as diferenças subjetivas acerca da situacionalidade de estar na rua.

Nesse sentido, Yuri inscreve essas duas facetas do Estado enquanto inoperante, incompleto e repleto de ilegalismos. Essa interpretação se constitui como uma forma de legibilidade do Estado desde as “margens” (Das e Poole, 2004), ou seja, uma forma de leitura do funcionamento estatal a partir desse sujeito, que tensiona a noção ordinária desse aparelho político, pois se atenta para os significados atribuídos por aqueles que são extremamente assujeitados por ele, ou seja, que são alvos de suas intervenções nas mais variadas formas.

Além disso, ao ser perguntado, durante a entrevista, sobre como são as relações de amizade com outras pessoas em situação de rua, Yuri disse o seguinte:

*[...] Lógico que eu tenho, porque os que eu não conheço da cadeia, eu conheço da clínica. Os que eu não conheço da Máxima, da Casa de Guarda, da Clínica, eu conheço lá da minha vila, que é uma das vila mais ‘nervosa’ que tem (cita o nome dos bairros)... mais populosas [...] aqui fica qualquer um [...]* (Yuri, 28 anos)

Destaca-se, um ponto teoricamente crucial. As relações de sociabilidade deste sujeito na antiga rodoviária, em grande medida, se fizeram tecidas antes dele estar em situação de rua no local. Foram em outros espaços institucionais que se constituem como lugares de pessoas em processo de “ressocialização”. Por isso, ao passo que Yuri reatualiza códigos morais de relações da cultura *callejera* (Bourgois, 2015) nas imediações da antiga rodoviária com seus pares, também, retornar para a “Rodô” e

reencontrar estas pessoas no local, simboliza, do ponto de vista moral, como uma experiência negativa.

Yuri, ao se representar como *vagabundo, que não vale nada*, além de mostrar descrédito às instituições de assistência-saúde, taxando-as como *máfia da prefeitura* que não tira as pessoas da rua, mobiliza um campo semântico que informa o sentido moralmente degradante de estar morando temporariamente nas ruas da antiga rodoviária, onde sua experiência junto às igrejas, clínicas de recuperação, *Consultório na Rua*, entre outros, não foram eficazes no reordenamento moral de sua vida, ou seja, o retorno à família e a superação do consumo de droga.

Por isso, após essas experiências frustradas, o mesmo aloca no seu universo simbólico somente *Deus* como um agente capaz de tirá-lo desta situação e reorganizar sua vida social. Consequentemente, quando este vem parar na antiga rodoviária, acaba vindo parar no *covil de serpente, onde é fácil de entrar e difícil de sair e manda quem pode, obedece quem tem juízo*, diz ele.

Ressalta-se que a imoralidade na qual Yuri inscreve o universo da antiga rodoviária, situa-se no plano da representação em torno do “mal” provocado pelas drogas. Tomando o seu caso como exemplo, o vício é acionado como mecanismo de justificação moral da sua condição de sujeito imoral, que o deixa longe de sua família, e, consequentemente, nos arredores da antiga rodoviária.

Semelhante ao que foi dito por vários integrantes evangélicos do *Projeto Matheus 25:35* e que reverbera na narrativa de Yuri, é, justamente, o discurso depreciativo sobre o consumo de droga, que pode ser compreendido na chave da oposição à “Deus”, sendo então, algo do “Diabo”, responsável por desumanizar sujeitos.

Justamente pelo fato da causa do mal encontrar-se na droga, que, ainda estando em situação moralmente degradada, Yuri constitui relações positivas com pessoas em situação de rua na antiga rodoviária, onde o mesmo disse:

*[...] Se você chegar na casa do rico, ele chama a polícia para você. Agora, se você chegar numa pessoa de rua... eu to com fome, eu to com sede, quero dormir, to com frio... se a pessoa de rua tiver um papelão, ela divide no meio com você [...]* (Yuri, 28 anos)

Aqui pode-se pensar a ideia de uma das formas de ser e estar em situação de rua, que mesmo na condição de sujeito imoral perante à *sociedade*<sup>85</sup>, permite uma certa subjetivação ética no contexto da faceta da antiga rodoviária informal, ilícita e dotada de ilegalismos<sup>86</sup>. Nesse sentido, a necessidade da prática de solidariedade com aqueles que se achegavam nas ruas, tendo em vista, que esta pessoa pode fazer parte das redes de relações anteriores à própria antiga rodoviária, bem como o mesmo vem fazer parte das relações de troca e reciprocidade (Mauss, 2003). Em outras palavras, *se hoje você ajuda alguém necessitado, amanhã você será ajudado*. Ou caso a pessoa não ajude aquele que se aproxima, pode vir a criar inimizades que podem, posteriormente, gerar sanções negativas.

Além disso, a prática da solidariedade, segundo Yuri, é: *isso daí, é normal do ser humano...tá escrito na palavra da bíblia...foi nosso 'Pai' quem ensinou nas escrituras sagradas, 'querer o bem, sem escolher a quem'*. Portanto, ao mesmo tempo que as práticas de caridade se encontram no plano do sagrado, que, inclusive, deve ser reproduzida pelas próprias pessoas em situação de rua entre si, também, essa prática constitui-se, a nível coletivo, como um sistema de prestações mútuas das relações “de rua” na antiga rodoviária.

Nessa perspectiva, insere-se, de forma complementar, a narrativa de Jeferson. Produto de interações tecidas com sujeitos que tem Jeferson em sua rede de relações, ressalta-se que Maria Eduarda Rodrigues foi, a partir de seu lugar ativista-intelectual, fundamental para a realização da entrevista e conversas informais<sup>87</sup> com esse sujeito.

Jeferson é um homem de 46 anos e se autoidentifica como pardo. Tal como Yuri, este interlocutor classifica a si e aos pares da rua, como sujeitos imorais. Vindo de um bairro nobre da cidade, o mesmo carrega consigo o entendimento acerca de suas experiências negativas com a droga, que o levaram a fragilizar as relações intrafamiliares. Todavia, vem deste interlocutor, a frase inspiradora desse subcapítulo<sup>88</sup>.

Assim, Jeferson também aloca as instituições de saúde e assistência, inclusive o *Consultório na Rua*, como algo de *praticamente nenhuma importância*. Por outro lado, quando perguntamos sobre o *Projeto Matheus 25:35*, o mesmo disse: *muito bom trabalho, 'Deus' em primeiro lugar*. Por fim, tal como Yuri, seu colega de rua da antiga

---

<sup>85</sup> Categoria utilizada por Yuri, para tratar daqueles que não estão no seu lugar de abjeção (Rui, 2014) e que detêm posição de prestígio social. Por exemplo: diplomados, policiais, juízes, empresários, etc.

<sup>86</sup> Essa discussão será melhor desenvolvida no capítulo 3 da dissertação.

<sup>87</sup> O caminho para a chegada nesse interlocutor através de Maria Eduarda Rodrigues será descrito e analisado detalhadamente no capítulo 3.

<sup>88</sup> *Aqui você não vai achar nenhum que não vai saber a respeito de "Deus"*.



rodoviária, o mesmo tem família com residência, mas, justificou sua “situação” no local, como uma escolha do “pecado”.

No entanto, o mesmo demonstrou ser conhecedor das operações de trocas que ordenam as relações ético-morais nas imediações da antiga rodoviária. Não obstante, o mesmo relatava sobre diversos assuntos na antiga rodoviária: tráfico de drogas, interações com as pessoas de rua, prostituição, etc.

Embora não compartilhasse da visão de Yuri, acerca de uma representação positiva da solidariedade entre aqueles que estão em situação de rua na antiga rodoviária, Jeferson, durante a entrevista, compartilhava sua bebida, além de outras experiências com esses sujeitos. Não à toa, quando indagamos para ele, como é estar na antiga rodoviária, o mesmo disse: *é uma merda, mas a gente gosta dessa merda*.

Voltando ao campo das relações de prestações mútuas. Quando indagado sobre a interação com comerciantes e vizinhança, o mesmo disse:

*[...] todo mundo aqui, graças a Deus, gosta de mim, me conhece... não, você pode chegar e pode ‘bater’, pode perguntar... chega, em qualquer lugar, e pergunta de mim... só isso... todo mundo gosta de mim, eu faço serviço, eu ajudo todo mundo que precisa, tá... se eu preciso de alguma coisa, as pessoas me atendem... se eu estiver com fome, eles me dão alimento, tudo normal [...] (Jeferson, 46 anos).*

Corroborando essa narrativa, em outra ida a campo com Maria Eduarda Rodrigues, pude observá-lo realizando o cuidado dos carros que estacionavam nas marquises da antiga rodoviária ou em frente a um estabelecimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Além dele, vários outros sujeitos realizavam esse tipo de trabalho, tais como: Caique, que já chegou a ter um colete de frentista para cuidar dos carros que estacionavam no local; Claudia e Henrique, atuando na limpeza das áreas de trânsito; Dedé, realizando consumo diário em uma antiga lanchonete da antiga rodoviária, através dos rendimentos de suas “*correrias*”.

Por conseguinte, ser um sujeito em situação de rua “bem quisto” na região da antiga rodoviária, envolve, também, a realização de serviços para os comerciantes e moradores do entorno. Em troca, garante-se o consumo de alimentos, itens de subsistência para si, mas, principalmente, algum nível de reconhecimento moral perante o outro não-imoral, que ocupa um lugar legítimo no imaginário dos sujeitos do complexo rodoviário.

Nesse sentido, é mister que o sujeito consiga distanciar-se, nesses contextos de negociações, ao máximo, da classificação “nóia” ou “zukado”, no intuito de adquirir algum estatuto de legitimidade perante a “*sociedade*”. Nessa modalidade de relação, o sujeito se vê na necessidade de efetuar um conjunto de procedimentos que o positiva moralmente, a partir de uma maior vigilância das práticas de si, especialmente, no consumo de drogas, para distanciar-se da identificação “nóia”.

Para tanto, se faz necessário que a pessoa em situação de rua consiga, efetivamente, adotar uma espécie de “cultura de si” (Foucault, 2005), ou seja, “tomar a si próprio como objeto de conhecimento e campo de ação para transformar-se, corrigir-se, purificar-se, e, promover a própria salvação” (*Idem*, p.48). Essa ação individual, permite criar um certo respeito e status local, que tensiona as classificações que os imoralizam perante os *parceiros*, comerciantes e vizinhança.

Como exemplo privilegiado de pessoa que conseguiu certo tipo de relação distanciada da classificação “nóia”, tendo em vista, que esta estabelece outro tipo de subjetivação nas ruas da antiga rodoviária, comparado a Yuri e Jeferson, é Manu<sup>89</sup>. Morando no local há, mais ou menos, quatro anos, a mesma, cotidianamente, relaciona-se com diversos grupos locais. Desde as próprias pessoas em situação de rua, cidadãos que vem comprar e/ou consumir drogas, vizinhos, comerciantes e policiais. Todos estes sujeitos conhecem Manu, e, de formas diferentes, estabelecem relações distintas com ela.

Salienta-se que a mesma, conserva uma interação mais estável com a vizinhança e comerciantes, em comparação a Yuri e Jeferson, justamente, pelo fato da mesma fazer da “Rodô” seu habitat. Nesse sentido, com sua família extensa, a mesma consegue, com certa facilidade, marmitas, roupas e utensílios domésticos que a permitem, efetivamente, “morar” no entorno da antiga rodoviária, de acordo com o vocabulário dos membros do *Projeto Matheus 25:35* e dos próprios habitantes das ruas, de forma mais “digna”.

Assim, sua experiência cidadina e as práticas de fazer-cidade (Agier, 2011) se elaboram através da rede de ajuda mútua, constituída através da complexa trama de relações estabelecidas, que extrapolam o *Consultório na Rua* e o *Projeto Matheus 25:35*, e envolvem restaurantes que doam e vendem alimentos para ela, cidadãos que vem conversar diariamente e levar mantimentos para si e sua família, entre outros.

---

<sup>89</sup> Seu perfil será descrito no próximo subcapítulo, bem como haverá uma discussão mais pormenorizada a partir das experiências cidadinas dela em comparação com outras mulheres em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária.

Para tanto, Manu utiliza-se de uma linguagem carregada de moralidade religiosa, de maneira mais constante, e reitera a importância da *presença de Deus* e dos *ensinos da palavra* em sua vida. Esta se constitui como uma base da comunicação da mesma para com sua rede de *parceiros* e *anjos*, na qual, segundo ela, é de suma importância e representa o próprio “Deus” agindo na vida dela.

Trago um registro do caderno de campo, que relata uma experiência vivida por mim e Maria Eduarda Rodrigues, junto a Manu e seu marido<sup>90</sup>, que retrata a interação constituída através de uma linguagem moral-religiosa:

[...] Era uma segunda feira chuvosa na antiga rodoviária. Eu e Maria Eduarda recolhemos algumas roupas doadas por estudantes do curso de Ciências Sociais da UFMS. Partimos para a “Rodô” no início da tarde com sacos de roupas para levar a Manu. Chegamos no local e a encontramos dormindo, junto a seu marido. Fomos dar uma volta pelas imediações da antiga rodoviária [...] Depois, de mais ou menos uma hora, voltamos para o local em que Manu e seu marido se encontravam. Manu apareceu e logo nos deu seu abraço corriqueiro e ritual, expressando uma alegria em nos ver, e, nos agradeceu por termos ‘lembrado dela’. Conversa vai, conversa vem. Manu nos apresentou de longe, para três mulheres que estavam no estabelecimento comercial que fica em frente ao seu ‘local de moradia’, dizendo para elas, que somos ‘anjos de Jesus’ [...] Depois, Manu deu dinheiro para seu marido ir comprar uma coca-cola, para que eu e Maria Eduarda, tomássemos com eles. Mesmos com nossa insistência em não deixa-la pagar, a mesma fez com que seu marido fosse comprar e dividiu a coca-cola conosco. Tomávamos a coca-cola e a mesma ia conversando conosco a respeito de sua vida nas ruas da antiga rodoviária. No entanto, Manu sempre voltava-se a falar da figura do Cristo e das ‘bençãos’ que ela recebeu, sempre que pediu ajuda a ‘Deus’ [...] Percebia que alguns assuntos não interessavam a ela, tal como narrar sobre suas experiências positivas cuja a presença de ‘Deus’ era peça chave para sua subsistência enquanto sujeito. Assim, a mesma finalizou nosso encontro, pedindo para que nós ficássemos em pé e fizéssemos um círculo, bem como déssemos as mãos. Logo, Manu iniciou a oração do ‘Pai Nosso’, onde todos nós estávamos de mãos dadas, e, encerramos nossa estadia, orando junto com ela (Caderno de campo, 09/dez/2019).

Essa longa descrição revela um elemento fundamental. Ao mesmo tempo, que Manu, não deixa de se relacionar com as pessoas em situação de rua, inclusive, sendo usuária de drogas, e, relacionando-se indiretamente com a “economia subterrânea” (Bourgois, 2015), a mesma visibiliza para “os de fora”, mais do que Jeferson e Yuri, uma internalização de uma conduta moral-religiosa que a distancia da representação

---

<sup>90</sup> Termo utilizado por ela para identificar Erick, seu companheiro.

imoral de si, tal como narrada pelos dois interlocutores, que concebem a si e aos seus pares enquanto “vagabundos”.

Mais do que isso, a mesma se intitula “serva de Deus” e “escolhida” perante os pares da rua, que a distancia das classificações imorais. Não obstante, diferentemente de Yuri e Jeferson, que se encontram moralmente distantes da sua parentela, Manu constitui relações diretas e próximas com seu marido e filhas que compartilham da vida nas ruas com a mesma.

Estes paradigmas, elaboram uma noção de sujeito, que mesmo estando em situação de rua, numa área da cidade concebida como espaço de drogadição e imoralidade, não se vê com os laços sociais completamente fragilizados, pois a mesma se visibiliza enquanto uma mulher de “Deus”, de “família” e que é dotada de uma ampla rede de assistência.

Por conseguinte, apesar da mesma compartilhar da situação de rua na antiga rodoviária, suas relações ético-morais situam-se em um plano diferente de outros sujeitos que estão em situação de rua no local. Isso não significa que Manu não esteja sob assujeitamentos que a concebem enquanto sujeito imoral ou até mesmo às assimetrias que a vida nas ruas carrega consigo.

Nesse sentido, uma categoria de diferenciação, que se apresenta como um marcador social da diferença importante para compreender a experiência de Manu, bem como de outras mulheres em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, é gênero. Em muitas ocasiões, pude presenciar o agenciamento promovido por Manu e outras mulheres, de práticas de masculinidade em diferentes contextos de relações.

Por fim, salienta-se que ao passo que Manu se distancia das classificações que negativam outras pessoas em situação de rua, principalmente a partir do signo da moralidade religiosa, esta interlocutora, também aciona linguagens típicas da cultura *callejera* (Bourgois, 2015) através de performances masculinizadas, que além de garantir sua proteção e subsistência contra práticas violentas, também estabelece nexos com a moralidade religiosa e está estreitamente ligado aos ordenamentos ético-morais das relações locais.

### **2.3 Gênero e masculinidade: relações “de rua” nas imediações da antiga rodoviária**

Neste subcapítulo, produzirei algumas análises a partir das experiências de algumas mulheres em situação de rua, focando nas narrativas e práticas que assinalam

gênero como um marcador significativo. Neste sentido, partirei das narrativas e performances de gênero (Butler, 2003) de Manu e Claudia, destacando os agenciamentos produzidos mediante a mobilização de práticas de feminilidade e masculinidade<sup>91</sup> nas suas relações de amizade e parentela nas ruas da “Rodô”.

Visa-se, também, a partir de Manu e das observações etnográficas de outras mulheres e homens em situação de rua, analisar como as relações “de rua” são atravessadas por códigos morais que balizam interações específicas entre diversos sujeitos, bem como são parte constitutivas da formação de subjetividades éticas nas ruas da antiga rodoviária. Manu, como dito no subcapítulo anterior, possui família extensa que convive com ela nas ruas da antiga rodoviária. Pude identificar a presença de duas mulheres que ela chama de “minhas filhas”, sendo que uma delas, segundo Manu, acabou de “dar à luz” a seu neto.

Em relação a sua família extensa, Manu assume um papel ativo de gestora assídua da reprodução material e social de seu núcleo familiar. Mesmo diante de uma vida precária (Butler, 2011), esta mulher performatiza uma postura ativa perante as dificuldades impostas pela situação de rua, tal como conseguir comida, roupas e outros utensílios, onde a mesma disse: *tem gente que fica esperando cair do “céu”. Eu não, peço e vou atrás.*

Manu, também parecia adotar em suas interações com sua rede de *parceiros*, seus familiares, vizinhança e amigos da rua, uma linguagem mais afável, que remete a um jeito mais feminino de se relacionar. Ao mesmo tempo, também foi possível presenciar, principalmente com a coletividade das pessoas em situação de rua, com destaque para com os homens, inclusive com seu marido, a mobilização de uma linguagem masculinizada.

Compreendendo gênero enquanto performance (Butler, 2003), que é produzido de maneira plural nos diferentes contextos histórico-sociais cuja experiência de “ser mulher” se distingue, mediante diferentes “intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (Butler, 2003, p.20), cujo o aprendizado se dá mediante a reiteração de determinados discursos e práticas, que parto da análise do caso de Manu e de outros casos de mulheres em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária.

---

<sup>91</sup> Pensando a partir de Lia Z. Machado (1998) e Michael S. Kimmel (1998), tanto a ideia de masculinidade quanto de feminilidade não se constituem como um conjunto fixo de práticas, comportamentos ou características corporais, mas sim de atributos lidos sob a ótica da norma sociocultural de gênero, que valoram determinadas coisas como masculinas e outras como femininas.

A vida nas ruas nas imediações da antiga rodoviária torna necessário que muitas mulheres mobilizem uma postura de masculinidade viril (Frangella, 2004), que remetem a comportamentos similares aos acionados pelos homens no contexto das relações “de rua”. Por outro lado, tendo em vista o plano de relações tecidas por Manu e sua própria forma de habitar o entorno da antiga rodoviária, faz-se necessário dominar códigos que remetem a uma docilidade materna, que outorgar-lhe-ia, pelo olhar da vizinhança, um estatuto de pessoa amistosa.

Seguindo este raciocínio, fica claro que:

A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações e práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular (Connell, 2013, p.250)

Tanto masculinidade quanto feminilidade se constituem enquanto conjunto de práticas cuja forma de expressão varia entre os diferentes contextos. O próprio gênero assume essa configuração. Não à toa, Judith Butler (2003) questiona a ideia de gênero enquanto uma identidade fixa e adota a noção de performance, pois é justamente na interação social que as práticas dos sujeitos se revelam generificadas.

Uma outra mulher próxima a Manu, que se encontra atualmente em uma clínica religiosa de recuperação, é Claudia. Ao longo do ano de 2018 e nos primeiros meses de 2019, pude presenciar em trabalhos de campo com o *Consultório na Rua*, duas situações de violência de gênero sofridas por Claudia. A primeira envolveu seu ex-companheiro, Dedé. Marcas de agressão em seu corpo foram utilizados como prova incriminatória contra Dedé, que ficou preso por um determinado período. Posteriormente, Claudia envolveu-se com outro rapaz, Hudson. Depois de um curto espaço de tempo, em uma das idas a campo junto ao *Consultório na Rua*, nos deparamos com Claudia com o rosto roxo, com marcas claras de agressão.

Ressalta-se que Claudia, era uma mulher conhecida por praticamente todos na antiga rodoviária. Desde comerciantes, garotas de programa, vizinhos, igrejas, tráfico. Claudia denotava um domínio dos códigos de reciprocidade com comerciantes e “as parceiras” do *Consultório na Rua*, evidenciando uma prática afável com todos os sujeitos. Diferentemente de Manu, que inúmeras vezes adotou performances de masculinidade com entonação da voz mais grossa, inclusive com o próprio marido, não

presenciei nenhuma situação em que Claudia visibilizava uma postura viril, mesmo quando esta se encontrava com as marcas roxas causadas pela agressão sofrida.

Presenciei, diversos comentários acerca de Claudia. Para alguns, ela era aquela que “o marido bate”; que sofre abuso sexual enquanto dorme; que leva soco na cara. Por outro lado, Claudia me disse, junto à própria Manu, de que a amiga é *mulher que bate até em homem*. Ressalta-se outro aspecto importante, Claudia aparentava uma idade bem mais avançada do que Manu e com um corpo físico mais fragilizado. Já Manu, se mostrava ser mais nova e com uma saúde mais vigorosa. Não obstante, em algumas ocasiões do ano de 2019, Claudia aparecia com sintomas de agravo em sua saúde.

Longe de justificar o estado de maior vulnerabilidade ou de afirmar que a docilidade de Claudia foi a causa de a mesma ter sido violada, mas de atestar como as normas socioculturais de valorização da virilidade (Machado, 1998) atravessam os agenciamento das mulheres quando interpeladas por ações violentas vindas dos homens, pois determinadas performances masculinizadas de mulheres em situação de rua, se dão como estratégia de autoproteção contra violências físico-sexuais, inclusive para com outras mulheres em situação de rua.

No que tange à difícil e dolorosa análise sobre Claudia, ressalta-se que a mesma, utilizava uma relação conjugal, mesmo violenta, para suprir as demandas diárias e cotidianas. Quando a mesma apareceu com o rosto marcado por agressão sofrida, ela, em nenhum momento, se mostrou disposta a denunciar o homem por violência de gênero. Muito pelo contrário, com seu último *namorado*, ela disse que ele era *calmo*, além de ser *artista, que desenha muito bem*.

Por último, presenciei uma situação emblemática, numa ida a campo junto às agentes do *Consultório na Rua*. Depois de um período preso, enquadrado pela lei Maria da Penha, Dedé aparece na antiga rodoviária e inicia uma discussão com as agentes, acusando-as de participar diretamente de sua condenação judicial. O momento era turbulento e conflituoso entre Dedé e as agentes. Todavia, Dedé disse que estava há quinze anos com Claudia. Ele assumiu que bateu nela, mas afirmou que ela *zoou ele*. Além disso, o mesmo disse que *faz os corres dele* e que Claudia não teria condições de se garantir nas ruas da antiga rodoviária.

Essa justificção da violência de gênero feita por Dedé expressa uma percepção que esquadrinha a mulher em situação de rua como passível de ser violentada, isto é, uma pessoa classificável como “incapaz” e que deve se submeter a sua vontade mediante o uso da força viril (Machado, 1998), em que a ação da mesma em tê-lo

“zoado” já é vista como suficiente para sofrer punições, que visa realocar Claudia na sua posição de subserviência, lugar, no qual, segundo a norma sociocultural masculina, seu corpo carregado de expressões de feminilidade deve ser alocado.

Em suma, fazer-cidade (Agier, 2011), no sentido de construir condições de viver em situação de rua nas margens do centro da cidade, passa pelas relações de poder generificadas, onde o predomínio da masculinidade hegemônica<sup>92</sup> através de práticas viris nas relações “de rua”, constitui-se como um mecanismo de sujeição no qual, principalmente as mulheres são obrigadas a agenciar. Neste sentido, aquelas que não adotam essa postura masculina no cotidiano, acabam tendo que buscar mecanismos de proteção através de relações conjugais, e, conseqüentemente, correm o risco de submeterem-se a violações, aumentando, mais ainda, seu estado de vulnerabilidade.

Adentrando o campo da cultura *callejera* (Bourgois, 2015) ou das relações “de rua”, Philippe Bourgois (2015) em sua obra *Em busca de respeito: vendendo crack em Harlen*, vai dizer que a droga funciona enquanto substrato material atrativo dessa “cultura”, em que os participantes adentram uma vida de violência e adicção (*Idem*, p.40). Todavia, Bourgois trata de um contexto diferenciado do que o do universo local. São porto-riquenhos em um bairro pobre da cidade de Nova Iorque nos Estados Unidos inseridos na venda e no consumo de crack.

Sem advogar a inexistência de sujeitos responsáveis pela venda do crack e outras drogas, não obstante, o lugar carrega a classificação de “cracolândia campo-grandense”. Contudo, a diferença é que essa “economia” ilegal, no universo da antiga rodoviária, não envolve somente aqueles que estão em situação de rua, mas, também, outros grupos sociais<sup>93</sup>.

Entretanto, tal como analisado por Bourgois, se reproduzem no seio das relações “de rua”, certas práticas violentas, em que o signo da masculinidade é mobilizado por mulheres, tendo em vista a corriqueira ação de subjugação destas pelos homens, para que esta seja “respeitada” nas relações cotidianas “de rua”. Em menor escala, também há aquelas mulheres que eram tratadas por outros homens em situação de rua de forma simétrica, pois não precisaram externalizar, em nenhum momento em que estive fazendo pesquisa, práticas de masculinidade. Outras, segundo relatos de alguns

---

<sup>92</sup> Ressalta-se que o conceito de masculinidade é, segundo Michael Kimmel (1998), hegemonicamente construído relacionalmente: “precisamente, transformando outros em *outros*, como um modo de limpar o espaço discursivo e prático em que homens angustiados pudessem demonstrar e provar sua masculinidade” (Kimmel, 1998, p.116).

<sup>93</sup> Considerações sobre as relações “de rua” em torno do consumo e da venda de drogas, será abordado no capítulo 3 da dissertação.



interlocutores, que atuavam de maneira direta na economia ilegal da venda de drogas, situavam-se hierarquicamente, em termos de relações de poder, acima dos homens que estavam em situação de rua, principalmente, o dos considerados *zukados*.

No bojo desse contexto, que as performances masculinizadas de Manu, assim como a de outras mulheres, como Helen, a mãe de Roberto e Fabricia, ganham contornos socialmente situados, que revelam um plano de relações assimétricas generificadas, cuja masculinidade que as assujeitam torna-se motriz de sua agência.

Helen, uma mulher negra que aparentava estar na faixa dos 30 anos de idade, que conheci em uma das idas a antiga rodoviária no ano de 2018, com um grupo de ativistas que queria fazer aproximações com as mulheres em situação de rua. Para tanto, através da mediação de *Japa*<sup>94</sup>, conseguimos realizar, em uma manhã de sábado, uma primeira aproximação, especialmente com Helen. *Japa* e as ativistas levaram algumas roupas, itens de higiene pessoal e cachorro quente, para serem distribuídos entre as pessoas em situação de rua.

Na distribuição da comida e dos itens, Helen mediava a quantidade e a qualidade daquilo que seria doado. Assim, as pessoas se achegavam para comer, e aguardavam, respeitosamente, o sinal positivo de Helen, que não deixava ninguém levar mais de um cachorro quente.

Esta mulher, através de sua mediação, exercia uma “autoridade” perante homens e mulheres que se aproximavam para pegar comida ou requerer algum item doado. Após a finalização da atividade, quando estávamos nos dirigindo para o carro de *Japa*, um rapaz, que não havia compartilhado da distribuição de alimentos, que estava, do outro lado da rua, junto a um grupo de sujeitos que fazia consumo de droga, se aproximou indagando-nos se queríamos comprar drogas e perguntou sobre o nosso intuito no local.

Eu e a ativista, negamos o interesse em comprar droga, e, em poucos segundos, sem dar tempo para dizermos sobre nosso interesse na antiga rodoviária, Helen veio até nós encarando o rapaz, dizendo que não era para o mesmo chegar “enquadrando”. O rapaz respondeu de maneira pouco amistosa, o que gerou, posteriormente, um princípio de conflito corporal entre Helen e o rapaz. Helen em posição de luta, acionava, em sua completude a masculinidade viril, dizendo que *não baixa cabeça para homem* e tentou, em seguida, desferir um soco nele.

---

<sup>94</sup> “Nome da rua” recebido por uma ativista que desenvolveu relações próximas com as pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária. À *Japa* devo meus primeiros contatos informais mais próximos com esses sujeitos.

Para abrandar a situação, o segurança do Condomínio do centro comercial da antiga rodoviária, teve que intervir. Após a separação do conflito, Helen, ainda *atordoada* com a situação, nos pediu desculpas pelo ocorrido. Entretanto, pouco tempo depois, a mesma já se mostrava disposta e agia “naturalmente”. *Japa* pegou o restante dos itens de doação em seu carro e deu para Helen distribuir para as pessoas em situação de rua. Terminada a distribuição, Helen disse que *doou tudo e não vendeu nada*.

Esta descrição traz à tona a masculinidade viril sendo agenciada pela mulher em situação de rua. Além disso, ao tensionar a atitude de um rapaz que compartilhava naquele momento da dinâmica da venda de drogas, Helen não realizou essa ação, meramente para “disputar virilmente” com ele, mas sim, para garantir que sua rede de *parceiros* não fosse incomodada por essas práticas tidas como imorais que fazem parte das relações “de rua” na antiga rodoviária.

Para isso, foi necessário ter que “brigar”, mesmo que Helen não desejasse, tendo em vista, o desagrado que essa situação poderia ocasionar para os seus *parceiros* da *sociedade*, para garantir a nossa “segurança”, perante os elementos da cultura *callejera*, e, não necessariamente, das pessoas em situação de rua.

O ápice de conflitos que envolvem masculinidades viris se dá quando se consuma o conflito físico. Outro caso de violência narrada foi com a mãe de Roberto, que segundo seu filho, foi xingada por um outro rapaz em situação de rua. Durante uma ida a campo, junto ao *Consultório na Rua*, Roberto, homem com tipo físico forte, branco, com faixa etária acima dos 30 anos idade, conversava conosco e nos mostrava as marcas de facadas levada nas ruas. Em seguida, o mesmo disse que *não tem medo da morte, mando ela para longe*, principalmente, por conta de sua mãe, que, tal como ele, frequenta assiduamente as ruas da antiga rodoviária.

Quando chegou um homem negro, aparentando ter mais de 45 anos, perto de Roberto, este o pegou e mostrou as marcas que ele deixou no rapaz, devido ao ato desrespeitoso do mesmo com sua mãe. Roberto disse que esse homem xingou sua mãe, e, por isso, entrou em uma briga que se consumou em agressões físicas que deixaram marcas corporais no mesmo. No entanto, Roberto contou que ambos “se acertaram” e que ele mesmo teria ajudado o tal homem em ocasião posterior.

Essa passagem ilustra uma outra dimensão, que articula o campo dos valores morais hegemônicos que também são religiosos com o da masculinidade nas relações “de rua”. Ao insultar a mãe de Roberto, o homem tensiona uma norma moral que constitui as relações positivas de “respeito” da cultura *callejera*, normalizando, assim,

as sanções morais dessa modalidade de relação, que se materializa mediante ações punitivas.

Por conseguinte, desrespeitar um símbolo sagrado para Roberto, que se constituiu como a razão do mesmo *mandar a morte para longe*, tornou aquele que desrespeitou essa norma moral, passível de sanções masculinizantes violentas advindas daquele que foi desrespeitado.

Outro exemplo, que não presenciei, mas fiquei sabendo por meio de relato de agentes do *Consultório na Rua*, que tomaram conhecimento através da circulação dessa história, e, posteriormente, pude confirmar em uma reportagem jornalística que tratou sobre o caso, foi a briga de Fabricia com outra mulher, que resultou na prisão da primeira, e na internação emergencial pela segunda, devido às facadas que levou.

As motivações seriam o consumo de drogas, que ocasionou, primeiramente, uma discussão entre ambas e, posteriormente, a moça que foi internada, agrediu Fabricia, que respondeu desferindo facadas nela. Caso similar ocorreu com um homem na faixa dos 30 anos, que, inclusive, fazia tratamento através da mediação do *Consultório na Rua*. A partir de um determinado dia, não encontramos mais esse rapaz nas imediações da antiga rodoviária. Uma das agentes recebeu a informação de outras pessoas em situação de rua, que o rapaz ficou devendo para o tráfico de drogas, e, como não tinha dinheiro para pagar, teve que se retirar das ruas da antiga rodoviária para não sofrer as sanções violentas.

Essa heterogeneidade de casos revela a multiplicidade de formas de interagir e constituir-se como sujeito nas imediações da antiga rodoviária. Nesse sentido, pode-se interpretar que para Manu, suas posturas viris, frente aos homens, servem como instrumento de garantia de um respeito nas relações generificadas e “de rua”, bem como sua afabilidade corresponde a uma “cultura de si” (Foucault, 2005) que a positiva perante os *parceiros* e a outros sujeitos. Entretanto, ambas as esferas relacionais se fazem atravessadas por uma linguagem moral, seja de respeito ou seja de valores da família e da crença em “Deus”.

Roberto também traz consigo o valor moral da proteção de sua mãe, que o forma enquanto sujeito ético, ou seja, aquele que está lá para protege-la de todo a maldade. Ou o caso de Claudia, que, mesmo sob jugo de violência de seu marido, tinha para si, o dever ético (Read, 2018), em seu contexto, de resguardar o seu marido das sanções penais do Estado, tendo em vista que ele, mesmo a agredindo, era quem supria as

demandas de Claudia nas ruas da antiga rodoviária, principalmente, no que diz respeito à proteção.

Por fim, o caso de Helen e Fabricia revela, em modalidades diferentes, um jeito ético de ser na “Rodô”. A primeira, ao enfrentar fisicamente o rapaz, tratou de tensionar a tentativa do rapaz em nos oferecer droga, ou seja, evitar com que entrássemos em contato com a “economia subterrânea” (Bourgois, 2015), no sentido de resguardar as relações de amizade e “parceria” fora do universo das ruas, que lhe oportunizassem possibilidades de agenciamentos posteriores. Já a segunda, trata de manter uma posição de respeito nas relações “de rua” na antiga rodoviária, onde, ser agredida e passada para trás, sem uma resposta da mesma, pode implicar na criação de uma imagem carregada de descrédito nas relações “de rua”. Nesse sentido, na agressão de Fabrícia que causou sérios danos físicos à outra, poderia estar em jogo sua imagem moral nas ruas da “Rodô”.

Salienta-se que o campo das relações “de rua” está para além das interações entre pessoas que estão em situação de rua, desdobrando-se nas figuras de outros sujeitos que compõem esse quadro de relações ético-morais na antiga rodoviária. Logo, atentar-se para um campo mais amplo dos códigos que positivam comportamentos e negativam outros, bem como para as negociações constituídas em redes de relações que ligam as ruas ao Estado, ao comércio e à vizinhança pode vir a desenhar os contornos analíticos para a compreensão, em diferentes escalas, da gestão dessa população e dos efeitos do dispositivo da droga, bem como para a produção das economias morais (Fassin, 2018) em suas diferentes facetas.

### **CAPÍTULO III**

#### **(RE)CONSTRUINDO A “CRACOLÂNDIA CAMPO-GRANDENSE”: (I)MORALIDADES, REGULAÇÃO E (RE)ORDENAMENTOS LOCAIS**

##### **3.1 – Terra de degredo, oportunidades e diversão: “drogas”, “sexo” e “família”**

Segundo Taniele Rui (2014), na “cracolândia paulistana”, o “degredo, oportunidade e diversão” estariam no bojo de um conjunto heterogêneo de relações dos usuários de crack com diversos “atores” nessa territorialidade (Rui, 2014). Parto dessa assertiva, para refletir sobre as experiências dos interlocutores dessa pesquisa de estar em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, tendo como focos analíticos as “drogas”, o “sexo” e a “família”.

Esses três elementos funcionam como vetores que mobilizam narrativas e práticas em torno do campo social que atravessa a vida nas ruas da “cracolândia campo-grandense”. Nesse sentido, busco analisar como, em meio à vulnerabilidade social, suas relações estabelecidas em torno destes elementos, são fundamentais em seus processos de territorialização e desterritorialização nas imediações da antiga rodoviária, bem como da (re)produção de interações locais.

No que diz respeito às “drogas”, estas se constituem como o principal elemento mobilizado nas narrativas midiáticas locais, nas reportagens e matérias feitas sobre a antiga rodoviária, em que comumente são destacados a venda e o consumo de drogas, especialmente o crack. Muito se fala sobre a “Rodô”, nas mídias da cidade, como um lugar apropriado por traficantes, usuários de drogas e de pessoas em situação de rua, que, inclusive, seriam vistos como os principais responsáveis pela degradação do lugar.

Logo, abre-se, a partir das “drogas”, uma primeira discussão sobre o universo local. Seria a “Rodô” um território psicotrópico (Fernandes, Mata, 2019) ou de uma “cracolândia” (Frúgoli Jr, Cavalcanti, 2013; Rui, 2014)? Haja vista os contextos particulares aonde tais conceitos foram cunhados, cabe, aqui, tecer algumas linhas comparativas de análise.

No que tange à ideia de território psicotrópico, salienta-se que suas características estão voltadas para as dinâmicas em torno da venda e do consumo de drogas. Por conseguinte, um território psicotrópico está relacionado a um espaço urbano, geralmente situado em um bairro periférico, onde vigora uma série de funções

com posições sociais determinadas com a finalidade de garantir o funcionamento desse comércio ilegal (Fernandes, Mata, 2019).

Em suma, é instituída toda uma “estrutura social” de reprodução do consumo e da venda de drogas, onde as ações sociais dos sujeitos são voltadas, exclusivamente, para esse fim. Por isso, no território psicotrópico, a “droga” assume um lugar central na vida de praticamente todos aqueles que circulam por esse território.

Por outro lado, as chamadas *cracolândias* (Frúgoli Jr, Cavalcanti, 2013) “atualizam antigas representações estigmatizantes acerca dos moradores de rua, com meninos e meninas de rua, pedintes e mulheres em situação de prostituição que se fundem àquelas atribuídas aos usuários de crack” (*Idem*, p.3). Mesmo não se restringindo à região central de todas as cidades, são, justamente, as dinâmicas de relações estabelecidas por diversos “atores” que a ela dirigem uma série de práticas<sup>95</sup> e reconhecem o lugar enquanto *cracolândia* (*Ibidem*, p.4), que caracteriza uma área citadina como tal.

Todavia, diferentemente dos territórios psicotrópicos, a venda e/ou o consumo da “droga” não se constitui como um vetor exclusivo das relações das pessoas em situação de rua no local. Além do mais, são as múltiplas redes de relações estabelecidas com diversos grupos e sujeitos, tais como: *parceiros*, vizinhança, comerciantes, polícia e os agentes da “economia subterrânea”, que se apresentam, muitas vezes, como possibilidades de permanência ou retirada desses sujeitos da “Rodô”.

Contudo, a “droga” não deixa de ser um elemento que produz relações de sentido e narrativas na/sobre a “*cracolândia campo-grandense*”. Histórias veiculadas em reportagens eletrônicas e narradas por pessoas em situação de rua sobre a presença de novos traficantes, de *playboys* que vieram comprar drogas, de outras pessoas em situação de rua que tiveram que ir embora por conta de dívidas com o tráfico, da presença da droga como instrumento que imoraliza a antiga rodoviária, violências decorrentes do uso da mesma, etc.

Em suma, o discurso sobre “as drogas” atua como um dispositivo, pois opera tanto na mobilização de grupos e instituições que passam a fazer parte das relações rotineiras das pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, quanto orienta práticas de sujeitos envolvidos na venda e/ou consumo de “drogas”, pois, principalmente, aqueles que estão em situação de rua e realizam tal prática, passam a

---

<sup>95</sup> Consumo e venda de crack, ações assistenciais e de saúde por instituições estatais, intervenções repressivas da polícia, entre outros.

lidar com os efeitos produzidos pelas narrativas morais e intervenções que vão para além da repressão ao uso da “droga” em si.

Por exemplo, as batidas policiais cotidianas têm desestabilizado, nos últimos 4 anos, o comércio ilegal de entorpecentes, atraindo, intermitentemente, sujeitos que passam a revender pequenas quantias de drogas chamados de “pequenos traficantes”. De forma complementar, esse efeito tem tensionado parte daqueles que usam a droga, onde, não obstante, o receio da polícia apreender a substância tem feito com que alguns sujeitos passassem a operar como canais de acesso aos vendedores e, até mesmo, portarem quantias mínimas para venda a clientes. Essa modalidade foi intitulada por um policial de *tráfico formiguinha*<sup>96</sup>

Além disso, a constante reiteração da imagem da pessoa em situação de rua na “Rodô” enquanto sujeito “degradado” devido ao uso da droga, provenientes de narrativas morais de certos comerciantes, policiais e outros sujeitos em reportagens jornalísticas, também engendra o discurso de pessoas em situação de rua que reproduz essa representação de si perante aqueles que não fazem parte das suas relações “de rua”. Essas narrativas, devido ao seu caráter moral, são construídas como verdades, balizadas por um substrato moral, que devem ser internalizadas inclusive por aqueles que são alvo do seu discurso.

Por isso, a “droga”, especialmente o “crack”, pode ser visto como um dispositivo, pois além de criar regimes de verdades reproduzidas em narrativas moralizantes, também se manifesta nas relações de assujeitamento daqueles que são alvo de seu discurso e intervenção. Entretanto, é justamente a partir dessas formas de sujeição que são produzidos os agenciamentos, pois ao mesmo tempo que emergem modalidades discursivas e práticas que reproduzem tais narrativas, também são estabelecidas outras que tensionam a represália sobre seus corpos e práticas tidas como errantes.

No cotidiano da “cracolândia campo-grandense”, o consumo da “droga” também é representado, por uma parcela de comerciantes, como instrumento de degradação da imagem outrora tida como positiva dessa área citadina, principalmente quando se compara a “Rodô” do “tempo de ouro” com a atual, onde a personificação do “degrado”

---

<sup>96</sup> Ver em: [http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/mstv-1/edicao/videos/t/campo-grande/v/trafico-e-consumo-de-drogas-ao-ar-livre-na-regiao-da-antiga-rodoviaria-de-campo-grande/7188712/?fbclid=IwAR3v2os1muIaUIqonZLo\\_ZRAaO\\_dM3K5CnNFR62A2QkonNVRxpXZB6R2aAI](http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/mstv-1/edicao/videos/t/campo-grande/v/trafico-e-consumo-de-drogas-ao-ar-livre-na-regiao-da-antiga-rodoviaria-de-campo-grande/7188712/?fbclid=IwAR3v2os1muIaUIqonZLo_ZRAaO_dM3K5CnNFR62A2QkonNVRxpXZB6R2aAI)

estaria materializada nos corpos das pessoas em situação de rua que realizam o consumo, especialmente, de crack.

Por outro lado, há histórias que circulam sobre o envolvimento direto e indireto de determinados estabelecimentos comerciais com a “economia subterrânea”, onde a “droga” surge como uma pequena alternativa de conseguir algum lucro mediante a ausência de iniciativas de aquecimento da economia pelo Estado e do abandono da clientela do passado.

Olhando por ângulos diferentes, a “droga” também é usada tanto como fator de “degrado” quanto de “oportunidade” para diversos grupos sociais que estão na antiga rodoviária. Assim, também se dá para alguns sujeitos em situação de rua. Se a maioria dos interlocutores atribuem à “droga” seus processos de “perdas”, rupturas sociais e dificuldades na reconciliação socio-familiar, em contrapartida, também, alguns sujeitos relataram a “oportunidade” de conseguir recursos através da mesma, principalmente com a venda de pequenas quantias para os *playboys*<sup>97</sup> que vão no local para compra-las .

No entanto, são consideráveis as narrativas de pessoas em situação de rua que retratam experiências tidas como negativas com as “drogas” que foram etnografadas. Relatos de agressões e contendas decorrentes entre aqueles que estão em situação de rua, foram constantemente associadas à “droga”. Yuri, rapaz negro de 28 anos de idade, um dos interlocutores que aparecem no capítulo anterior, disse: *você pode me arrumar 5 reais, pois estou devendo para uns caras ali, que querem me bater* e Jeferson, homem pardo de 46 anos de idade, relatou: *briga é toda hora, acabou a droga começa o buchicho, começa a brigaiada, vixi, é cabuloso*.

Também durante a pesquisa de campo junto ao Consultório na Rua, pude averiguar junto às agentes, ao questioná-las sobre a ausência de um sujeito que realizava tratamento de tuberculose com a instituição, que o mesmo teve que ir embora do local devido à dívida adquirida por conta de “drogas”. Também houveram outras saídas forçadas de sujeitos das imediações da antiga rodoviária que envolve indiretamente a “droga”, tal como o caso de uma mulher em situação de rua que foi acusada de ter delatado para a polícia uma outra pessoa que estaria envolvida com a “economia subterrânea”. As acusações feitas por uma outra mulher em situação de rua eram acompanhadas de ameaças de agressão, ocasionando, posteriormente, a retirada forçada da mulher acusada das imediações da antiga rodoviária.

---

<sup>97</sup> Termo utilizado por alguns interlocutores do campo, que se referiam a homens, geralmente jovens, que tem um nível de renda significativo.



Nesse sentido, “as drogas” fazem parte de um variado campo de relações no universo da “Rodô”, sendo, em grande medida, apontada como algo que imoraliza os sujeitos e os negativa em suas interações. Em outra perspectiva, mediante a situação de precariedade, esta é acionada como instrumento de agenciamento para conseguir algum rendimento por certos sujeitos em situação de rua e também por outros “atores”. Além disso, também o seu consumo compartilhado nas ruas da antiga rodoviária, confere um sentido de sociabilidade, em que, de certa forma, os sujeitos se situam em um plano de relação mais próximo, principalmente do ponto de vista moral<sup>98</sup>.

Do ponto de vista teórico, essas dinâmicas de relações também revelam processos de territorialização e desterritorialização (Haesbaert, 2007) por parte daqueles que estão em situação de rua e interagem com/sobre “as drogas”. Territorializar-se no contexto local implica, também, compreender e agenciar os códigos em jogo nas relações que envolvem as “drogas” em suas múltiplas facetas. Neste sentido, mais que a interação em si, a internalização das prescrições em torno do consumo da “droga”, especialmente, o de não dever para o tráfico, saber negociar com os *playboys*, não delatar envolvidos na “economia subterrânea” para a polícia, e, por fim, estabelecer interações respeitadas nas relações “de rua”, são elementos fundamentais para a territorialização daqueles que fazem o consumo de “drogas” e que estão e/ou desejam estar nas ruas da antiga rodoviária.

Não obstante, a desterritorialização desses sujeitos passa, no contexto local, pelo rompimento das normas implícitas e/ou explícitas no que tange, também, ao consumo das “drogas”. Ficar devendo, delatar aqueles que estão inseridos na “economia subterrânea” e desrespeitar clientes do comércio e/ou *parceiros*, constituem os principais motivos, vistos sob o prisma de uma moralidade das relações “de rua”, para o sujeito se desterritorializar, mediante ameaças ou sanções punitivas.

No que diz respeito ao “sexo”, ele está próximo das “drogas” na narrativa de Jeferson, como uma das principais modalidades de relação que o mesmo encontra na antiga rodoviária entre seus pares: *a relação daqui é droga, sexo... e... só isso, não tem muita conversa*. Jeferson nos informa sobre um jeito de usar a antiga rodoviária, que a concebe enquanto *locus* de sociabilidades, hegemonicamente tidas como imorais, onde

---

<sup>98</sup> Tendo em vista que a relação daqueles que estão em situação de rua perante aos outros grupos sociais é assegurada por uma hierarquia moral, onde o primeiro é sempre concebido como sujeito abjeto em relação à qualquer outro sujeito da *sociedade*, que, a droga, serve como objeto de sociabilidade que dissolve essas assimetrias morais, pois colocam os sujeitos, mesmo que temporariamente, num mesmo lugar de representação moral presente na categoria “usuário de drogas”, “noia” ou “zukado”.

o mesmo preza pelo exercício de interações carregadas de *adrenalina*, proporcionadas pelo consumo da droga e pela busca de prazeres sexuais.

Há também, como contraponto a Jeferson, o caso de Manu, que revela uma outra forma de compreensão em torno da questão do “sexo”. Ela, inclusive, não narra sobre este assunto, mas, em diversas ocasiões, informava sobre seu relacionamento monogâmico com seu companheiro como algo dotado de valor simbólico que se distancia das formas representadas pelo interlocutor acima.

Essa forma de Jeferson se relacionar com o sexo, pode indicar uma representação do lugar enquanto território do desejo (Guatarri, 1996), isto é, a “cracolândia” como possibilidade de “diversão”, em que se pode encontrar, nessa “zona de prostituição pobre” (Costa, 2009), profissionais do sexo e outras mulheres para realizar seus desejos através da negociação monetária.

Nesse sentido, para Jeferson, a existência de ambos os elementos o faz territorializar-se, mesmo que temporariamente, nas imediações da antiga rodoviária. Por conseguinte, suas relações se baseiam em trocas e negociações que envolvem dinheiro, tanto no campo das “drogas” quanto do “sexo”, que ao se exaurir, faz com que Jeferson passe a exercer funções diversas, como cuidar de carros e fazer pequenos serviços locais, que dê algum retorno vantajoso.

Assim, a “Rodô”, do ponto de vista de Jeferson, serve como ponto de atração para *vagabundos*<sup>99</sup> que buscam *sem vergonhice* e encontram na prostituição uma possibilidade de experimentar os prazeres sexuais nesse território marginal (Perlongher, 2008), produzindo, assim, uma cidadinidade voltada no exercício do desejo para esses sujeitos.

Ressalta-se que também se negociam as práticas sexuais com mulheres em situação de rua que se encontram em maior estado de vulnerabilidade devido ao uso extremado de “drogas”, e acabam realizando tais práticas em troca de pequena quantia de dinheiro ou até mesmo por “drogas”<sup>100</sup>. Para as mulheres em situação de rua, muitas vezes, a prática do sexo nas imediações da antiga rodoviária, pode vir acompanhada de situações de violência, tais como relatos de estupros e violações físicas.

---

<sup>99</sup> Termo utilizado pelo interlocutor para designar sujeitos que, tal como ele, fazem uso de drogas e praticam relações sexuais com diversas mulheres, especialmente, com as profissionais do sexo. Essa categoria funciona como um dispositivo moral (Werneck, 2014), pois serve para classificar e assujeitar pessoas mediante reportórios morais envoltos por elementos religiosos.

<sup>100</sup> Relato narrado por agentes do *Consultório na Rua*, bem como em observação direta de duas mulheres em situação de rua que iam com dois rapazes realizar programa em um hotel da redondeza.

A situação de Manu revela uma forma de exercício da sexualidade sem sofrer violência, todavia, dentro de uma lógica matrimonial-monogâmica, que é assegurada pela mobilização de performances masculinizadas por ela. Assim, a construção da “Rodô” enquanto território do desejo não violento para certas mulheres é viabilizada mediante a adoção de posturas viris.

Destaca-se que o uso da masculinidade, mais do que a relação monogâmica, tem assegurado para as mulheres, sua autoproteção e o controle dos atos por parte dos homens com quem elas se relacionam sexualmente. Essa assertiva é evidenciada ao compararmos as interações de Manu e Cláudia com seus respectivos companheiros. A primeira, em nenhum momento apareceu com relatos de abusos sexuais. Todavia, era recorrente a adoção de posturas mais masculinas para com ele, inclusive, chegando a exercer controle sobre seu comportamento para com ela, além de exigir que o mesmo cumprisse com as tarefas de buscar comida e conseguir renda diariamente. Já a segunda, como analisado no capítulo anterior, teve problemas graves de violência sofrida por dois companheiros, além de ter sofrido abuso sexual por parte do companheiro<sup>101</sup> nas ruas da “Rodô”.

Em suma, se o “sexo” é para Jeferson uma motivação para territorializar-se; para Cláudia, as constantes situações de violência sexual acrescidas do agravamento de seu quadro de saúde, colaborou para seu processo de desterritorialização da antiga rodoviária. Aqui, a categoria gênero é fundamental para entender processos de territorialização e desterritorialização, pois demarca relações de poder, onde a construção das imediações da antiga rodoviária enquanto território do desejo, está atravessada por contingenciamentos violentos para as mulheres em situação de rua, que precisam tensionar através da posturas masculinas e agenciar o sexo para sua autoproteção e subsistência com formação de relações monogâmicas e/ou de núcleos familiares.

Por isso, a família assume um papel importante na vida cotidiana de parte das mulheres etnografadas. Não obstante, instituir uma relação monogâmica estável e/ou constituir, simbolicamente, relações parentais de cunho maternal<sup>102</sup>, consiste em tornar a vida na “cracolândia campo-grandense” como uma “oportunidade” de ressignificar os

---

<sup>101</sup> Tal história, contada por Manu sobre Cláudia, revelou que o último companheiro desta praticava estupro enquanto ela dormia. Além disso, a mesma, através da mediação do *Consultório na Rua*, denunciou seu primeiro companheiro por agressão e, no seu último relacionamento, que pude presenciar, em um determinado dia, apareceu com marcas roxas por toda a face.

<sup>102</sup> Como no caso de Manu, de Ramona e de outra mulher preta, que reconhecem alguns de seus sujeitos como filhos (as) e são reconhecidas como mães por eles (as).

laços, muitas vezes desfilados, da família consanguínea de origem, e, assim, reconstruir um novo núcleo parental.

Ademais, a família também se torna um dos motivos para territorializar-se. Roberto, como citado no capítulo anterior, costuma frequentar a antiga rodoviária junto de sua mãe, que fica sob a proteção do filho. Para tanto, é vital que Roberto garanta a proteção da mesma, criando relações de respeito com os diferentes sujeitos no local, evitando contendas desnecessárias, mas, também, brigando com aqueles que a desrespeitem. Além disso, Roberto desenvolve relações positivas com o *Consultório na Rua*, que é uma instituição que colabora no tratamento de sua saúde e também de sua mãe.

Em termos de casais, além de Manu com seu marido, também estiveram presentes por um longo período nas imediações da antiga rodoviária, João e Paula jovens que faziam uso assíduo de crack e outras drogas. Os dois se mostraram como um casal que buscava no local aquilo que Jeferson chamou de *adrenalina*, pois, inúmeras vezes, ambos retratavam de suas experiências com pessoas que vinham comprar drogas ou contratar os serviços sexuais das garotas de programa. Nessas ocasiões, os dois conseguiram negociar com esses sujeitos, de maneira a auferir recursos dos mesmos. Com as pessoas que vinham comprar drogas, os dois ofereciam quantias que tinham consigo por um preço maior do que ele tinha pago. E com os homens que estavam à procura das profissionais do sexo, mas não tinham preservativos, ambos conseguiam ganhar até dez reais pela venda de camisinhas para eles.

Por outro lado, Manu e seu marido também compartilhavam do consumo de crack nas imediações da antiga rodoviária, mas não buscavam se envolver em negociações com os clientes da prostituição, nem com a “economia subterrânea”, fazendo, no máximo, o papel de “aviãozinho”<sup>103</sup> para aqueles que chegavam a eles em busca da droga.

Como Manu relatou, ao se distinguir de outras pessoas que estão em situação de rua: *eu não vendo drogas, diferente do povo ali de baixo* e também disse estar concentrada nas imediações da antiga rodoviária junto ao marido e suas *filhas do coração*<sup>104</sup>. Além disso, Manu intitula-se como *missionária* e *escolhida por Deus*, diferentemente de João, que se autointitulava *doente* devido ao consumo de droga. Mais

---

<sup>103</sup> O aviãozinho seria aquele(a) que vai comprar a droga para outrem.

<sup>104</sup> Forma na qual Manu utilizou para dizer sobre as mulheres que ela considera de seu núcleo parental não consanguíneo, mas que a mesma estabeleceu parentela simbólica com as mesmas.

que classificações individuais de si mesmos, essas narrativas tornam visíveis as distinções simbólicas e a heterogeneidade das formas de ser e estar na antiga rodoviária pelos sujeitos que constituem *família*. Nesse sentido, se para Manu ter *família* representa destoar da figuração imoralizante na qual a população de rua é localmente tipificada; para João, ter um relacionamento estável de ordem familiar, não implica em desassociar-se simbolicamente de uma identificação imoral proveniente de suas práticas nas relações “de rua”.

Também há aqueles indivíduos que encontram na “cracolândia campo-grandense”, a “oportunidade” de se desvincular, mesmo temporariamente, das relações familiares originais, em que o sujeito é concebido como imoral. Estes, que são majoritariamente homens, se veem como sujeitos errantes (Frangella, 2004) e não reconstituem suas relações familiares desfiladas com as pessoas em situação de rua na antiga rodoviária, pois visam interagir dentro da lógica da *adrenalina* e compartilham de, no máximo, relações de amizade, que, segundo suas narrativas, podem ser “troçadas” *por causa da parada*<sup>105</sup>.

Por fim, os processos de territorialização nas múltiplas formas dos indivíduos se apropriarem/dominarem e de desterritorialização (Haesabert, 2007), se dá de diferentes maneiras com as interações dos sujeitos com/sobre “as drogas”, “sexo” e a “família”, que assume ares de “oportunidade”, “degrado” e/ou “diversão” para as diversas formas de ser e estar nas ruas da “Rodô”, revelando a face polissêmica da “cracolândia campo-grandense” em seus usos, interações e sentidos atribuídos pela população em situação de rua.

Todavia, a mesma também se constrói mediante códigos de relações mais ou menos estáveis, que estabilizam e organizam o “funcionamento” do local. É nesta direção que pretendo desenvolver uma análise no próximo item sobre os dispositivos de vigilância (Foucault, 2008), de controle e regulação (*Idem*, 2005), oriundos das técnicas e intervenções dos ilegalismos (Telles, 2010) e das polícias, mas que são capilarizadas no seio das relações daqueles que estão em situação de rua e também reproduzidas pelos mesmos.

---

<sup>105</sup> Termo utilizado por Jeferson para designar a “droga”.

### 3.2 Biopolítica e ilegalismos: governamentalidade na “cracolândia campo-grandense”.

Em um outro campo de análise, vigora um conjunto de práticas e técnicas articuladas aos dispositivos de vigilância, controle e regulação sobre a população de rua, que se constitui como “artes de governar” (Foucault, 1998) exercido pela polícia, *comando*<sup>106</sup> e pelos próprios sujeitos consigo mesmos e para com os seus pares. A partir desse diagrama, visa-se (re)construir um quadro das relações de poder recorrentes que envolvem, principalmente, os sujeitos com a “economia subterrânea” e com as intervenções policiais.

A biopolítica, entendida, como dito no primeiro capítulo, como uma forma de exercício do poder que visa atuar sobre a população no intuito de diminuir riscos, aumentar a vida e prevenir acidentes (Foucault, 2005), manifesta, principalmente, através das instituições de saúde e assistência, mas, também, opera com as práticas de ordem repressiva.

Por isso, esse subcapítulo analisa as práticas biopolíticas presentes nas intervenções policiais sobre a população de rua retratada em reportagens jornalísticas, bem como em narrativas de pessoas em situação de rua e/ou seus *parceiros*. Além disso, visa-se constituir as teias de relações de poder parciais dos ilegalismos (Telles, 2010) com alguns sujeitos em situação de rua, especialmente nas interações com o *comando* e seus efeitos nas dinâmicas da “cracolândia campo-grandense”.

Em seguida, visa-se pensar as conexões dessa biopolítica estatal com os ilegalismos, no intuito de produzir um olhar sobre uma governamentalidade (Foucault, 1998) na “cracolândia campo-grandense” a partir das relações de poder exercidas sobre/com a população de rua por esses dois grupos que, em alguma medida, disciplinam, controlam e regulam essa população.

Acerca das intervenções policiais nas imediações da antiga rodoviária sobre a população de rua, destaca-se uma gama expressiva desse tipo de ação retratada em jornais eletrônicos da cidade, bem como no discurso das próprias pessoas em situação de rua e de certos *parceiros*.

De forma geral, as intervenções repressivas da polícia são representadas por parte significativa dos interlocutores como violentas. Tal versão é corroborada pelas

---

<sup>106</sup> Categoria utilizada por dois interlocutores para referir-se à um grupo ligado ao comércio ilegal da venda de drogas que exerce um certo nível de poder sobre a “Rodô”.

agentes do *Consultório na Rua* com quem dialoguei sobre a questão, bem como por certos integrantes do projeto Matheus 25:35 e também por ativistas que atuam junto a essa população no local. Por outro lado, na maioria das reportagens eletrônicas apreendidas, essas práticas são incentivadas e tratadas como positivas para a “Rodô” por certos comerciantes, que veem como fundamental para o combate ao tráfico e ao consumo de “drogas” na região.

Essa dimensão conflituosa revela representações distintas sobre as práticas dessa instituição e de visões políticas antagônicas acerca da própria população de rua. No entanto, mais do que fazer uma análise simplificada de um conflito social, interessa, aqui, olhar para essas práticas enquanto formas de governo que produzem e se reproduzem nas narrativas de determinados sujeitos-alvos dessas intervenções.

Yuri fala sobre uma série de repressões sofridas por policiais na antiga rodoviária, que vão desde agressões até ameaças de morte. Em um dos episódios narrados por ele, há a reconstituição em que ele foi abordado por policiais durante o período noturno em um bairro da periferia:

*[...]eu tomei enquadro da ‘Garras’<sup>107</sup> lá no beco da (bairro) [...] oh senhor eu tirei um monte de cadeia (relato de sua fala para o policial que o enquadrrou), infelizmente. Não é satisfatório pra mim falar isso pro senhor [...] viciado na droga, dependente [...], mas já paguei tudo. To em dias, to de alvarás de soltura. Eu mereço uma oportunidade né senhor? Você merece uma oportunidade sim (resposta do policial a Yuri) [...] tirou uma quarentona (arma de fogo) do bolso [...] a sua oportunidade é até dez horas da noite na rua, depois da dez da noite na rua, se nós trombar você na calada da madrugada, sua oportunidade é esta aqui (resposta do policial a Yuri), pegou a quarentona e apontou na minha cabeça [...] mas ele falou certo, você quer uma oportunidade e continua indo na madrugada na rua [...] (Yuri, 28 anos, negro, pessoa em situação de rua ).*

A fala de Yuri introduz um campo de relações conflituosas com a polícia, que extrapola o universo da antiga rodoviária. Neste e em outros relatos, Yuri fala de (des)encontros com policiais na rua, bairros, clínicas de recuperação, presídios e na própria antiga rodoviária. Em sua grande maioria, são interações marcadas pela violência. Todavia, Yuri, ao dizer que o policial *falou certo*, nos informa sobre um entendimento que compactua com o saber repressivo lançado sobre si.

---

<sup>107</sup> Delegacia Especializada em Repressão a roubos a bancos, assaltos e sequestros. Ver: <https://www.pc.ms.gov.br/delegacias-especializadas/garras/>

Essa visão revela uma tentativa policial de controle sobre os usos e deslocamentos de sujeitos considerados como marginais, que estão recebendo *uma oportunidade* e que devem seguir a ordem dada de não estarem “na rua” após as 22h. Essa tentativa de ordenamento do corpo desse sujeito, reproduzida como verdade por Yuri, revela-se como técnicas disciplinares que visam assegurar a ordem urbana através do impedimento da circulação de sujeitos tidos como perigosos e imorais (Foucault, 2008).

Ao compartilhar essa visão, que aparenta ser contraditória, Yuri traz à tona seu universo simbólico carregado de tensões e representações imoralizantes de sua própria condição. Para o interlocutor, estar em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, o afasta de sua família e das redes de relações que ele tem como positivas. Nesse sentido, a ameaça recebida pela polícia adentra como uma narrativa que ressoa como uma prática de disciplinarização de si, na qual ele deveria reproduzir para *mudar de vida*.

De maneira complementar, para Jeferson, as práticas de venda e consumo de drogas, bem como das contendas entre seus pares, são classificadas por ele como *safadeza*. Esse conjunto de práticas, para esse interlocutor, imoraliza a antiga rodoviária, e, são dignas de repreensão. Por conseguinte, o mesmo corrobora com a versão que positiva as intervenções policiais de coação à população de rua, reproduzindo o discurso lançado por policiais em reportagens eletrônicas de combate ao tráfico de drogas e práticas ilícitas nas imediações da antiga rodoviária.

Por fim, há o discurso de Manu, que após ser alvo de ações policiais na antiga rodoviária, a mesma tratou de se distinguir daqueles que eram partícipes diretos da “economia subterrânea”, colocando-se no lugar de usuária, mas que *não vende drogas, como o pessoal lá de baixo*. Esse mecanismo de acusação do outro, denota, para além de formas de diferenciação social mediante um dispositivo moral (Werneck, 2014), a reprodução de práticas de classificação do outro que, em alguma medida, são compartilhados pela narrativa policial.

Essa articulação de práticas disciplinares acionadas através de reportórios morais, pode ser visualizada na narrativa de dois policiais durante uma operação na antiga rodoviária:

[...]essa operação era necessária (*Operação Integrada*) devido ao grande fluxo de andarilhos, usuários de drogas, enfim, de pessoas ligadas ao crime nessa área da cidade [...] a ideia é que esta



operação se repita, porque nós temos locais aqui no centro da cidade que precisam da presença constante da polícia (entrevista do primeiro policial) [...] nós temos intensificados sim a abordagem e fazendo rondas, em toda a região central [...] para estar combatendo essa prática, pra estar combatendo a ação do traficante (entrevista da segunda policial) [...] (Reportagem jornalística lançada no programa “O Povo na TV”<sup>108</sup>).

Essa e outras operações, além das batidas diárias, são recorrentes no cotidiano da antiga rodoviária. Intervenções como estas procuram regular o controle do espaço urbano e reprimir a disseminação de práticas e de sujeitos concebidos como imorais. Aqui, talvez, como também na Europa do final do século XVIII, surgem aquelas populações consideradas como de “vagabundos”, que são objeto de controle de suas condutas nas cidades (Foucault, 2008, p.451).

Nesse campo despontam tentativas de controle de um espaço urbano já tido como “degradado”, mas que é constantemente vigiado, controlado e regulado pela polícia. Por conseguinte, verifica-se, em narrativas dadas por ativistas e algumas agentes do *Consultório na Rua*, de que é um recurso comum da vizinhança a “denúncia”<sup>109</sup> daqueles sujeitos considerados suspeitos na antiga rodoviária. Há um controle expressivo daqueles que circulam sobre o local, onde, rapidamente, estes podem ser identificados pela polícia que exerce um monitoramento rigoroso do trânsito das pessoas em situação de rua e de eventuais traficantes que estejam atuando na área.

Da perspectiva das pessoas em situação de rua, estar nas imediações da antiga rodoviária implica em ser vigiado, controlado e regulado em suas ações mediante as intervenções policiais. Por isso, essa população que usa o local, convive recorrentemente com esse exercício do poder, muitas vezes expresso com violência, sobre seus corpos. Não à toa, muitos destes, ao dominarem as condutas prescritas nos códigos vigentes das relações com a polícia, passam a reproduzir mecanismos de normalização de suas atividades no local.

Para tanto, evitar envolver-se diretamente com a venda de “drogas”, não praticar atos ilícitos, colaborar nas ações para com o comércio e a vizinhança, tornam-se instrumentos de subjetivação ético-moral positiva de si perante essa instituição repressiva e constitui-se como uma tentativa de desassociação da figura da criminalidade constantemente lançada sobre seus corpos. Além disso, essas práticas

---

<sup>108</sup> Para mais detalhes, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=SMUhn0mem4>

<sup>109</sup> Significa o ato de queixa às instituições públicas de segurança e assistência acerca da presença de pessoas em situação de rua desconhecidas e/ou de atividades “suspeitas” /ilícitas oriundas desses sujeitos.

também operam na regulação da coletividade da população de rua que visa permanecer nas imediações da antiga rodoviária, onde os sujeitos se veem coagidos a internalizarem um conjunto de práticas, que torne-os legíveis como, ao menos, não-criminosos, e, no máximo, como usuários de drogas.

No entanto, não tão diferente das técnicas de disciplinarização, controle e regulação empregados pela polícia, encontram-se os ilegalismos. Compartilhando a perspectiva da socióloga Vera Telles (2010), a cidade se faz constituída das tramas entre as dimensões legais, ilegais, lícitas e ilícitas, que se articulam e produzem a possibilidade de reprodução de diversas esferas da vida social, inclusive da “economia subterrânea”.

Todavia, não farei aqui um debate analítico sobre os processos de negociação das chamadas mercadorias políticas (Telles, 2010 *apud* Misse, 2009), que são fundamentais para a reprodução da “economia subterrânea”, mas sim me dedicarei a algumas das relações entre aquilo que foi intitulado de *comando* reveladas em experiências etnográficas, bem como de algumas teias de relações que ligam as pessoas em situação de rua a ele.

Ressalta-se que não foi identificada, durante o trabalho de campo, a figura de uma organização específica que remetesse ao *comando*. Logo, esta análise não decodifica as “formas de funcionamento do tráfico” ou do “crime”, mas, sim, enuncia, parcialmente, as interações de parte da população de rua no local com os ilegalismos manifestos da “economia subterrânea”.

Parafraseando Vera Telles (2010), os ilegalismos não remete a um grupo ou organização que esteja fora dos parâmetros legais-formais, pois

nos termos propostos por Foucault, não se trata de um certo tipo de transgressão, mas de um conjunto de atividades de diferenciação, categorização hierarquização postas em ação por dispositivos que fixam e isolam suas formas e ‘tendem a organizar a transgressão das leis numa tática geral de sujeições’(Telles, 2010, p.37 *apud* Foucault, 2004, p.226).

Nesse sentido, são, justamente, as práticas mobilizadas em dispositivos de controle exercidos pela narrativa sobre o *comando* capilarizadas nas ações de certas pessoas em situação de rua, onde se institui uma teia de interações através das práticas (re)produzidas dentro dessa lógica, e, este campo de relações, colabora no gerenciamento da população de rua.

Em uma situação de campo, Maria Eduarda e eu, estávamos com pessoas em situação de rua, que mediaram nossa “entrada em campo ‘autorizada’ pelo *comando*”, sem a presença de nenhuma instituição socioassistencial:

[...] Era tarde de domingo, quando Maria Eduarda e eu estávamos realizando nossas primeiras idas a campo juntos. Neste dia, sem o “guarda-chuva” de nenhuma instituição, iríamos realizar uma incursão com o intuito de conseguir fazer alguma entrevista ou desenvolver conversas informais com pessoas em situação de rua. Nas imediações da antiga rodoviária, fui com a pretensão de encontrar alguns interlocutores que me reconheciam no local, para tentar realizar essa interlocução e/ou entrevistá-los. Maria e eu andamos pelas imediações do local, fomos até Manu, uma interlocutora que tenho afinidade, mas não a encontramos. Nos deparamos com uma de suas filhas que não quis, naquele momento, colaborar com a pesquisa. Era um típico dia de domingo na “Rodô”, o prédio fechado, tendo apenas uma mercearia do complexo rodoviário aberta naquele dia. Além dela, apenas os hotéis e alguns bares do entorno, encontravam-se em funcionamento. [...] Entramos em um desses bares, onde havia um pequeno fluxo de consumidores. Ficamos ao lado de fora do bar, mais precisamente na calçada, observando a movimentação das pessoas que se encontravam reunidas em pequenos grupos sentados no chão da calçada do antigo terminal rodoviário. Ali estava, efetivamente, o “nosso campo”. Ficamos por meia hora, tomando cerveja e fumando cigarro, arquitetando possíveis estratégias para chegar até aquelas pessoas [...] De repente, eis que surge Carlinhos, – amigo de Maria Eduarda - sujeito que estive, recentemente, em situação de rua, mas que, devido à renda adquirida via INSS, consegue pagar o aluguel de uma casa no entorno da “Rodô”. Carlinhos estava junto a um dos grupos reunidos na calçada do prédio. O mesmo nos cumprimentou e Maria logo me apresentou a ele, bem como deixou claro nosso interesse ali. Carlinhos retrava um pouco de seu ponto de vista sobre a situação de rua e indicava uma visão política de defesa dos direitos da população de rua. Depois dele narrar algumas de suas experiências, o mesmo chama um outro sujeito em situação de rua, Gerson, convidando-o para colaborar com a pesquisa. Gerson se mostra curioso, mas não se mostra interessado em dizer muito a respeito. No entanto, Gerson passou a intermediar a entrada no “nosso campo”, isto é, os grupos reunidos na calçada em frente ao prédio. Gerson, primeiramente, me vendeu duas bijouterias, dizendo que uma era para mim e outra para Maria Eduarda, por R\$ 5,00. Aqui já sabíamos, entre as “piscadelas”, “tiques” e “expressões” (Geertz, 2008), que estávamos em plena negociação da pesquisa. Depois de nos vender os itens, Gerson deu mais umas voltas pela antiga rodoviária e retornou com um sujeito chamado Ney. Gerson disse a Ney que queríamos fazer a pesquisa para a *faculdade, para falar de discriminação com pessoas de rua* e pediu a autorização de Ney, dizendo que eu pagaria *vintão*. Em seguida, eu disse para Gerson, na presença de Ney, que só tinha R\$ 10,00. Gerson me pediu R\$ 15,00. Continuei dizendo que só tinha R\$ 10,00. Gerson topou e perguntou a Ney se o mesmo “autorizava” nossa empreitada

etnográfica. Ney consentiu com a cabeça e disse que podíamos ir. Então, Gerson pediu para o seguirmos até o grupo reunido. Antes de chegarmos ao grupo, Gerson nos disse: *tem que respeitar o comando né, fazer certinho*, referindo-se ao consentimento dado por Ney (Caderno de campo, 01/dez/2019).

Esse relato enuncia sobre um campo de relações de poder que envolve diferentes sujeitos, tal como Gerson, pessoa em situação de rua que mobiliza pessoas como Ney, sujeito que destoa consideravelmente da corporalidade lida como abjeta<sup>110</sup>, e é concebido como “autoridade” representando a figura do *comando*.

Isto não quer dizer que haja uma espécie de poder centralizado do *comando*, onde se exerce o controle rígido sobre a circulação, os atos e as interações daqueles que estão em situação de rua com os “de fora”. Outrossim, o que mais me pareceu sintomático, foi, justamente, o ato de Gerson em tornar conhecida ao *comando* a nossa ação de gravar entrevistas com os sujeitos, para evitar possíveis desentendimentos oriundos de desconfiças de tais práticas<sup>111</sup>, bem como visibilizar uma prática de respeito hierárquico diante de Ney.

Outro ponto a destacar, foi o fato de Gerson, ao iniciar uma espécie de negociação informal comigo e Maria Eduarda, para viabilizar a realização das entrevistas, em que estava implícita a necessidade da compra de duas bijuterias, acrescida de uma outra quantia fixada na frente do *comando*. Ressalta-se que essas práticas de mendicância e negociação fazem parte das práticas de “manguêio” (Rosa, 2013) da população de rua, mas, no caso de Gerson, o mais interessante, foi o seu ato de envolver o *comando* com os pequenos ganhos oriundos de sua prática, que pode ser interpretada como uma forma de adquirir prestígio perante os “agentes da economia subterrânea”.

Através da mediação de Gerson, realizamos a entrevista com Jeferson, que foi um dos que aceitou falar com a gente. Jeferson, diferentemente de Gerson, apresentou-se como um sujeito que não se detém a construir relações positivas com determinados agentes da “economia subterrânea”. Sua forma de estar e usar a antiga rodoviária é estabelecida por intervalos de tempo. O encerramento de sua estadia no local pode ser

---

<sup>110</sup> Ney não trazia consigo a marca da “sujeira das ruas” (Frangella, 2004), tampouco aquele corpo excessivamente magro apresentado por aqueles que fazem uso de crack de maneira intensiva (Bourgois, 2015). Ambos, correntemente, são classificados como *noias*, que se aproxima das representações atribuídas aos sujeitos estudados por Taniele Rui (2014).

<sup>111</sup> Salienta-se que inúmeros jornalistas que foram à antiga rodoviária para gravar e entrevistas pessoas, produziram matérias que estigmatizavam pessoas em situação de rua e denunciavam os agentes da “economia subterrânea”.

marcada pelo fim de seu dinheiro, como relatado por ele, no consumo de drogas e/ou em programas sexuais, bem como por alguma contenda.

Quando terminamos a entrevista, Maria Eduarda e eu fomos com Jeferson à procura de um lugar para comprar cigarro e uma cerveja no entorno do prédio. Durante a curta caminhada, Jeferson nos contava sobre a presença de pessoas que atuavam diretamente na “economia subterrânea” nas quais ele chamava de *boqueiros*. Nosso entrevistado apontava para homens e mulheres que passaram algumas vezes por nós enquanto caminhávamos. Nenhuma dessas pessoas apontadas aparentava estar em situação de rua, tal como os interlocutores.

Ao chegarmos ao estabelecimento comercial para comprar cigarro e cerveja, uma mulher começou a discutir com Jeferson sobre a entrevista que o mesmo concedeu a nós. Seu tom de voz demonstrava insatisfação com essa prática. A mesma disse que não poderíamos entrevistar ninguém no estabelecimento comercial. Jeferson, logo a retrucou em tom ríspido, dizendo que não estávamos ali para entrevistar, mas somente para comprar. Os dois ficaram discutindo, rispidamente, e só terminaram após Maria Eduarda e eu sairmos do estabelecimento comercial e irmos para o outro lado da rua. Após a breve contenda, Jeferson acusou a mulher de também ser uma das *boqueiras* do local. Reclamando, o mesmo disse que iria sair da antiga rodoviária no dia seguinte para *evitar problemas*.

Esta situação etnografada abre margens para algumas reflexões em torno dos processos de negociação que constitui parte de uma economia moral (Fassin, 2019) local. Compreendendo que a economia moral é tanto “o compromisso de seus membros uns com os outros através da troca de bens e serviços” (Fassin, 2019, p.32), quanto “um sistema de normas e obrigações. Dirige julgamentos e atos, distingue o que é feito e o que não é feito” (*Idem*, p.33), que essa interação conflituosa entre Jeferson e a mulher intitulada por ele de *boqueira* ganha contornos analíticos, pois revelam arranjos locais asseguradas por uma certa confidencialidade moral e trocas cidadinas.

Seguindo esse raciocínio, entende-se que o ato da *boqueira* reprovar a chegada de pesquisadores no estabelecimento comercial, revela um incômodo dela conosco, pois nossa ação pode tornar pública alguma informação que possa prejudicar o estabelecimento comercial e a si própria. Questões que envolvem irregularidade e associação do comércio com práticas ilícitas e/ou ilegais, foram veiculadas em algumas

reportagens jornalísticas que associaram o envolvimento direto e indireto de certos estabelecimentos comerciais com o consumo de drogas, prostituição e até tráfico<sup>112</sup>.

Nesse sentido, é importante destacar que o medo em veicular esse tipo de imagem dos equipamentos comerciais, revela um campo de negociação entre diferentes grupos que envolve certos sujeitos em situação de rua, agentes da “economia subterrânea” e alguns comerciantes. Essas relações, em alguma medida, engendram uma forma, mesmo que precária, de manutenção de uma cidadinidade (Agier, 2011)<sup>113</sup>, principalmente, após a espoliação praticada pelo Estado ao desativar os serviços de transporte coletivo na “Rodô”.

Por isso, não há esse distanciamento demarcado entre os grupos, mas sim de interações marcadas por códigos morais de respeito e, muitas vezes, de reciprocidade (Mauss, 2003) que passam por um sentimento de confiabilidade moral em não expor as trocas e negociações que são vistas como ilícitas e/ou imorais no imaginário cidadão, mas que se apresentam como alternativa de subsistência para os diferentes sujeitos que estão na “Rodô”.

Retornando ao caso de Gerson e Jeferson, destaca-se que as ações de ambos revelam algumas nuances das interações das pessoas em situação de rua com a “economia subterrânea” de maneira heterogênea. O primeiro relaciona-se de maneira a positivar-se junto ao *comando*, pois procura deixá-lo informado acerca das ações advindas da pesquisa e compartilha a pequena quantia de dinheiro adquirido conosco. Essa estratégia pode vir a corroborar na sua estadia segura nas imediações da antiga rodoviária mediante negociações lucrativas junto ao *comando*.

Já o segundo interlocutor estabelece um diálogo conflituoso com uma das pessoas ligada à “economia subterrânea”, onde o mesmo disse que iria sair da “Rodô” para evitar contendas. Tal relação revela-se, analiticamente, como uma forma de interação assinalado por fronteiras que tensionam relações de poder, onde, o conflito com a “economia subterrânea” pode resultar na itinerância daquele que está em situação de rua.

---

<sup>112</sup> Ver em: <https://www.correiadoestado.com.br/cidades/pm-volta-mais-uma-vez-a-cracolandia-de-campo-grande/362615>; <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/varredura-na-regiao-da-antiga-rodoviaria-prende-5-e-notifica-hoteis>;

<sup>113</sup> Entende-se cidadinidade, dentro de suas amplas definições, a partir das considerações propostas por Michel Agier (2011) ao tratar dos processos de fazer-cidade de acampamentos de populações refugiadas. Nesses contextos, o autor demonstrava que a elaboração da cidade, em um lugar precário e sem reconhecimento legítimo do Estado, passa pela invenção de uma vida cidadina mediante a produção agenciada de uma vida econômica, política e social.

O relato de Yuri também segue a mesma direção de Jeferson, ao apontar a presença do que ele chama de *pistoleiros, donos de casa de puta e traficantes* na antiga rodoviária. Esses sujeitos estariam esquadrihados dentro de um campo semântico de práticas ilícitas/informais/ilegais, onde um ou outro, se aproximam e se distanciam de “identidades criminais”, mas, que, de uma forma geral, estão associados diretamente aos ilegalismos.

Além disso, Yuri aponta em sua narrativa que tais sujeitos destoam da corporalidade lida como abjeta da população de rua que usa a “Rodô”, mas que praticam ilicitudes moralmente condenáveis. Neste sentido, do ponto de vista de uma moralidade hegemônica, para Yuri, esses sujeitos situam-se à margem das pessoas em situação de rua do local.

Ao analisarmos essa comparação de cunho moral, ela nos revela as tramas relacionais das interações locais, em que a perspectiva apresentada por Yuri informa esquemas simbólicos de acusação e justificação (Werneck, 2014) que perpassam o universo de pessoas que estão em situação de rua que usam a “Rodô” e que subverte as classificações de marginalidade na qual a “Rodô” é inscrita<sup>114</sup>.

Ademais, essas relações de assujeitamento pode ser visualizada na fala de Yuri: *manda quem pode, obedece quem tem juízo*. Essa fala foi acompanhada de um momento, em que o mesmo retratava a existência de uma dívida com a “economia subterrânea”, onde Yuri nos pediu 5 reais para sanar seu débito.

Por outro lado, essa relação de assujeitamento dele e de outras pessoas, como Jeferson, com a “economia subterrânea”, também se dá com a polícia. Em outra fala do interlocutor, são reveladas práticas recorrentes experienciadas durante as intervenções repressivas. Ameaças de morte por parte dos policiais, bem como diversas agressões sofridas na antiga rodoviária, constituem-se como um campo de interações violentas na qual a população em situação de rua está sujeita.

Nesse sentido, as fronteiras entre a dimensão legal e ilegal, lícita e ilícita, formal e informal, borram-se em termos práticos. Tanto as agressões e ameaças de morte da polícia, representante legal, formal e lícito do Estado, apresenta um conjunto de práticas

---

<sup>114</sup> De acordo com as representações lançadas sobre a antiga rodoviária que foram corroboradas na ata da reunião pública do bairro Amambai para o Plano Diretor da cidade (Kureda, 2018), “moradores de rua, usuários de drogas e mendigos” (Kureda, 2018, p.62) são considerados “problemas sociais” a serem resolvidos. Ver mais em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/downloads/reuniaopublica-bairro-amambai-20-06-2017-tabulacao-1-2/>

que se assemelha com as ações da “economia subterrânea”, que também pode vir a ameaçar e aplicar sanções punitivas.

Assim, pode-se pensar em um código das “relações de rua” no qual a população de rua está inserida na “Rodô”, cujo esquadramento é parte de um “poder disciplinar” (Foucault, 1999), mas que visa estabelecer mecanismos de regulação na antiga rodoviária, mediante o controle dos corpos daqueles que estão em situação de rua. Ambas acionam práticas de violência que geram o chamado código do “respeito” narrado por Yuri. Desrespeitar esse código pode implicar sanções que geram a morte ou a itinerância daquele que está nas imediações da antiga rodoviária.

Apesar disso, nessas teias de relações de poder, também são abertas brechas para linhas de fuga e agência desses sujeitos. Por exemplo, Gerson, Yuri e Manu apresentam práticas emblemáticas que possibilitam suas (re)existências dentro dessas relações. O primeiro e o segundo revelaram estratégias de ações para com a “economia subterrânea” potentes para pensar esses agenciamentos.

Já em relação a Manu, pude presenciar, em uma ida a campo, sua ação como *aviãozinho* que constitui como a relação mais próxima da mesma com a “economia subterrânea”. Um rapaz que não mora nas ruas, mas que vem à antiga rodoviária para comprar drogas, deu dinheiro para ela e pediu para que a mesma fizesse o *corre* para ele. Em troca, ela ganharia um pedaço da droga. Entretanto, antes de sair para realizar a tarefa requisitada, ela me disse que, diferentemente de outras pessoas: *não vendo drogas, apenas busco*.

Essa prática de “não vender, apenas buscar” pode ser analisada sob diversos prismas. Em primeiro lugar, em sua fala, Manu visa se distinguir e desassociar-se da prática ilegal, que é a venda de drogas, que a inscreveria enquanto traficante, logo, uma identidade criminal. Numa outra perspectiva, essa ação a permite conseguir recursos materiais, tal como parte da própria droga ou do dinheiro, e sociais, isto é, constituir relações de respeito, confiança e reciprocidade (Mauss, 2003), possibilitando-a estabelecer trocas vantajosas para si e para diversos sujeitos, podendo ser caracterizada como *mangueio* (Mello, 2011).

Com a polícia, Yuri revela a sua impossibilidade, enquanto sujeito em situação de rua, de negociar “mercadorias políticas” (Misse, 2009). No entanto, seu modo de agir apenas como “usuário de drogas” o resguarda de ser alvejado, pois, segundo sua narrativa, sua importância é secundária para a polícia, que está preocupada em prender



*peixe graúdo*<sup>115</sup>. Por outro lado, ao retratar conhecimento acerca dos sujeitos envolvidos com os ilegalismos, este interlocutor ressaltou que não é permitido “*delatar*” tais membros ativos da “economia subterrânea” para a polícia, pois aquele que assim fizer, pode sofrer severas sanções punitivas.

Ressalta-se que esse universo de ilegalismos, com destaque para a atividade do tráfico de drogas, estabelece nexos com as práticas biopolíticas de caráter repressivo empreendidos pela polícia. Ambas visam disciplinar e regular as práticas e corpos da população de rua que usa as imediações da antiga rodoviária, mediante o estabelecimento de relações de assujeitamento, em que se impõe códigos de conduta para as pessoas em situação de rua.

Em suma, este espectro de relações constitui, parcialmente, uma certa governamentalidade presente na vida da população de rua nas imediações da antiga rodoviária. Os dispositivos de segurança e controle operam através de técnicas de coerção que disciplinam a conduta daqueles que desejam estar e continuar nas imediações do local, em que se faz necessário obedecer aos códigos de respeito das relações “de rua” com esses grupos. É sob essas teias de poder que os sujeitos tentam acionar linhas de fuga dos assujeitamentos, promovendo ações que tanto os positivem perante esses grupos, quanto os permitam subsistir na cidade.

### **3.3 (Re)ordenamentos locais: (i)moralidade e cidade**

Neste último subcapítulo desenvolvo algumas linhas de análise sobre as tensões e construções que envolvem, parcialmente, as relações locais a partir da intersecção entre as ações tidas como (i)morais de pessoas em situação de rua e da cidade<sup>116</sup> sob o signo da “*cracolândia campo-grandense*”.

Visa-se analisar o campo das práticas dos sujeitos com a dimensão espacial, atentando-se para os nexos presentes entre as relações de poder micro situadas que envolvem os sujeitos com os processos de (des)territorialização em jogo, no intuito de tornar tangível as relações ético-morais presentes no campo dos (re)ordenamentos urbano-sociais da “Rodô”.

---

<sup>115</sup> *Peixes graúdos* na definição de Yuri seriam os “traficantes que estão envolvidos mais diretamente com a distribuição maciça de drogas na região.

<sup>116</sup> Ressalta-se que não se visa pensar a cidade como um todo, mas, justamente, a “Rodô” em suas facetas urbano-sociais.

Do ponto de vista metodológico, serão utilizados registros de situações sociais, narrativas apreendidas e matérias jornalísticas. Começo pelo caso de Wellington, jovem que aparenta ter menos de 30 anos, considerado *deficiente*<sup>117</sup> pelas pessoas de rua e por outros sujeitos na “Rodô”.

Em uma ocasião em que Maria Eduarda e eu fazíamos campo, irrompeu uma situação de tensão entre pessoas ligadas ao comércio, outras pessoas em situação de rua e Wellington:

Em uma quinta-feira, durante o período da tarde, estávamos na “Rodô” em trabalho de campo. Tínhamos conseguido a mediação de Gerson, que perguntava sobre o interesse em colaborar com a pesquisa para várias pessoas que se concentravam sentadas nas calçadas em frente ao prédio e também embaixo das marquises da Vasconcelos Fernandes. Enquanto acompanhávamos Gerson, e, por fim, negociávamos a realização da entrevista com Yuri, 5 pessoas se aglutinaram ao redor de um rapaz em situação de rua. O jovem era acusado de ter roubado um estabelecimento comercial nas redondezas do local por dois homens ligados ao comércio do prédio. O tom de voz ameaçador, vindo de ambos, tornava a pressão sobre Wellington cada vez maior, outras pessoas em situação de rua engrossavam o coro, chegando um deles até a dizer: *poxa, Wellington o pessoal do comércio te ajuda aqui e você vem roubar?* Wellington não conseguia responder devido à sua *deficiência*, além de se ver cercado por pessoas que reprovavam sua suposta atitude. No transcorrer desse momento de tensão, recheado de falas de reprovação e acusação, eis que aparece Osvaldo – homem em situação de rua, negro, forte e alto – com uma garrafa de cachaça na mão e disse que Wellington era *deficiente e que não era para bater nele não*, mesmo Wellington confirmando o roubo praticado por ele no estabelecimento comercial, o mesmo conseguiu sair sem sofrer nenhum tipo de violência, por conta da intervenção de Osvaldo. No entanto, um dos homens que o acusava, disse que *na próxima vez, não vai passar pano* (Caderno de campo, 05/dez/2019).

Essa situação revela o tensionamento, provocado por Wellington, de um código de conduta narrado por Jeferson: *se a gente pegar alguém roubando por aqui, nois cata no cacete mesmo*. Logo, o ato de roubar constitui-se como uma das proibições na antiga rodoviária por quaisquer sujeitos, em que aquele que desrespeitar, praticando a ação, pode vir a sofrer retaliações físicas.

Além do mais, como informou uma residente e comerciante do entorno, a proibição desse delito vale somente para as imediações da antiga rodoviária, onde há

---

<sup>117</sup> Além de trazer a marca da corporalidade daquele que é reconhecido como sujeito em situação de rua, Wellington carregava trejeitos e um codinome local que remete a um tipo deficiência.

uma vigilância de comerciantes, vizinhos e das próprias câmeras de segurança. Não obstante, a mesma me relatou que quem roubar no local, especialmente de transeuntes, será *cobrado*, podendo gerar a desterritorialização forçada do(a) sujeito através de prisão policial, ameaças e/ou retaliações violentas.

Revela-se que o ato de roubar, no contexto da “Rodô”, é veementemente repreendido tanto por moradores, comerciantes e pelas próprias pessoas em situação de rua. Porém, há aqueles que praticam essa ação, segundo Jeferson e uma residente do bairro, nos arredores da “Rodô”. Segundo a moradora, *eles roubam lá para cima*, apontando para quadras acima das imediações da antiga rodoviária. Já Jeferson diz que a localização privilegiada, isto é, estar próximo ao centro comercial da cidade, faz com que certos sujeitos *vão no centro da cidade ali, nos mercados e roubam*.

Todavia, a permissividade para tal prática fora do perímetro da “Rodô”, denota que a imoralização do ato tem um peso moral negativo geograficamente situado, isto é, nas imediações da antiga rodoviária, pois, como Jeferson relatou, alguns sujeitos saem do local, quando o dinheiro acaba, e, vão ao centro da cidade em busca de recursos necessários para comprar a droga na “Rodô”. Essa permissividade revela, em um primeiro momento, a própria impossibilidade de exercício de controle sobre a ação dos sujeitos em outras áreas urbanas pelas próprias pessoas em situação de rua, *comando*, vizinhança, *parceiros* e comerciantes que estão na “Rodô”, e, também, como um escape do próprio tráfico em conseguir vender as drogas, isto é, uma “solução” para a falta de dinheiro dos usuários.

O segundo aspecto de tensão que pode provocar a desterritorialização forçada do sujeito, acompanhado de sanções punitivas na própria “Rodô”, é a prática de *delatar*. Contar à polícia sobre os integrantes envolvidos na “economia subterrânea” constitui prática de delação que pode incorrer em sanções punitivas violentas nas ruas ou mesmo no sistema prisional<sup>118</sup>.

O terceiro motivo que tensiona as normas locais é adquirir dívida com sujeitos ligados ao tráfico e/ou com outra pessoa por conta de droga. Inúmeros casos retratados em jornais eletrônicos sobre violências praticadas e sofridas no local, em sua grande maioria, tem o envolvimento do problema com as drogas<sup>119</sup>. Há também histórias

---

<sup>118</sup> Afirmação vinda da entrevista de Yuri, que nos contou da possibilidade de retaliação na prisão por parte de integrantes de organização criminosas.

<sup>119</sup> <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mulher-de-19-anos-e-esfaqueada-em-ponto-que-virou-cracolandia-na-cidade>; <http://www.diariodigital.com.br/policia/briga-entre-usuarios-acaba-em>

veiculadas “das ruas” que revelam contendas ou saídas de certos sujeitos por dívidas com o tráfico.

Esse campo de práticas, principalmente o de roubos e de brigas que envolvem “as drogas”, do ponto de vista do imaginário social sobre o local, seriam elementos basilares da vida cotidiana da “Rodô”. A representação dessa área enquanto “cracolândia” é carregada de associações com práticas criminais e toda sorte de ilicitudes<sup>120</sup>, onde os corpos errantes desses sujeitos tornariam essa área demarcada pela imoralidade e degradação urbana.

Sob o signo de “cracolândia campo-grandense”, que associa pobreza, práticas ilícitas e ilegais, que a “Rodô” foi se constituindo no imaginário coletivo, após o ano de 2010, caracterizado como uma “zona de vício” (Park, 1967), isto é, um espaço da cidade homogêneo caracterizado pelo exercício de uma atividade degradante. É essa leitura feita pelo imaginário cidadão sobre a “Rodô” que tensiona a reprodução da vida cidadina no local, pois afasta inúmeros consumidores que circulam pelo centro da cidade e evitam transitar por ali. Por outro lado, essa reiteração do estereótipo impulsiona a produção de ordenamentos que corroboram na reprodução da economia local, mediante conexões do comércio formal com atividades informais, que envolve, em alguma medida, a prostituição, uso e venda de drogas, e a própria população de rua<sup>121</sup>.

Por isso, o trânsito de consumidores nas imediações do prédio é tratado como algo fundamental no processo de reordenamento urbano-social do lugar, especialmente para os cidadãos que usam e consomem no centro da cidade, no intuito de trazer parte desse público para os estabelecimentos comerciais resistentes no local. Assim, justificasse o controle mediante a vigilância das ações das pessoas em situação de rua no local, além de garantir que nenhum potencial cliente seja *mexido ou envolvido* nas atividades consideradas degradantes desse grupo.

Tais códigos locais informam mais que um mecanismo de regulação disciplinar que opera em diversas instâncias, como discutido no subcapítulo anterior, mas também sobre uma tentativa de criar conexões com os cidadãos consumidores do centro, para que os mesmos possam, efetivamente, consumir nos estabelecimentos comerciais da “Rodô”. No entanto, mais do que as próprias contendas de pessoas em situação de rua

---

morte-na-antiga-rodoviaria/135723/; ver o caso de Helen no capítulo 2; relato de Jeferson; caso de Yuri que estava devendo dinheiro para o tráfico.

<sup>120</sup> <https://www.midiamax.com.br/policia/2019/secando-gelo-drogas-sinteticas-invadem-cracolandia-de-campo-grande-e-pm-intensifica-rondas-no-centro>

<sup>121</sup> Essa discussão foi desenvolvida no subcapítulo 1.1.

no local, a representação corriqueira de estereótipos lançadas sobre essa coletividade, principalmente através de reportagens jornalísticas, atuam como força antagônica às tentativas de reordenamento urbano-social do lugar, isto é, para a ampliação do quadro de *habitués* que usam e consomem na região.

Por outro lado, o fato de a “Rodô” ser lida e constantemente representada sob o signo da “cracolândia” a aproxima dos grupos religiosos. Ao taxar a área como terra de “degredo”, aglutinam-se instituições religiosas que vem realizar práticas de evangelismo e ações caritativas envolvendo doações de marmitas, roupas e banhos para a população de rua. Esses grupos, em sua maioria de igrejas evangélicas, além de prestarem serviços socioassistenciais, também seriam grupos que trariam referenciais de moralidade positiva àqueles que estão na “errância”.

Na contramão dos processos de negatização da “Rodô” sob o prisma imoralizante da representação social do lugar enquanto “cracolândia campo-grandense”, desponta a presença de mecanismos regulatórios mobilizados pelos próprios sujeitos em situação de rua que faz parte dos ordenamentos que organizam, parcialmente, a vida local. Suas ações operam no sentido de promover e incentivar a vinda dos *parceiros* mediante performances de *respeito à família*; atuação com *disciplina* sobre o comportamento daqueles que estão em situação de rua no local; práticas de solidariedade entre os membros da rua e de serviços para os comerciantes e vizinhos. Esse conjunto de práticas emergem como uma expressão de cidadinidade que destoa do imaginário da “cracolândia” enquanto “terra de ninguém” (Rui, 2014), abrindo caminho para pensarmos uma “cidade das margens” (Agier, 2011) no centro, que não cabe nas estigmatizações que se têm dela e dos sujeitos que nela habitam.

Essa “cidade feita por esses cidadãos” não se constitui como algo à parte da cidade. Muito pelo contrário. Nela orbitam diagramas de relações simbólicas presentes na sociedade envolvente, mas que conferem um sentido particular no contexto local. Os sujeitos chamados de *parceiros*, podem ser as agentes do *Consultório na Rua*, os evangélicos e civis que realizam ações caritativas. Ressalta-se que esses *parceiros* atuam junto à coletividade da população de rua e da própria espacialidade da “Rodô”, enquanto reordenadores da “dignidade”, pois colaboram para a garantia básica dos direitos sociais da população em situação de rua.

Além disso, a presença assídua dos *parceiros* na antiga rodoviária, revela, do ponto de vista simbólico, a afetividade na qual eles são inscritos por aqueles que estão em situação de rua no local, bem como demonstram que a própria “Rodô” não se

configura como uma área marcada somente por insegurança, perigo e degradação. Outrossim, quando há alguma interação conflituosa durante a presença do *Consultório na Rua* e das ações evangélicas, rapidamente, pude observar, uma espécie de “resolução nativa” dos conflitos desencadeados, semelhante ao observado por Taniele Rui (2014) na “cracolândia paulistana”.

Outro dado significativo que apreendi por intermédio de Maria Eduarda, foi a existência do sujeito *disciplina*<sup>122</sup> na “Rodô”. Esse sujeito, fazendo jus ao nome atribuído a ele, seria responsável pela disciplinarização do comportamento das pessoas que estão em situação de rua no local, especialmente, daqueles sujeitos classificados como *zukados*. Ademais, sua função estaria dentro dos quadros da “economia subterrânea” que necessitaria da manutenção de uma certa ordem urbana para a consecução da venda de drogas.

Pude observar, durante alguns momentos do trabalho de campo, que certos sujeitos dotados de uma corporalidade robusta que destoam do corpo do *noia*, agiam com performances masculinizantes para com aqueles que rompiam com o código de conduta do *respeito à família* e estes rapazes gozavam de certa “autoridade” perante as pessoas em situação de rua.

Ou seja, mais do que a própria polícia, pode-se perceber que determinados sujeitos ligados à “economia subterrânea” exercem um “poder” de controlar comportamentos, bem como regular as formas de uso do espaço urbano das imediações da antiga rodoviária. Esse campo de relações de poder, emerge como uma forma de construção de uma ética local do universo da antiga rodoviária, situado na informalidade e na ilegalidade, mas que tem efeitos concretos na conformação de um ordenamento socioespacial.

As práticas de solidariedade entre as pessoas em situação de rua e de serviços para com o comércio e a vizinhança, situam-se para além de ações que positivam os sujeitos no contexto local, oferecendo-lhes rendimentos e algum prestígio que os distancie um pouco da imagem de degredo com a qual são recorrentemente associados. Além disso, essas práticas também se configuram como uma modalidade de ordenamento socioespacial da “Rodô”, pois colaboram para o desenvolvimento

---

<sup>122</sup> Essa informação foi revelada por um dos *parceiros* que ajudam a população de rua nas imediações da antiga rodoviária. O mesmo se considera ativista que luta pela garantia dos direitos humanos dessa coletividade.

econômico local e das formas de “contrato” estabelecidas entre aqueles que estão nas ruas e outros “atores” do entorno.

O ato de ser solidário para com aquele que também está em situação de rua pode conferir-lhes formas de proteção, construção de amizades e reconhecimento de valores morais de “dignidade”, e, principalmente, respeito nas “relações de rua”. Assim, ao passo que a vida nas ruas é marcada pela individualização do sujeito e/ou desvinculação do mercado de trabalho formal, suas formas de associação com seus pares, pode possibilitar a ressignificação dessas relações. Há alguns sujeitos da “Rodô”, que passaram a estabelecer relações de parentela e/ou de funções de ofício permanente com comerciantes e vizinhos.

Nesse sentido, a constituição de redes de relações positivas produz efeitos em criar um universo relacional, onde certos sujeitos e grupos de rua passam a se reordenar moralmente. Isso pode operar nas dimensões de suas vidas anteriormente desfiladas (família e desemprego), mas também em dimensões mais estruturais, mesmo que precárias, com comerciantes e vizinhos, que também sofrem processos de perda após a desativação dos serviços rodoviários em 2010.

Ressalta-se que esses processos de construção e tensionamento das relações que envolvem a cidadania da “Rodô” são atravessados por inúmeras linhas de força que operam em diferentes níveis e podem reconfigurar as relações de prestações mútuas ou de tensionamento. Por exemplo, a reordenação de parte da “economia subterrânea” mediante a prisão de traficantes, que tem sido recorrente na antiga rodoviária nos últimos anos, pode operar uma mudança no quadro dos vínculos estabelecidos.

Outro elemento que tem ocorrido recentemente, são as ações policiais de desmonte de barracas de determinados núcleos familiares que se instalaram nas imediações da antiga rodoviária. Tal ação gerou uma ruptura das relações de prestações mútuas de certas pessoas em situação de rua com certos vizinhos e comerciantes. Não obstante, após essas práticas policiais que, segundo certos interlocutores, foram a mando de uma comerciante da “Rodô”, esta última, que nunca tinha sofrido nenhum tipo de dano material, foi assaltada algumas vezes nas imediações do prédio.

Em suma, ao mesmo tempo que os tensionamentos e construções apresentam determinados processos de estabilização mediante a prevalência de códigos de conduta, as ações oriundas de outros sujeitos, tais como a polícia e vizinhos, pode acarretar em reordenamentos dos mecanismos regulatórios presentes no universo local, promovendo reajustes no quadro de relações entre os atores em diferentes esferas.

Parte das dinâmicas de respeito e sanções oriundas das “relações de rua” presentes na antiga rodoviária e que modela comportamentos e subjetivações não é fruto do surgimento espontâneo e exclusivo dos arranjos desenvolvidos na “Rodô”, mas sim de reconfigurações de códigos-territórios<sup>123</sup> (Perlongher, 1987) que se fazem presentes em várias trajetórias de vida, tal como a de Yuri, que reencontrou uma série de pessoas nas ruas da antiga rodoviária, devido a contatos anteriores na *periferia, casa de guarda, prisão e clínica*.

Tal como Nestor Perlongher (1987) revelava em sua análise das redes de relações que envolviam a prostituição masculina centro de São Paulo nos anos de 1980, prevalecem, ao invés de regiões morais dotadas de significado inerente àquela área urbana<sup>124</sup>, a existência de territorialidades que não são presas a um espaço geográfico, pois são os códigos e signos compartilhados que se reatualizam em diferentes espaços, que conferem sentidos a tais espaços .

Nesse caso, pode-se pensar no código-território das “relações de rua”, que envolve práticas de ilegalismos experienciados em diferentes contextos. Entretanto, Yuri envolvera-se nesses outros espaços com esses sujeitos, tendo em vista, sua participação direta dentro da “economia subterrânea” ao atuar como “passador” de drogas e, até mesmo, assaltando lojas.

Atualmente, o mesmo se encontra afastado de tais práticas, estando, segundo sua narrativa, nas imediações da antiga rodoviária para experienciar relações com as drogas. Suas interações anteriores, com parte dos sujeitos que ele encontra nas ruas da antiga rodoviária, ainda são orientadas pelos códigos de respeito, tais como: não contrair dívida com o tráfico e não delatar os agentes da “economia subterrânea”.

Em suma, essas questões revelam que a cidade a partir da “cracolândia campo-grandense” também está envolta em produções de sentido e de relações balizadas por uma ética e por uma moralidade que não é exclusivamente originária do local, mas fruto

---

<sup>123</sup> Compreendendo território a partir de Perlongher como “redes de sinais por onde transitam os sujeitos” (Rodrigues, 2014, p.8) e código enquanto atribuições e sentidos dados a corpos e desejos (*Idem*, p.9), é que a noção de código-território pode ser pensada como signos dotados de sentido que são compartilhados por sujeitos em diversos contextos de sociabilidade. Nesse sentido, na presente discussão, parte da sociabilidade das relações “de rua” são compartilhadas por Yuri com outros sujeitos tanto na antiga rodoviária, quanto em experiências anteriores em bairros periféricos, prisão e clínicas.

<sup>124</sup> Robert Park (1967), ao cunhar o termo região moral e sua análise sobre a cidade na perspectiva da ecologia social, destacava a existência de expressões culturais, códigos e identidades compartimentadas em espaços urbanos específicos, ou seja, a cidade seria formada por espaços urbanos distintos, onde as diferenças estariam marcadas por fronteiras físico-geográficas. Por isso, havia na análise do autor, as zonas de vício e as demais, de forma a não se interpenetrar em termos de práticas e expressões socioculturais.



de experiências compartilhadas de sujeitos em outros contextos das relações “de rua”. Os mecanismos de regulação mediante processos de estabilização de relações e códigos que normalizam, parcialmente, o comportamento da população de rua, bem como certo nível de controle sobre o espaço urbano, podem vir a ser tensionados e/ou reconfigurados a partir de mudanças das ações de pessoas em situação de rua e de outros grupos.

Por fim, ressalta-se que a “construção” da antiga rodoviária e suas imediações enquanto “cracolândia campo-grandense”, não se dá de maneira uniforme ou homogênea, pois envolve amplos níveis de interação entre diversos grupos que a constituem. Assim, mais que a presença da venda e do consumo de “drogas”, do *comando*, da polícia, das instituições de saúde, das igrejas evangélicas e de pessoas em situação de rua, são, justamente, as negociações, os conflitos e agenciamentos que emergem das relações entre esses grupos, especialmente das pessoas em situação de rua com os “atores” e elementos enumerados, que conferem uma inteligibilidade ao local como “cracolândia” da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa pesquisa etnográfica, emergiram inconclusões. Apesar de buscar construir uma análise dos processos de subjetivação, salienta-se que certos agires citadinos, subversões de normas e arranjos, entre outras práticas relacionais, escapam ao recorte antropológico marcado pela curto espaço de tempo do trabalho de campo. Todavia, foi justamente com a etnografia que pude tecer linhas de análise sobre parte do universo de pessoas em situação de rua na chamada “cracolândia campo-grandense”, que descortinaram uma série de relações de sentido importantes para se pensar, ao menos parcialmente, certas dinâmicas que constituem a vida cidadina desses sujeitos.

Nos caminhos que percorri na elaboração da dissertação, dividi o texto em três partes. Esse formato foi pensado da seguinte forma: partir de uma análise do processo de formação socioeconômica da “Rodô”, bem como do fenômeno população de rua e consumo de crack no Brasil até chegar no universo local, para, assim, introduzir o campo. Na segunda parte, desenvolvi um olhar sobre as relações de *parceria* dos sujeitos entre si a partir de uma moralidade religiosa e, também, das relações “de rua” entre homens e mulheres sob o signo da masculinidade viril. Já na terceira parte, olhei o universo sob o ângulo dos usos feitos pelos sujeitos das categorias “família”, “sexo” e “drogas”, bem como das relações de poder que envolvem os ilegalismos, as práticas biopolíticas, e, por fim, os processos de regulação dessa área cidadina em suas tensões e arranjos.

Nesse sentido, iniciei com um olhar sobre os conceitos e os processos históricos situados em um plano macropolítico e caminhei até o universo particular da pesquisa. Em seguida, as descrições e análises das interações formaram o substrato teórico para o estudo das governamentalidades e outras questões macropolíticas.

No começo da introdução, faço algumas discussões temáticas em torno do fenômeno população de rua e cracolândia. Demonstro que as noções de errância e nomadismo não esgotam a experiência das pessoas em situação de rua, tendo em vista a presença de vários sujeitos por um longo período nas imediações da antiga rodoviária. Assim, na primeira parte do Capítulo I, as negociações e as relações de troca, principalmente, através de formas associativas com comerciantes e vizinhos, se mostraram como uma reinvenção da própria “Rodô” após a espoliação feita em 2010 pela prefeitura. Não obstante, a antiga rodoviária e suas adjacências, enquanto “velho centro”, tornam-se um lugar frequentado por diferentes *habitués* das margens:

profissionais do sexo, pessoas em situação de rua, vendedores ambulantes, consumidores de drogas, etc. Estes sujeitos, que passam a fazer parte da vida local, e, conseqüentemente, a compartilhar do mesmo universo dos comerciantes e vizinhos que viveram o passado de “ouro” da “Rodô”, tornaram-se sujeitos significativos na subsistência da vida econômica do comércio da região.

Já na segunda parte do Capítulo I, demonstro as articulações entre a situação de rua e o consumo de crack, onde, não raro, a experiência do uso dessa “droga” nas cenas abertas é acompanhada pela estadia nas ruas. Além disso, foi reiterado como a população de rua e a cracolândia não se constituem enquanto fenômenos sociais, somente pela presença de pessoas em situação de rua ou pela venda e consumo de drogas numa área citadina, mas, justamente, pelo espectro de relações que os acompanham.

Logo, a “Rodô” toma ares de “cracolândia” ao compartilhar um campo relacional peculiar no qual essas territorialidades se enquadram. Intervenções socioassistenciais e repressivas, além de atuações de ONGs, são algumas características marcantes das cracolândias, pois são lugares de uso por diferentes atores que atribuem e reconhecem-na, social e simbolicamente, como cracolândia.

Nesse sentido, no capítulo 2, a etnografia voltou-se para a análise das relações de *parceria* das pessoas em situação de rua nessa área citadina com o *Consultório na Rua*, dos códigos e agenciamentos de masculinidades presente nas relações “de rua” e dos discursos sobre si e seus pares a partir de uma moral religiosa.

No Subcapítulo 2.1, etnografei as interações entre as agentes do *Consultório na Rua* e as pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária. Destacou-se a maneira como os sujeitos atendidos representavam as agentes de maneira afetivo-positiva, internalizavam e negociavam certas prescrições tornando-se parte de suas práticas de cuidado de si e, por fim, produziam formas de fazer-cidade através das relações tecidas com a instituição.

Esse campo de interações analisadas revelou-se como potente para refletir sobre a intervenção sanitário-assistencial em sua face biopolítica, mas também sobre os modos de apropriação das técnicas prescritivas e dos serviços sanitário-assistenciais, que se tornaram mecanismos importantes do fazer-cidade das pessoas em situação de rua atendidas.

No Subcapítulo 2.2, a moralidade religiosa é mobilizada como elemento condutor das práticas de solidariedade e distinção em narrativas de certos interlocutores

etnografados. Assim, se por um lado, tanto Jeferson quanto Yuri se veem como sujeitos imorais perante a *sociedade*, por outro, suas ações de solidariedade para com seus pares da rua é uma tônica recorrente, pois são concebidas como ensino das *escrituras sagradas do nosso 'Pai'*. Além disso, suas relações “de rua” com muitos dos sujeitos em situação de rua, que circulam pela “Rodô”, tornam essa prática de solidariedade mais do que uma ação caritativa orientada por uma moral religiosa, mas, também, como instrumento que assegura relações recíprocas de ajuda mútua.

No entanto, esse discurso que articula códigos religiosos com o das relações “de rua” informa sobre um campo simbólico particular oriundo das experiências desses sujeitos. Essa forma de subjetivação ética não abarca a totalidade das formas de estabelecer relações no universo das ruas da “Rodô”, onde se encontram diversos sujeitos com trajetórias sociais heterogêneas que podem destoar, em suas práticas e discursos, de uma moralidade religiosa e/ou dos signos hegemônicos presentes nas relações “de rua”.

Já na parte 2.3, foram destacadas as ações das mulheres ao agenciarem masculinidades *viris* presentes nas “relações de rua” nas imediações da antiga rodoviária. Ressalta-se que esses agenciamentos não são homogêneos e variam conforme os modos de subjetivação dessas mulheres. Por conseguinte, o caso de Manu e Helen são exemplares. Ambas acionam performances *viris* nas imediações da antiga rodoviária. A primeira atua, de maneira afável, junto a sua rede de *parceiros*, mas, atua de maneira viril, junto ao seu marido e principalmente com outros homens em situação e/ou daqueles que estão envolvidos na venda/consumo de “drogas”, porém sem partir para as “vias de fato”. Já a segunda, ao adotar posturas *viris* agressivas com um rapaz envolvido com a venda de drogas, acabou colaborando para sua desterritorialização do local. Todavia, diferentemente da primeira, esta não instituiu relações familiares e/ou estáveis no local, utilizando a “Rodô” como mais um ponto itinerante da mesma em suas relações “de rua”.

Essas discussões não encerram as análises dos modos de subjetivação dessas mulheres. Há questões inconclusas, como: qual a implicação efetiva da instituição família para a mulher em situação de rua nas suas “relações de rua”? É possível pensar em outras formas de agenciamento e, conseqüentemente, de produções de formas de ser mulher em situação de rua na “cracolândia campo-grandense”?

No último capítulo, analisei as experiências de (des)territorialização dos sujeitos etnografados a partir das categorias “família”, “sexo” e “droga”; as “artes de governo”

oriundos de técnicas repressivas policiais, do *comando* e das próprias pessoas em situação de rua; e a produção de uma cidadinidade local a partir do signo “cracolândia campo-grandense”.

Mais do que apontar para análises cartesianas fechadas, emergiram lacunas tanto das experiências etnografadas quanto de outros sujeitos que não pude e/ou consegui realizar diálogos estreitos. Nesse sentido, será que a “Rodô” não pode ser palco de outras experiências positivas por mulheres em situação de rua em torno do “sexo” e das “drogas”? A exemplo de Jeferson, será que há possibilidades de mulheres em situação de rua em compartilhar uma cidadinidade marcada pelo afrouxamento das relações de *parceria* com o *Consultório na Rua*, tensionamento com os/as agentes da economia subterrânea e de *adrenalina* sem a instituição de relações monogâmicas e/ou de cunho de proteção para com os homens?

Essas perguntas acima esquadrinham questões mais amplas em torno da cidadinidade a partir da “cracolândia campo-grandense”. Nessa territorialidade, a masculinidade imprime assujeitamentos sobre as mulheres que estão em situação de rua, que as impossibilita de experimentar relações marcadas pelo desejo sem o risco da violência? E mais, somente o agenciamento da masculinidade que as torna passível de estar na “Rodô” sem sofrer violência? Tais questões, abrem novas possibilidades de análise que apontam para alternativas outras de subjetivação de mulheres em situação de rua e olhares sobre experiências generificadas das relações “de rua” que não aparecem neste trabalho.

Seguindo para o Subcapítulo 3.2, este foi elaborado com o objetivo de construir uma análise das “artes de governo”. Nesse sentido, averigui que as lógicas de intervenção policial e das práticas de certos agentes da “economia subterrânea” se constituíam enquanto poder disciplinar que era assegurado via dispositivos de vigilância, segurança e controle. A partir dos discursos e ações sociais dos sujeitos como Manu, Yuri e Gerson, pude identificar a reprodução desse poder no seio das interações dessas pessoas em situação de rua.

Nesse campo de relações, os agenciamentos se davam mediante certos mecanismos. Manu dizia não vender droga como outros, exercendo somente a função de “aviãozinho”; Yuri se classificava como “usuário de drogas” perante os policiais; Gerson procurava deixar o *comando* ciente das ações de pesquisadores e disse que iria compartilhar do lucro do “mangueio” com o mesmo. Os dois primeiros buscaram distanciar-se da “identidade criminal”, seja como traficante ou criminoso. Já o último,

reiterava a necessidade de respeito hierárquico perante aquele que exerce uma certa autoridade local.

Todavia, será que estas experiências que revelam a reprodução dos mecanismos disciplinadores oriundos da ação policial e dos agentes da “economia subterrânea”, esgotam as dinâmicas das relações de poder que a população em situação de rua está imersa em suas interações com esses grupos e, conseqüentemente, das suas possibilidades de agenciamento? Qual o alcance desse exercício de poder? Existem outras brechas ou linhas de fuga que tensionem essas formas de assujeitamento para além da desterritorialização forçada? Essas e outras questões, apontam para o universo heterogêneo que envolve a experiência de estar nas ruas na “cracolândia campo-grandense”, mas que não puderam ser desenvolvidas nessa etnografia.

Já no último subcapítulo, foram apresentadas algumas faces dos processos de regulação criados na “Rodô”. Códigos, acordos e negociações que envolvem as pessoas em situação de rua com agentes da economia subterrânea, comerciantes, vizinhos, clientes, se constituem como formas de ordenamento socioespacial que destoa da noção de perigo, insegurança e degradação que se tem no imaginário social que concebe o lugar sob o signo de “cracolândia”.

Essas relações também são formas de cidadania inventadas pelos sujeitos que organizam, parcialmente, o espaço urbano, mediante o controle disciplinar do comportamento, principalmente dos considerados *zukados*, performances de respeito e incentivo à vinda permanente dos *parceiros*, práticas de solidariedade entre os pares em situação de rua, realização de serviços para comerciantes e vizinhos.

No entanto, esses acordos, que orientam relações de reciprocidade e/ou ajuda mútua, podem ser ressignificados ou rompidos de acordo com as ações dos sujeitos. Como, por exemplo, a prisão de agentes ligados ao tráfico ou mesmo o envolvimento de certos vizinhos ou comerciantes em intervenções policiais violentas sobre as pessoas em situação de rua. Estas ações, geralmente ligadas a práticas repressivas policiais, pode desestabilizar algumas tentativas de normalização e condutas ético-morais do local.

Por fim, outra questão que fica em aberto é: como pensar temporalmente esse quadro de relações mais ou menos estáveis entre esses sujeitos, tendo em vista, os processos de mudança exterior decorrentes de práticas policiais repressivas ou até mesmo de atuações da “economia subterrânea”? Será que não é possível pensar em tensionamentos dessas relações de reciprocidade da população em situação de rua em diversas esferas? Ou somente, os comerciantes, vizinhos, traficantes e policiais podem

tensionar essas normas? Cabe aqui outra frente de análise a ser desenvolvida, que renderia contribuições potentes para pensar os agenciamentos das pessoas em situação de rua.

Esse trabalho se constitui como um texto etnográfico. Como tal, é feito de colagens de imagens, narrativas e situações sociais selecionadas pelo olhar antropológico. Sua potência é a de trazer movimentos, criações e invenções que emerge de um conjunto de sujeitos que carregam em si metáforas, códigos e trajetórias que se assemelham ao que James Clifford (2000) chamou de sujeito “cosmopolita” em alusão aos “nativos” que carregam consigo histórias de “culturas viajantes” em suas narrativas, pois as pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, são sujeitos para além das definições e classificações atribuídas a eles. Suas performances e linguagens, fruto de diversas experiências na “casa”, “família”, “rua”, “periferia”, “igreja”, “prisão”, “cracolândia” produzem um sujeito complexo e heterogêneo com amplo campo de agenciamento, mesmo a partir desse lugar no qual é constantemente tornado abjeto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações e movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. In: *Revista Mana*, nº 21, 2015, p.483-498.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *L’Invention de la ville*. Paris: Archives Contemporaines, 1999.

ARRUDA, Andressa. *A vida nas ruas: aspectos psicossociais das vivências de moradores de rua de Campo Grande – MS*. Dissertação de mestrado. UCDB, 2014.

ATTIANESI, Daniel; PASSAMANI, Guilherme. Um urbano pra lá de rural: as particularidades políticas, históricas e culturais que transformaram Campo Grande de arraial a capital. In: *Cadernos do Lepaarq*, vol.15, nº30, 2018.

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: EdUFAL: Unesp, 2010.

BARATA-SALGUEIRO, Teresa. Do centro às centralidades múltiplas. In: FERNANDES, José; SPOSITO, Maria (Orgs.). *A nova vida do velho centro nas cidades brasileiras e portuguesas*, CEGOT, 2018.

BARBOSA, Aline. *Vida nua: a gestão da população de rua*. Tese de doutorado. FFC/Unesp, 2017.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: BIANCO, B. F. (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global, 1987.

BARROS, Tatiane; ALCANTARA, Jaína. Pesquisando com usuários de crack: reflexões metodológicas sobre a experiência com o mapeamento do perfil de usuários no Nordeste do Brasil. In: *38º Encontro Anual da ANPOCS*, 2014.

BECKER, Howard. Conferência: a Escola de Chicago. In: *Revista Mana*, nº2, 1996, p.177-188.

BERNSTEIN, Elizabeth. Introduction: sexual economies and news regimes of governances. *Social Politics: International studies in gender, State & Society*, 2014.

BISCOTTO, Priscilla; JESUS, Maria Cristina; DA SILVA, Marcelo; DE OLIVEIRA, Deise; MERIGHI, Miriam. Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. In: *Revista Esc. Enferm. USP*, 2016, p.750-756.

BOURGOIS, Philippe. *Em busca de respeito: vendendo crack em harlem*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2015.



BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos Pagu*, nº26, 2006, p.329-365.

BRASIL. *Rua: aprendendo a contar*. In: DA CUNHA, Júnia; RODRIGUES, Monica. Brasília, 2009.

BRASIL. *Política Nacional para a População em Situação de Rua*. 2013.

BURSZTYN, Marcelo. No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. In: BURSZTYN, Marcelo (Org.) *No meio da rua*, Garamond, 2000.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.151-172

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Performatividad, precariedad y políticas sexuales. In: *Revista de Antropología Iberoamericana*, vol.4, nº3, 2009, p.321-336.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Vida precária. In: *Revista Contemporânea*, nº1, 2011, p.13-33.

CALDEIRA, Teresa. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, Teresa. *Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34, 2000.

CAVALCANTI, Maria. Drama, ritual e performance em Victor Turner. In: *Revista Sociologia&Antropologia*, Rio de Janeiro, 2013, p.411-440.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis – RJ: EdVozes, 1994.

COLLING, Leandro; ARRUDA, Murilo; NONATO, Murillo. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. In: *Cadernos Pagu* (57), 2019.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: *Revista Estudos Feministas*, 2013.

CORDEIRO, Graças. As cidades fazem-se por dentro: desafios de etnografia urbana. In: *Revista Cidades, Comunidades e Territórios*, nº20, 2010, p.111-121.

COSTA, Alexandra. *Paradisiacos e venenos: o uso de drogas e o controle do corpo*. Campo Grande: UFMS, 2009.

COSTA, Ana Paula. População em situação de rua: contextualização e caracterização. In: *Revista Virtual Textos e Contextos*, v.4, n.1, 2005.

CLIFFORD, James. Culturas viajantes. In: ARANTES, Antonio (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas – SP: Ed Papirus, 2000.

CRUZ, Vania; MANDAGARÁ DE OLIVEIRA, Michele; COIMBRA, Valéria; KANTORSKI, Luciane; DE PINHO, Leandro; FREITAS DE OLIVEIRA, Jeane. Vivências de mulheres que consomem crack. In: *Revista Rene*, 2014, p.639-649.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Antropology in the margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

DE LUCCA, Daniel. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. Tese de dissertação. FFLCH/USP, 2007

\_\_\_\_\_. Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (Orgs.) *Novas faces das vidas nas ruas*. São Carlos – SP: EdUFSCAR, 2016.

ENGSTROM, Elyne; TEIXEIRA, Mirna. Equipe “Consultório na Rua” de Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil: práticas de cuidado e promoção de saúde em um território vulnerável. In: *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 2016.

SCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, M. (org.) *No meio da rua*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

FASSIN, Didier. As economias morais revisitadas. In: *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.18, nº53, 2019.

Favret-Saada, J. Être affecté. *Gradhiva*, nº8, p.3-10, 1990.

FERNANDES, Luis; MATA, Simão. Revisitação aos atores e territórios psicotrópicos do Porto. In: *Revista Civitas*, v.19, nº1, 2019.

FIOCRUZ. *Pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais?* In: BASTOS, Francisco; BERTONI, Neilane, ICICT/FIOCRUZ, 2014.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos na etnografia ‘em casa’. In: *Revista Teoria e Cultura*, nº39, 2008.

\_\_\_\_\_. Que ética? Que ciência? Que sociedade? In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (Orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Ed: UNB, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Petrópolis: EdVozes, 1999.

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade”. *Ditos e Escritos V – Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Práticas de si. In: FASSIN, Didier; LEZÉ, Samuel (Orgs.). *A questão moral: uma antologia crítica*. Editora Unicamp, 2018.
- FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de doutorado. IFCH/Unicamp, 2004.
- FRÚGOLI JR, Heitor. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: EdZahar, 2006.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. In: *Revista de Antropologia*, v.48, nº1, São Paulo, USP, 2005
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Territorialidades e redes na região da Luz. In: KOWARICK, Lucio; FRÚGOLI JR, Heitor (Orgs.) *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade e ativismos*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.; SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da *gentrification*. In: *Cuadernos de Antropologia Social*, nº30, 2009, p.199-136.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. SPAGGIARI, Enrico. Da “cracolândia” aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Revista Ponto Urbe*, São Paulo, v. 4, n. 6, 2010
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. CHIZZOLINI, Bianca. Moradias e práticas espaciais na região da Luz. In: *Revista Ponto Urbe*, São Paulo, n.6, 2012
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da (s) cracolândia (s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. In: *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, 2013.
- GEERTZ, Clifford. *Saber Local*. Rio de Janeiro: EdVozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. In: *Revista Geographia*, v.9, nº17, 2007.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. 2003
- HALLAIS, Janaína; BARROS, Nelson. Consultório na rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. In: *Cad. Saúde Pública*, nº31, 2015.
- HANNERZ, Ulf. *Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana*. Petrópolis- RJ: EdVozes, 2015.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. 2016.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: *Revista Horizontes Antropológicos*. 1998.

KUREDA, Vladimir. *A “Rodô” de Campo Grande – MS: as relações entre sujeitos, territórios, diferenças e mudança social*. Trabalho de conclusão de curso. FACH/UFMS, 2017.

KUREDA, Vladimir; PASSAMANI, Guilherme. Espacialidade, comércio e degradação: um olhar etnográfico sobre a antiga rodoviária de Campo Grande – MS. *Revista Ponto Urbe*, São Paulo, v.21, 2017.

LEITE, Rogério. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Aracaju: EdUFS, 2004.

LOSCHIAVO DOS SANTOS, Maria. Notas sobre a dinâmica socioespacial da população em situação de rua: estratégias de adaptação, sobrevivência e manejo dos recursos disponíveis no meio urbano. In: DA CUNHA, Júnia; RODRIGUES, Monica. *Rua: aprendendo a contar*, Brasília, 2009.

MACEDO, Carmen. *A reprodução da desigualdade*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1979.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. In: *Cadernos Pagu* (11), 1998.

MACHADO, Leticia; BOARINI, Maria. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. In: *Revista Psicologia, ciência e profissão*, v.33, nº3, 2013.

MAGNANI, José. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, J. G.; Torres, L. L. (Orgs.) *Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana*. EdUSP: São Paulo, 1996

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.17. n.49, 2002

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Etnografia como prática e experiência. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, nº32, 2009, p.129-156.

MAIA, Doralice. De centro tradicional a centro modernizado: permanências e transformações. In: FERNANDES, José; SPOSITO, Maria (Orgs.). *A nova vida do velho centro nas cidades brasileiras e portuguesas*, CEGOT, 2018.

MALHEIRO, Luana. *Tornar-se mulher usuária de crack: trajetórias de vida, cultura de uso e política sobre drogas no centro de Salvador, Bahia*. Dissertação de mestrado. PPGAS/UFBA, 2018.

MARQUES, Eduardo; REQUENA, Carolina; HOYLER, Telma. Estrutura social, segregação e espaços. In: KOWARICK, L; FRUGOLI JR, H. (Orgs.) *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade e ativismos*. São Paulo: Ed34, 2016.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. Cosac Naify, 2003.

MELO, Tomás. *A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua*. Dissertação de mestrado. PPGAS/UFPR, 2011.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, sujeição criminal e mercadorias políticas: alguns temas sobre a acumulação da violência no Rio de Janeiro. In: *Seminário “Crime, violência e cidade”*, PPGS – NEV, USP, 2009.

MESSIAS, Ana Claudia.; CASTELHANO, Darlene Messias. *Estrutura e funcionamento da estação rodoviária Heitor Eduardo Laburu*. Monografia de conclusão de curso. UCDB. 1999.

OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.39, nº1, 1996.

OLIVEIRA, Luís. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (Orgs.) *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: EdUNB, 2010.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PATRÍCIA DA SILVA, Georgia. *De volta à praia grande: o “velho” centro com o “novo” discurso*. Tese de doutorado. PGPP/UFMA, 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_; FERETTI, Sergio; SETTE, Edileuza. Gentrificação e revitalização nos centros históricos no Brasil: processos que levam ao déficit habitacional. In: *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v.12, n.2, p.83-91, 2008.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: *Revista Sociedade e Cultura*, v.11, nº2, 2008, p.263-274.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. In: *Cadernos Pagu*, 2016.

- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: EdClaraluz, 2005.
- READ, Kenneth. A pessoa moral em seu contexto. In: FASSIN, Didier; LAZÉ, Samuel (Orgs.). *A questão moral: uma antologia crítica*. Editora Unicamp, 2018.
- RODRIGUES, André. A cidade como território de reconhecimento de marcas identitárias. In: *29ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Natal – RN, 2014.
- ROSA, Gabriel. *A vida nas ruas e as formas de sociabilidade: estudo etnográfico das ressignificações do espaço urbano de Florianópolis (SC)*. Dissertação de mestrado. PPGAS/UFSC, 2013.
- ROSA, Anderson; BRÊTAS, Ana. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo. In: *Revista Interface*, 2015, p.275-285.
- RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- SANTOS, Thiago. “Sou morador de rua, mas não sou como aquele ali não”: pessoas em situação de rua em Recife e as negociações de si mediante o estigma. In: *CADERNO DE PROGRAMAÇÃO DA V REA XIV ABANE*. Maceió: UFAL, 2015.
- SCHUCH, Patrice. A moral em questão: a conformação de um debate em antropologia. In: WERNECK, Alexandre; OLIVEIRA, Luis R. (Orgs.). *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Ed Casa da Palavra, 2014.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena (Orgs.). *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre – RS: Ed da UFRGS/CEGOV, 2015, p.121-145.
- SILVA, Maria. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009
- SILVA, Tiago. A rua como espaço de interação social: um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos caritativos. In: *Revista Antropolítica*, nº29, 2010.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- TAVARES, José; ALMEIDA, Regina. *O morador de rua de Campo Grande: condições de vida*. Campo Grande – MS: EdUCDB, 2002.
- TELLES, Vera. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argyumentum, 2010.
- THEODORO, Yasmine. *A centralidade do trabalho: reflexões sobre a luta de profissionais do sexo no antigo Terminal Rodoviário Heitor Eduardo Laburu e suas possibilidades de emancipação*. Trabalho de conclusão de curso. FACH/UFMS, 2013.

TURNER, Victor. *Schism and continuity in na African society*. Manchester: Manchester University Press, 1996.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.15, nº44, 2000.

VARGAS, Eduardo. *Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas*. Tese de doutorado. UFMG, Ciências Humanas: Sociologia e Política, 2001.

WERNECK, Alexandre. Sociologia da moral, agência social e criatividade. In: WERNECK, Alexandre; OLIVEIRA, Roberto C. (Orgs.). *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Ed Casa da Palavra, 2014.

WHITACKER, Arthur. Centro da cidade e novas áreas centrais: uma discussão a partir de São José do Rio Preto, Brasil. In: FERNANDES, José; SPOSITO, Maria (Orgs.). *A nova vida do velho centro nas cidades brasileiras e portuguesas*, CEGOT, 2018.

WHYTE, Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In. VELHO, Otavio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ZACHARIASEN, Bidou. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

ZALUAR, Alba; Alvito, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006